

**BRUNA MARINA PORTELA**

**CAMINHOS DO CATIVEIRO: A CONFIGURAÇÃO DE UMA COMUNIDADE  
ES CRAVA (CASTRO, SÃO PAULO, 1800-1830)**

**CURITIBA  
2007**

**BRUNA MARINA PORTELA**

**CAMINHOS DO CATIVEIRO: A CONFIGURAÇÃO DE UMA COMUNIDADE  
ES CRAVA (CASTRO, SÃO PAULO, 1800-1830)**

Dissertação apresentada à linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades, Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva.

**CURITIBA  
2007**

## AGRADECIMENTOS

Ao final dessa jornada, são muitas as pessoas que cruzaram meu caminho e que de alguma maneira contribuíram para que eu chegasse até aqui e que merecem o meu reconhecimento e minha gratidão.

Começo agradecendo ao meu orientador, Luiz Geraldo, que nesses mais de dois anos me indicou os caminhos certos a seguir, que me ajudaram a crescer enquanto historiadora, sempre com seriedade mas sem esquecer os momentos, necessários, de descontração.

A Eduardo Spiller Pena dedico um agradecimento especial, pois vem me acompanhando desde o tempo da graduação e se não fosse o seu incentivo e confiança, certamente não teria chegado até aqui. Tive a felicidade de tê-lo como membro de minha banca de qualificação e suas críticas e sugestões muito me ajudaram. À professora Maria Luiza Andreazza agradeço também as considerações feitas em minha banca de qualificação e a sua disponibilidade e atenção ao me atender em outros momentos em que precisei de seus conhecimentos. Agradeço também aos professores de minha banca de defesa, Horácio Gutierrez e Ana Maria Burmester, pelas excelentes sugestões que deram ao meu trabalho.

Não poderia deixar de mencionar o pessoal da cidade de Castro, que foram muito atenciosos ao me receberem. Agradeço a diretora do Museu do Tropeiro Judith Carneiro de Mello, à Lea Maria Cardoso Villela e a Fabiana Hey, que me disponibilizaram vários documentos de seu acervo. Agradeço especialmente a Juíza do Cartório Cível da cidade de Castro, Luciane Pereira Ramos, que me permitiu o acesso aos inventários lá arquivados e à escritã Leonilda Westphal e sua auxiliar Karen Teixeira, por dividirem comigo seu espaço de trabalho por alguns dias, possibilitando a boa qualidade da minha coleta de fontes.

Agradeço também à diretora do Arquivo Público do Paraná, Daysi Andrade, e à Tatiana Marchette, chefe da Divisão de Documentação Permanente desta mesma instituição, pela compreensão que tiveram comigo ao longo de meu primeiro ano de mestrado, permitindo que eu fizesse um bom aproveitamento do curso.

A bolsa concedida pela CAPES durante o último ano de mestrado também foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a minha família e amigos que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando e me apoiando.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	iv
ABSTRACT .....	v
LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE FIGURAS .....	vi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vii
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE ESCRAVA.....</b>	<b>9</b>
1.1. Vila nova de Castro: uma povoação dos Campos Gerais.....	9
1.2. Os proprietários .....	12
1.2.1. Os mais abastados.....	17
1.2.2. Os menos afortunados .....	27
1.3. Os escravos .....	35
1.4. Características da comunidade escrava .....	40
<b>2 AFRICANOS E CRIoulos: COMPANHEIROS DE UMA MESMA</b>	
<b>COMUNIDADE.....</b>	<b>45</b>
2.1 Procedência e demografia da comunidade escrava .....	45
2.2 Os crioulos: presença maciça .....	48
2.3 Os africanos: poucos, mas significativos.....	54
2.4 Mão-de-obra escrava e atividades econômicas .....	63
<b>3 CAMINHOS DO CATIVEIRO: EXPERIÊNCIA ESCRAVA .....</b>	<b>72</b>
3.1 Ainda no cativeiro .....	72
3.2 Economia interna dos escravos .....	81
3.3 A liberdade .....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>93</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>98</b>

## RESUMO

No presente trabalho analisa-se a constituição e configuração de uma comunidade escrava em Castro, São Paulo, durante as três primeiras décadas do século XIX. Seu objetivo foi apreender o que significou para esses cativos viver em uma vila voltada quase que exclusivamente para a pecuária e para o tropeirismo. Para isso, foi utilizado como principal corpo documental inventários *post-mortem* de seus senhores e, além deles, Listas Nominativas de Habitantes e outros documentos oriundos do poder judiciário. Num primeiro momento destaca-se a formação coercitiva dessa comunidade cativa, que surgiu em decorrência das vontades dos proprietários escravistas de Castro. Analisam-se também famílias, fazendas, riqueza e alianças matrimoniais levadas a efeito pelos senhores, bens e mecanismos fundamentais que lhes permitiram formar essa comunidade cativa. No entanto, no desenrolar do presente estudo, é demonstrado que os contornos finais desta comunidade decorreu da agência dos próprios escravos. Estes eram na maior parte crioulos, isto é, nascidos no Brasil, a despeito de uns poucos africanos ali existentes. Explorando ao máximo a documentação, foi possível seguir a trajetória de alguns escravos e examinar aspectos da constituição de suas famílias e de seus vínculos com a vida agropastoril. Suas experiências semelhantes, fosse conduzindo tropas, cuidando do gado ou buscando uma vida melhor fora da vila de Castro, após receberem sua liberdade, fizeram com que configurassem uma comunidade escrava e predominantemente crioula, com ideais, interesses e visões de mundo particulares.

Palavras-chave: comunidade escrava, tropeirismo, crioulos, Castro, São Paulo.

## ABSTRACT

In the present work it is analyzed constitution and configuration of an enslaved community in Castro, São Paulo, during the three first decades of century XIX. Its objective was to apprehend what it meant these captives to live almost in a village directed that exclusively toward the cattle one and the tropeirismo (animal trade). For this, it was used as main documentary body inventories *post-mortem* of its owners and, beyond them, Nominative Lists of Inhabitants and other deriving documents of the judiciary power. At a first moment it is distinguished coercitive formation of this captive community, that appeared in result of the wills of the slave proprietors of Castro. Families, farms, wealth and marriage alliances taken the basic effect for the owners, goods and mechanism also analyze themselves that had allowed them to form this captive community. However, in uncurling of the present study, it is demonstrated that the final contours of this community elapsed of the agency of the proper slaves. These were for the most part Creole, that is, born in Brazil, the spite of some few there existing Africans. Exploring to the maximum the documentation, it was possible to follow the trajectory of some slaves and to examine aspect of the constitution of their families and its bonds with the agro-pastoral life. Their similar experiences, were leading troops, taking care of the cattle or searching a life better it are of the village of Castro, after to get its freedom, had made with that they configured an enslaved and predominantly Creole community, with ideals, interests and particular views of world.

Key-words: enslaved community, tropeirismo (animal trade), Creoles, Castro, São Paulo.

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – Valor total dos bens dos proprietários de Castro .....	13
TABELA 2 – Participação do valor dos escravos, animais e dos bens de raiz no total do monte-mor dos inventariados .....	14
TABELA 3 – Número de cabeças de gado dos inventariados (entre bovinos, eqüinos, muares e ovinos).....	16
TABELA 4 – Distribuição dos escravos por década (1800-1830).....	37
TABELA 5 – Distribuição dos proprietários e dos escravos de acordo com o tamanho das unidades escravistas.....	38
TABELA 6 – Procedência/regiões de embarque dos africanos pertencentes ao tronco lingüístico banto. Castro, 1800-1830.....	61

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – Pirâmide etária da população escrava da amostra. Castro, 1800-1830 .....	46
FIGURA 2 – Pirâmide etária da população escrava crioula da amostra. Castro, 1800-1830 .....	53
FIGURA 3 – Pirâmide etária da população escrava africana da amostra. Castro, 1800-1830.....	55

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo

CEDOPE/UFPR – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses / Universidade Federal do Paraná.

DEAP – Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná.



## INTRODUÇÃO

Este estudo visa abordar aspectos da comunidade escrava de Castro durante os anos de 1800 e 1830, quando as atividades da pecuária e do tropeirismo já estavam consolidadas em todo sul da América portuguesa. De maneira mais objetiva, buscamos apreender quais as especificidades dessa comunidade escrava formada coercitivamente por proprietários que tinham como principal atividade o comércio e a criação de animais, mas que foi configurada em boa medida como decorrência das estratégias dos cativos. Procuramos investigar de que modo os anos escolhidos influenciaram as trajetórias de vida dos escravos e que experiências eles lhes permitiram.

Como “comunidade escrava” consideramos todos os cativos que formam nossa amostragem, ou seja, 314 pessoas. Entendemos esse universo como uma comunidade porque esses escravos partilharam experiências semelhantes, isto devido ao fato de todos viverem em uma vila voltada para a criação e a venda de animais. Além disso, esses cativos mantinham relações entre si, fossem elas conjugais ou apenas de trabalho, e dividiam ideais e concepções de vida. Não usaremos aqui, portanto, o conceito de comunidade escrava para pensar apenas uma unidade escravista, como fizeram alguns autores, mas sim para analisar um grupo mais amplo, independente de pertencerem ao mesmo senhor<sup>1</sup>.

A delimitação do período se deu pelo fato de que os primeiros anos dos oitocentos foram favoráveis à criação e à comercialização de animais, impulsionado pela vinda da corte para o Rio de Janeiro, o que ocasionou aumento na demanda por gado de corte e pelo chamado gado em pé. Ademais, o próprio crescimento da capitania de São Paulo durante a primeira metade do século XIX, com o desenvolvimento de uma economia agro-exportadora através dos engenhos de açúcar e, já na segunda década do século XIX, com a expansão das lavouras de café, fez com que a pecuária e o comércio de animais encontrassem ali um mercado promissor<sup>2</sup>. O gado vindo do sul abastecia não

---

<sup>1</sup> Como exemplo de trabalhos que pensaram a formação de uma comunidade escrava no interior de unidades escravistas podemos citar: MATTOS, H. M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. ENGEMANN, C. Comunidade Escrava e Grandes Escravarias no Sudeste do Século XIX. In: *V Congresso Brasileiro de História Econômica*, 2003, Caxambu, 2003.

<sup>2</sup> BACELLAR, C. A. P. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Unicamp, 1997. pp. 26-27.

apenas o Rio de Janeiro, mas atendia também a demanda interna da própria capitania de São Paulo<sup>3</sup>.

Além disso, na primeira metade do século XIX, os Campos Gerais eram a área pertencente a 5ª Comarca da capitania e depois província de São Paulo que mais concentrava escravos, deixando o litoral e o planalto dessa mesma Comarca para trás. Castro, particularmente, tinha todos os componentes para formar uma comunidade escrava significativa. Um quadro natural e econômico favoráveis à criação de animais, uma localização estratégica, entre as áreas produtoras e a distribuidora, ou seja, Rio Grande do Sul e Sorocaba, o que lhe permitia não só a criação, mas também a negociação do gado, servindo de intermediário entre criadores e compradores.

Os animais sem dúvida moviam a economia de Castro. As fontes mostraram que o comércio e a criação eram as atividades escolhidas pela maioria dos proprietários moradores na vila, desde os mais abastados até a população mais pobre. Enquanto os primeiros, na maioria das vezes, criavam gado em suas grandes fazendas, os últimos viajavam para o Rio Grande de São Pedro do Sul para comprar as tropas e revende-las na feira em Sorocaba.

O comércio e a criação de animais, portanto, unidas a outras atividades não menos importantes como a produção de alimentos – sobretudo do milho e do feijão – e também o comércio, permitiram que os moradores de Castro acumulassem capital suficiente para comprar escravos, que durante a primeira metade do século XIX eram “mercadorias” bastante acessíveis tanto no preço quanto na oferta.

A facilidade na compra de escravos nesse período deveu-se principalmente ao aumento do número de africanos desembarcados em terras brasileiras provenientes do tráfico atlântico, principalmente no porto do Rio de Janeiro. Mas, ao contrário do que aconteceu em outras áreas da América portuguesa, a comunidade escrava de Castro era predominantemente crioula, como apontaram nossas fontes e como outros trabalhos já haviam sugerido. Além disso, a documentação mostrou um equilíbrio entre os sexos e um grande número de crianças, o que é reflexo do crescimento vegetativo que havia na comunidade escrava local.

Isso sem dúvida refletiu no modo de vida tanto da maioria crioula como na dos poucos africanos que ali viviam. Para os primeiros, ser parte de um grupo hegemônico representaria maior poder no interior da comunidade escrava, facilitando-lhes o

---

<sup>3</sup> FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 138.

estabelecimento de certas regras e formas de conduta por eles definidos. Já os africanos teriam que se adaptar frente aos costumes de um grupo muito mais representativo e, naquele contexto, mais organizado que o seu. Por outro lado, o número equilibrado de homens e mulheres crioulas trazia boas oportunidades para os africanos no que diz respeito aos relacionamentos conjugais. Seria muito mais fácil encontrar uma companheira em Castro do que em outras regiões em que havia a predominância de africanos, uma vez que entre estes o número de homens era bem maior<sup>4</sup>.

Aqui devemos lembrar o debate travado entre os defensores de uma visão “afrocêntrica” e os que defendem a “crioulização” entre os africanos chegados à América. A primeira vertente acredita na continuidade de certas formas culturais africanas no Novo Mundo, enquanto que a segunda defende a criação de uma nova cultura por parte dos escravos recém-chegados da África. É claro que as discussões não se resumem a isso e nem são tão estanques como parecem. Muitos autores já discutiram essa questão e muitas foram as interpretações. Contudo, estas nem sempre são tão antagônicas quanto parecem à primeira vista.

Sidney Mintz e Richard Price são autores de um livro escrito em 1972, mas que até hoje suscita discussões entre os pesquisadores<sup>5</sup>. Os dois defenderam o predomínio da “crioulização”, ou a idéia da criação de uma cultura africano-americana, argumentando que na América os africanos sofreram influências tanto dos escravos crioulos como também dos europeus, forjando assim uma nova cultura. As críticas foram tantas que em 2003 Price escreveu um artigo respondendo à elas e também atualizando e expandindo o que havia escrito com seu companheiro Mintz em 1972<sup>6</sup>. John Thornton é um dos autores que fez duras críticas ao modelo de Mintz e Price. Para ele as tradições africanas conseguiram ter continuidade na América, uma vez que os africanos para lá transportados não seriam tão diferentes culturalmente, o que daria condições para que perpetuassem alguns costumes da África no Novo Mundo, mesmo que estes não permanecessem intactos<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Como exemplo de localidades que tinham a comunidade escrava formada por uma maioria africana, temos Bananal e Campinas, vilas paulistas que em 1829 tinham, respectivamente, 78% e 69% de africanos. Ver: SLENES, R. *Malungu, Ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil*. In.: *Revista USP*, 12:48-67. São Paulo, dez-jan-fev. 1991-1992. p. 55.

<sup>5</sup> MINTZ, S. e PRICE, R. *O nascimento da cultura afro-americana*. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Cândido Mendes, 2003

<sup>6</sup> PRICE, R. O Milagre da Crioulização: Retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, nº 3, 2003, pp.383-419.

<sup>7</sup> THORNTON, J. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2004. Ver capítulo 7, “Grupos culturais africanos no mundo atlântico”, pp. 253-278.

Nos Estados Unidos o debate sobre a interação cultural entre diferentes grupos durante a escravidão está mais adiantado. O fato do tráfico de africanos ter sido ali extinto em 1807, fez com que houvesse um grande número de escravos crioulos até o final da escravidão, em 1860. Após a proibição do tráfico, portanto, houve um crescimento vegetativo da população escrava, resultando em uma comunidade escrava predominantemente crioula. Nas áreas de maior concentração de escravos no Brasil, durante este mesmo período, ou seja, do início até meados do século XIX, as coisas eram bem diferentes. A taxa de africanização aumentava consideravelmente, resultado de um aumento no número de africanos desembarcados, mesmo após a proibição do tráfico em 1831<sup>8</sup>. Notamos, portanto, que Castro se diferenciava de outras localidades da América portuguesa no início do século XIX no que diz respeito à composição da comunidade escrava. Havia uma semelhança com a escravidão norte-americana, composta principalmente por escravos nascidos no Novo Mundo, ou seja, crioulos.

Mechal Sobel é um dos autores que estuda a troca de valores entre brancos e negros dos Estados Unidos, mais especificamente na Virginia do século XVIII. Para este autor a interação entre os dois grupos leva a uma interpenetração dos sistemas de valores de ambos, ou seja, um interfere na visão de mundo do outro<sup>9</sup>. Podemos pensar nesses termos também para as relações entre crioulos e africanos, dois grupos distintos que passaram por um processo de transculturação, modificando mutuamente seus valores.

Para o presente estudo somos mais tentados a pensar nos termos do que Mintz e Price sugeriram. Os crioulos em Castro eram em número extremamente superior ao dos africanos, o que já seria um obstáculo para que estes últimos formassem um grupo coeso com capacidade para manter suas heranças africanas ou impor sua visão de mundo. O mais provável é que esses poucos escravos vindos da África tenham interagido com os crioulos, tentando se integrar ao grupo, adaptando-se as regras e aos propósitos políticos destes últimos. O “milagre da criouliização” deve ter se dado de forma mais rápida nessa área da província de São Paulo do que em outras províncias, nas quais o número de africanos era, como afirmamos, mais significativo. Segundo Price, a criouliização acontecia quando os africanos começavam a pensar e agir como

---

<sup>8</sup> Ver FLORENTINO, M. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. SLENES, R. *Na Senzala, uma flor*. Esperanças e recordações da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>9</sup> SOBEL, M. *The World They Made Together*. Black and white values in Eighteenth-Century Virginia. New Jersey: Princeton University Press, 1987. p. 64.

membros de uma nova comunidade, o que não deve ter demorado muito para acontecer entre os cativos da comunidade aqui estudada<sup>10</sup>. A documentação mostrou mais casamentos mistos que endogâmicos e, além disso, como já observamos anteriormente, sendo os crioulos o grupo hegemônico, os africanos teriam que se adaptar a certas regras e normas já estabelecidas também no âmbito do mercado matrimonial.

Não estamos descartando, porém, a possibilidade de que alguns traços da herança cultural trazida pelos escravos da África tenham tido continuidade na América, mesmo que com algumas adaptações. Mintz e Price mostram alguns exemplos de continuidades da cultura africana na América, mas afirmam que elas foram exceções e não regra nas culturas afro-americanas<sup>11</sup>. Sabendo disso, é possível que em algumas propriedades de Castro com um maior número de africanos, essas continuidades tenham sido mais fáceis, como na fazenda Caxambu, aqui analisada, que contava com 30 cativos nascidos na África. Porém, em nossas fontes não encontramos nenhuma evidência para que pudéssemos fazer tal afirmação.

Apesar de pertencerem a grupos diferentes dentro da escravidão, africanos e crioulos tinham em comum o fato de integrarem uma mesma comunidade escrava, situada em uma região que fazia parte de um amplo sistema de comércio. Os senhores de Castro precisavam manter relações com pessoas de outras vilas, já que esta era uma condição inerente ao negócio de animais. Fosse com o Rio Grande de São Pedro do Sul, com outras vilas paulistas, com o Rio de Janeiro ou até mesmo com Minas Gerais, a grande maioria dos proprietários deixou dívidas ativas ou passivas em outros lugares, fato que deixa clara a interdependência que existia entre os habitantes das vilas do centro-sul brasileiro.

Isso significa que os cativos de Castro tiveram maiores possibilidades de mobilidade espacial, como mostraram as fontes. Não apenas os senhores estabeleciam redes de relações externas à sua comunidade, mas também os escravos que participavam das atividades tropeiras, ou seja, que viajavam junto com seus proprietários para compra e venda do gado. De passagem por outras vilas conheciam novas pessoas e novas perspectivas para suas vidas, que viria lhes ajudar ao longo da busca pela alforria ou, mais tarde, quando conseguiam a liberdade. Até mesmo os escravos que não tinham acesso à mobilidade espacial por meio do trabalho junto de seus senhores, teriam possibilidades de conhecer cativos ou libertos de outras vilas que por ali passavam, haja

---

<sup>10</sup> PRICE, R. *Op. cit.* p. 386.

<sup>11</sup> MINTZ, S. e PRICE, R. *Op. cit.* pp. 77-86.

vista que Castro era um local de passagem obrigatória para os que se dirigiam ao sul ou para os que saíam dele.

Castro, sem dúvida, já foi tema de muitas pesquisas históricas. Por ter sido uma vila que estava no caminho dos tropeiros e que participou ativamente das atividades ligadas ao tropeirismo, suscitou o interesse de historiadores paranaenses desde meados dos anos 1950, com os primeiros textos de Brasil Pinheiro Machado, Cecília Westphalen e Altiva Balhana<sup>12</sup>. Desde então, as pesquisas não cessaram e, mais recentemente, a escravidão nessa região tem sido tema de teses e dissertações, como é o caso do presente estudo.

A documentação existente sobre a vila não é pequena, o que permite os mais variados tipos de análises. Mas, certamente, as Listas Nominativas de Habitantes são os documentos mais utilizados pelos pesquisadores quando se trata de Castro e de escravidão. Alguns bons trabalhos já foram desenvolvidos sobre os escravos da região a partir desse tipo de documentação. Como exemplo podemos citar os trabalhos de Horácio Gutiérrez, de Kátia Mello – que pesquisou as famílias escravas em Castro – de Carlos Lima e de Elisabete Pinto – que realizou um estudo de toda a população castrense, entre livres, escravos e libertos, também a partir das Listas Nominativas de Habitantes<sup>13</sup>. Mesmo os textos mais antigos já haviam ressaltado a presença dos escravos nas atividades da pecuária e também no tropeirismo, como o artigo de 1962 de Brasil Pinheiro Machado<sup>14</sup>.

Para este estudo, buscamos o máximo possível de informações sobre alguns senhores e escravos que viviam em Castro entre 1800 e 1830. Nossa intenção foi examinar a configuração da comunidade escrava bem como as experiências de seus integrantes como moradores de uma vila voltada para o abastecimento interno da

<sup>12</sup> Alguns trabalhos tradicionais que analisam os Campos Gerais, incluindo Castro, são MACHADO, B. P. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná – I: Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. *II Simpósio dos Professores Universitários de História*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1962. BALHANA, A. P., MACHADO, B. P. *Campos Gerais, estruturas agrárias*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, 1968. BALHANA, A. P.; WESTPHALEN, C.; MACHADO, B. P. *História do Paraná*. V. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.

<sup>13</sup> GUTIÉRREZ, H. Fazendas de gado no Paraná escravista. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, pp.102-127, 2004. pp.120-121. GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v.8 nº16, 161-188, mar/ago 1988. MELLO, K. A. V. *Comportamentos e Práticas Familiares nos Domicílios Escravistas de Castro (1824-1835) segundo as Listas Nominativas de Habitantes*. Curitiba: UFPR, 2004. (Dissertação de mestrado). PINTO, E. A. *Vila de Castro: população e domicílio (1801-1830)*. Curitiba: UFPR, 1992. (Tese de doutorado). LIMA, C. A. M. Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de Listas Nominativas. In: *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas - Anais*. Belo Horizonte: ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003. p. 1-25.

<sup>14</sup> MACHADO, B. P. *Op. cit.*

América portuguesa, através da criação e da venda de animais. Ou seja, buscamos percorrer os caminhos trilhados pelos escravos dessa comunidade, cuja configuração final foi dada por eles.

Para isso, ao contrário dos trabalhos citados anteriormente, que se concentraram nas Listas Nominativas de Habitantes, temos aqui como principal corpo documental inventários *post-mortem*. Examinamos 34 inventários que recobrem o período que vai de 1800 a 1830 e que se referem a diferentes proprietários residentes em Castro, uma vila pertencente nesse momento à capitania e depois província de São Paulo.

Ao contrário de outras pesquisas que também fizeram uso de inventários, nossa amostra não é muito numerosa. São 34 documentos, mas que com suas muitas páginas permitiram que fosse feita uma análise mais qualitativa das informações, tentando buscar interpretações que ultrapassassem os dados quantitativos. É claro, porém, que não deixamos de lado esses últimos, também fundamentais para compreender certas questões como a quantidade de escravos, faixas-etárias, patrimônio dos inventariados, entre outras que serão acompanhadas na leitura dos capítulos.

A análise, porém, não se resumiu apenas aos inventários *post-mortem*. Foram levantados também outros tipos de processos cíveis, como as prestações de contas de testamentos, além das Listas Nominativas de Habitantes, que possibilitaram um frutífero cruzamento de dados. O inventário de bens rústicos de Castro, referente ao ano de 1818 e determinado pela lei régia de 21 de outubro de 1817, também foi utilizado, uma vez que traz informações sobre as fazendas da região, indicando se era dedicada à criação ou à agricultura, extensão do terreno e quantidade de escravos. Por fim, um requerimento feito por um tropeiro, bem como um passaporte a ele concedido, também nortearam nossa análise.

A análise dos inventários e o cruzamento dessas informações com as fontes acima citadas permitiram que fosse elaborada para este trabalho uma estrutura que compreende três capítulos. O primeiro enfoca a comunidade escrava vista através dos proprietários. Em um primeiro momento a vila de Castro é situada dentro de um contexto maior, ou seja, o sistema comercial que interligava todo o sul da América portuguesa. Depois disso, passamos a uma análise do patrimônio dos proprietários, começando pelos mais abastados para então chegarmos aos menos afortunados, que eram a maioria. Aqui nos debruçamos sobre a descrição dos bens dos inventariados bem como sobre as dívidas ativas e passivas, em busca das redes de comércio que se estabeleciam entre os proprietários, fosse da própria vila de Castro ou de outras vilas.

Ainda nesse primeiro capítulo fornecemos alguns dados sobre o grupo de escravos encontrados em nossa amostra, como o tamanho das unidades escravistas, número médio de posse por proprietário e preço dos cativos. Por fim, é feita uma análise de como essa comunidade escrava foi formada, ou seja, o que deu condições e de que maneira os proprietários adquiriam os escravos.

No segundo capítulo começamos abordando o universo escravo através de aspectos demográficos da comunidade, como a faixa-etária dos cativos, sexo e procedência. Em seguida passamos a investigar os grupos de crioulos e de africanos separadamente, para que as especificidades de cada um pudessem ser melhor analisadas. Para finalizar o capítulo enfocamos as atividades desempenhadas pelos escravos dentre as quais se incluíam desde serviços de costura até a participação nas viagens empreendidas por seus senhores para compra e venda do gado. Independente de pertencerem ao grupo de crioulos ou de africanos, como já foi observado, todos faziam parte de uma mesma comunidade, formada, a princípio, para atender as necessidades de seus proprietários.

Apesar da formação da comunidade ter se dado devido a ação coercitiva dos senhores, foram os escravos que lhe deram seus contornos, sua configuração particular. No último capítulo trataremos de algumas experiências vividas pelos cativos que formavam a comunidade forçada aqui estudada. Informações mais qualitativas extraídas dos próprios inventários e dos demais documentos permitiram que fosse feita uma abordagem de vários aspectos das trajetórias de suas vidas, tais como a existência de uma economia interna entre eles, evidenciada pela presença de cativos como credores nos inventários por venda de mantimentos, bem como de escravos devedores, o que indica que tinham alguns meios de conseguir crédito em decorrência de suas atividades. Além disso, analisaremos as possíveis alianças que se formaram dentro da comunidade escrava, materializadas em casamentos ou em fugas. Cativos que obtiveram a alforria também estão presentes na documentação e, para alguns deles, conseguimos saber um pouco de suas vidas em liberdade, o que deixou evidente que também eles mantinham contato com pessoas de outras vilas e formavam redes de relacionamento, possibilitadas pelo fato de participarem das atividades do tropeirismo, viajando junto com seus senhores, conforme demonstrado no segundo capítulo. A dissertação será finalizada, portanto, com um capítulo dedicado às experiências que o convívio em uma comunidade formada como decorrência das atividades de criação e de venda do gado possibilitou aos escravos.



## **1. A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE ESCRAVA.**

### **1.1 Vila nova de Castro: uma povoação dos Campos Gerais**

A região de Castro ficou conhecida na historiografia por seu envolvimento na criação de animais, justamente por estar na chamada rota dos tropeiros e também por estar situada em um local geograficamente propício a este tipo de atividade. Porém, antes de Castro estar integrado no caminho que levava o gado até as áreas consumidoras, outras rotas foram utilizadas. Em finais do século XVII foi aberta uma estrada que ligava a recém criada vila de Curitiba à Sorocaba. Por esse caminho os primeiros animais, criados principalmente nos Campos Gerais, e também nos campos de Curitiba, foram conduzidos para São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No entanto, o gado aí criado não era suficiente para abastecer o crescente mercado interno. A solução estava mais ao sul, na região de Vacaria do Mar e nos campos do Rio Grande de São Pedro do Sul. Para viabilizar a comunicação com esta região, em 1730 foi aberto o caminho ligando Viamão à Sorocaba<sup>15</sup>. A partir de então, a integração do sul com o restante da colônia se intensificou uma vez que esta estrada, que ficou conhecida como Caminho do Viamão, ligava as terras gaúchas às paulistas, passando pelos Campos Gerais, o que incluía Castro, até chegar a Sorocaba. Daí partiam outros caminhos para diferentes localidades da América portuguesa, facilitando o escoamento da produção sulina.

Com a abertura do caminho do Viamão muitas povoações foram surgindo e prosperando ao longo da estrada, como foi o caso de Castro, que em 1730, ano de abertura de tal caminho, tinha a denominação de Pouso do Iapó. Porém, a ocupação desse território remonta ao início do século XVIII quando sesmarias foram distribuídas na região. As terras foram adquiridas principalmente por proprietários vindos de Paranaguá, Santos e São Paulo, sendo que uma boa parte deles não residia na sesmaria recebida, ou seja, eram proprietários absenteístas, que contavam apenas com um fazendeiro e escravos para fazer prosperar a terra<sup>16</sup>.

Em 1770, Afonso Botelho, Chefe de Expedições Militares, providenciou para que fossem criadas duas freguesias nos Campos Gerais, a de Sant'anna do Iapó (Castro) e a de Santo Antonio do Registro (Lapa). Começaram então a ser nomeadas as primeiras

---

<sup>15</sup> TRINDADE, J. B. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração, Publicações e Comunicações Ltda., 1992. p. 30.

<sup>16</sup> Existe um levantamento das fazendas e sítios dos Campos Gerais feito em 1772 por Afonso Botelho em que constam as propriedades formadas por absenteístas, que contavam com um fazendeiro e, muitas vezes, um escravo para administrar a fazenda. Citado por WESTPHALEN, C. M. Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná? *Revista da SBPH*, n° 13: 25-63, 1997. pp. 52-53.

autoridades da freguesia, que em 1780 contava com 688 habitantes, dos quais 479 eram livres e 209 escravos<sup>17</sup>. Já em 1789, foi elevada a categoria de vila e denominada Vila Nova de Castro, em homenagem ao Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos de Portugal, Martinho de Melo e Castro, atuante nesta pasta entre 1785 e 1790<sup>18</sup>.

No período que aqui nos interessa – 1800-1830 – Castro manteve sua população em uma média de 4.500 habitantes, chegando a 5.036 pessoas em 1810 e 3.787 indivíduos em 1824<sup>19</sup>. A capitania de São Paulo como um todo, neste mesmo período, aumentou sua população de 169.544 para 287.645 habitantes<sup>20</sup>. O que hoje conhecemos por Paraná, à época chamado de 5ª Comarca de São Paulo, também aumentou sua população nas primeiras décadas do século XIX. Entre 1810 e 1830, os habitantes dessa região passaram de 27.589 para 36.701 pessoas, sendo que a região dos Campos Gerais ainda era a menos povoada<sup>21</sup>.

No início do século XIX, Castro já era uma vila reconhecida por seu envolvimento nas atividades tropeiras e pecuaristas, e a ampliação do mercado interno ocorrida nesses anos favoreceu o desenvolvimento dessas atividades. Uma das alavancas para que essa ampliação acontecesse foi a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808. Este evento proporcionou o estabelecimento de relações mercantis com diversas regiões do Brasil, incluindo aí o sul da América portuguesa que abastecia a corte de gado vacum, cavalar e muar, fosse para transporte, vestuário ou alimentação<sup>22</sup>.

Mas não era apenas a corte que o sul do Brasil abastecia; Minas Gerais, mais intensamente no século XVIII – quando a atividade da mineração ainda trazia algum lucro para aquela Capitania e necessitava do gado muar para transporte – e as lavouras de café em São Paulo, prósperas no início do século XIX, também se faziam valer dos animais vindos pelos caminhos do sul. Minas Gerais, porém, também se dedicava a criação de animais e à produção de gêneros para o abastecimento interno, principalmente o sul da

---

<sup>17</sup> DINIZ, J. M.F, et. al. *Cronologia: Castro Antiga*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003. p. 34.

<sup>18</sup> FERREIRA, J. C. V. *Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. p. 81.

<sup>19</sup> COSTA, I. del N. e GUTIÉRREZ, H. *Paraná: mapas de habitantes, 1798-1830*. São Paulo: IPE, 1985. pp. 50, 76, 102, 130 e 162.

<sup>20</sup> MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000. p. 71.

<sup>21</sup> WESTPHALEN, C. M. Afinal, existiu ou não.... p. 26.

<sup>22</sup> MARCONDES, R. L. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado. (1801-1811). In: *Topoi*, Rio de Janeiro, n.º 2, mar. 2001, 41-71. pp. 41-42.

capitania, que, no início do século XIX, já começava a fazer concorrência com o gado vindo dos Campos Gerais e do Rio Grande de São Pedro do Sul<sup>23</sup>.

Os habitantes dos Campos Gerais desempenhavam também o papel de mediadores, viajando para o Rio Grande de modo a comprar os animais, trazendo-os para suas terras a fim de descansá-los e engorda-los para, posteriormente, os revender em Sorocaba. Além disso, também se dedicavam à criação de gado, conforme a historiografia e também nossas fontes demonstraram.

O gado vacum, da mesma forma que o muar, era vendido a comerciantes paulistas, cariocas ou mineiros, que comumente mantinham sociedade com negociantes, principalmente com os de Castro<sup>24</sup>. Segundo Maria Thereza Petrone, o comércio destes animais tinha seu centro nesta região, visto existirem inúmeras fazendas ali. A mesma autora, utilizando a documentação pessoal do Barão de Iguape, morador em Sorocaba, constatou que este mantinha sociedade com fazendeiros em Castro e Lapa, entre eles João da Silva Machado, o Barão de Antonina. Além dele, Luciano Carneiro Lobo e José Felix da Silva, residentes em Castro, aparecem nas negociações com o Barão de Iguape.<sup>25</sup> Mais adiante apresentaremos mais detalhes sobre esses fazendeiros.

Voltando a primeira metade do século XIX, período que aqui nos interessa mais diretamente, já não podemos falar apenas no caminho do Viamão como a única via para o escoamento do gado. Do Rio Grande do Sul surgiram outros caminhos, como o que saía dos campos de Vacaria, menos longo e com melhores condições para os viajantes, que se encontrava com o caminho do Viamão na região de Lages. Em fins da década de 1840 é aberta a Estrada das Missões ou de Palmas, que passava pelos recém descobertos campos de Guarapuava até chegar a região de Ponta Grossa, de onde seguia pelo caminho já existente até Sorocaba<sup>26</sup>. Mesmo com todas as alterações nos caminhos, Castro não deixou de estar na rota dos tropeiros, desde a primeira metade do século XVIII até finais do XIX, quando o tropeirismo começou a entrar em decadência.

A vila de Castro, portanto, se viu cortada por um caminho que além de integrar a região ao restante da colônia, também estabeleceu redes pessoais e comerciais de interdependência, que se mantiveram por séculos a fio. Essas redes trouxeram novas

---

<sup>23</sup> Sobre a agricultura de abastecimento e a criação de gado no sul de Minas Gerais ver LENHARO, Alcir, *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

<sup>24</sup> PETRONE, M. T. *O Barão de Iguape*. Um empresário da época da independência. São Paulo: Nacional, 1976. p. 41.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>26</sup> TRINDADE, J. B. *Op. cit.* pp.33-35.

possibilidades para as pessoas que ali residiam, que além do cultivo da terra e da criação de animais, poderiam se envolver nas atividades tropeiras, servindo de intermediários na compra do gado no Rio Grande do Sul, sua invernagem nos Campos Gerais e a venda nas feiras de Sorocaba. Além disso, por ser uma região de passagem obrigatória para os tropeiros, a venda de fazendas secas e de outros gêneros também se tornava um bom negócio.

A economia de abastecimento, característica dessa região ao sul da América portuguesa, há alguns anos vem sendo repensada pela historiografia. Se antes ela ocupava um papel secundário nas análises históricas sobre a economia colonial, hoje ela é objeto de muitos trabalhos. João Luís Ribeiro Fragoso desenvolveu um estudo no qual sustenta que a economia de abastecimento poderia induzir a acumulação de capital e, conseqüentemente, a geração de grandes riquezas<sup>27</sup>. É o caso de alguns tropeiros e criadores de gado dos Campos Gerais. Em Castro e também na Lapa, encontramos fazendeiros com grandes rebanhos, terras extensas e um número de escravos que não fica muito atrás das fazendas de café paulistas, por exemplo. Em nossa análise apresentaremos alguns desses proprietários que em seus inventários arrolaram um cabedal significativo em animais e escravos, como também em bens de raiz. Porém, não deixaremos de lado os pequenos proprietários, que constituíam, ademais, a maioria da população.

Para o centro-sul da América portuguesa, o tropeirismo e a criação de animais trouxeram mais do que apenas a possibilidade de acúmulo de capital; trouxeram também sua integração ao restante da colônia, participando ativamente da economia de abastecimento, além de consolidar a posse portuguesa das terras do extremo-sul, antes sujeita a invasão dos espanhóis, por ser uma região de fronteira.

## 1.2 Os proprietários

O pequeno grupo de proprietários aqui analisados, porém, representativo do conjunto, faleceu entre os anos de 1800 e 1830 e tiveram seus bens arrolados e avaliados em inventários produzidos pelo juízo ordinário e/ou de órfãos da vila de Castro. São 34 pessoas que possuíam bens suficientes para que seus herdeiros fizessem partilhas através de um inventário, coisa que nem todos tinham condições de fazer no lugar e no período aqui considerados, uma vez que as custas do processo corriam por conta do inventariante e dos herdeiros.

---

<sup>27</sup> FRAGOSO, J.L.R. *Op. cit.*

O chamado monte-mor, que era a soma bruta de todos os bens do falecido, mostra o capital acumulado por cada proprietário do grupo aqui analisado. A tabela abaixo revela a maioria dos inventariados com um patrimônio não muito expressivo:

**Tabela 1 – Valor total dos bens dos proprietários de Castro, 1800-1830.**

Valor total dos bens	Quantidade de proprietários	%
Menos de 1 conto	21	62
+ 1 até 5 contos	07	20
+ 5 até 10 contos	03	09
+ 10 até 20 contos	02	06
+ 20 contos	01	03
Total	34	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de Castro, 1800-1830. Vara cível de Castro.

Mais da metade dos proprietários teve seus bens avaliados em menos de um conto de réis. Deve se ressaltar que o monte-mor não incluía as dívidas ativas ou passivas do inventariado, o que significa que alguns tiveram seu patrimônio bastante prejudicado após serem pagos os credores e poucos eram os que tinham algum crédito para receber. O único proprietário que teve seu patrimônio avaliado em mais de vinte contos de réis foi Francisco Xavier da Silva, o qual apresentava uma diferença gritante em relação aos outros cabedais. O monte-mor desse senhor chegou a impressionante cifra de 109 contos de réis, enquanto que o patrimônio do segundo mais rico proprietário do grupo não chegou a 15 contos de réis. Mais adiante falaremos das peculiaridades do cabedal desse tão abastado senhor.

Nas três décadas aqui consideradas, a percentagem de inventariados com um patrimônio inferior a um conto de réis é bastante aproximada. Em todas elas esse percentual foi superior a 50%. Ou seja, entre os anos de 1800 e 1830 mais da metade dos proprietários tinha uma fortuna não muito expressiva, que não chegava a um conto de réis.

Os cabedais não muito avultados poderiam nos levar a pensar que a minoria dos proprietários tinha escravos. Mas o que acontece é justamente o contrário, dos 34 inventariados, apenas cinco não contavam com a mão-de-obra cativa, ou seja, 85% eram escravistas. Eduardo Spiller Pena, em trabalho sobre Curitiba na segunda metade do século XIX, ressaltou que “a existência de muitos proprietários possuindo poucos escravos pode ter alargado a base de sustentação política e social dessa forma coercitiva de expropriação de trabalho.

Seria sem dúvida mais difícil contestar o regime se o mesmo se encontrava espalhado, penetrando todos os poros do tecido social”<sup>28</sup>.

Também em Castro a propriedade escrava penetrava todo o corpo social. Havia desde senhores com apenas um cativo até aqueles com mais de cinquenta. Muitos proprietários, inclusive, tinham nos escravos a sua maior riqueza, representando mais da metade do valor total dos bens, como foi o caso de Francisco Alves de Oliveira, cujos escravos representavam 98% do monte-mor.

Mas nem sempre era assim. Para alguns proprietários, o que tinha maior peso em suas riquezas eram os animais, ou os bens de raiz, conforme exposto na tabela abaixo:

<b>Tabela 2 - Participação do valor dos escravos, animais e dos bens de raiz no total do monte-mor dos inventariados.</b>				
PROPRIETÁRIOS	TOTAL DO MONTE-MOR	ESCRAVOS % RÉIS	ANIMAIS % RÉIS	BENS DE RAIZ % RÉIS
Ignácio Rodrigues da Silva	906\$940	67% - 611\$000	07% - 62\$960	21% - 190\$000
Leonor Alves de Araújo	144\$420	N/P	66% - 95\$120	28% - 40\$000
Ignácio Taques de Almeida	647\$160	24% - 152\$800	32% - 209\$040	34% - 217\$000
Francisco Machado da Silva	2:190\$800	55% - 1:200\$200	34% - 746\$200	07% - 150\$000
Antonio Ribeiro de Sima	1:056\$720	28% - 294\$400	46% - 486\$220	09% - 100\$000
Francisca de Sá	8:209\$920	16% - 1:344\$400	54% - 4:457\$020	18% - 1:460\$000
Francisco Carvalho de Oliveira	503\$900	31% - 157\$000	19% - 94\$640	39% - 198\$200
Fazenda Pitangui	4:302\$510	49% - 2:087\$200	26% - 1:131\$700	17% - 739\$280
João Machado Cardoso	455\$260	41% - 186\$400	33% - 148\$480	07% - 30\$000
Rosa Maria e Silva	514\$720	61% - 315\$600	N/P	23% - 120\$000
Manoel Lopes Branco e Silva	10:046\$844	10% - 1:031\$800	47% - 4:693\$500	15% - 1:500\$000
Maria Francisca de Jesus	290\$100	44% - 128\$000	17% - 49\$680	N/P
José Rodrigues Betim	5:503\$790	24% - 1:335\$200	44% - 2:413\$560	25% - 1:380\$000
João Felix Pereira da Cunha	504\$660	85% - 428\$800	02% - 12\$720	08% - 40\$000
Theodoro da Silva Souza	1:136\$060	71% - 803\$600	08% - 87\$500	19% - 220\$000
Francisco Alves de Oliveira	458\$920	98% - 448\$000	01% - 5\$800	N/P
Thereza Ferreira	288\$760	81% - 236\$400	18% - 51\$960	N/P
Francisco Ferreira Martins	122\$120	N/P	69% - 84\$560	N/P
Joaquim de Mello Rego	502\$580	41% - 204\$800	44% - 219\$280	05% - 25\$500
Cirino Borges de Macedo	534\$350	64% - 343\$200	10% - 52\$280	15% - 80\$000
José Rodrigues Pereira	2:604\$020	26% - 676\$800	62% - 1:618\$420	15% - 400\$000
Manoel Ferreira Dias	508\$800	77% - 392\$000	05% - 23\$200	13% - 66\$000
Manoel Pinto dos Santos	691\$620	81% - 563\$200	18% - 122\$060	N/P
Francisco de Paula Ribas	6:367\$040	21% - 1:356\$800	37% - 2:379\$720	20% - 1:325\$600
Manoel Nunes de Siqueira	180\$360	64% - 115\$200	07% - 12\$500	N/P
Anna de Quadros Oliveira	654\$360	14% - 89\$600	43% - 281\$320	N/P
Bernardino Correia de Almeida	123\$820	N/P	N/E	N/E
José Sutil de Oliveira	612\$000	65% - 400\$000	03% - 18\$000	02% - 10\$000
Sebastião Sutil de Oliveira	527\$400	73% - 384\$000	27% - 143\$400	N/P
Antonio Rodrigues Penteado	1:671\$280	77% - 1:290\$000	14% - 239\$040	04% - 60\$000
Manoel Francisco de Mattos	1:149\$920	N/P	04% - 49\$400	N/P
Miguel Garcia Leite Penteado	566\$900	N/P	27% - 152\$540	N/P
Francisco Xavier da Silva	109:065\$577	20% - 21:607\$600	07% - 7:803\$000	07% - 7:422\$000
Joaquim Carneiro Lobo	14:269\$720	36% - 5:110\$800	19% - 2:697\$920	40% - 5:780\$000

Fonte: Inventários *post-mortem* de Castro, 1800-1830. Cartório Cível de Castro.

N/P: Não possui. N/E: Não especificado

<sup>28</sup> PENA, E. S. *O Jogo da Face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 31.

Observando a tabela constatamos que na maioria dos inventários, 53% deles, os escravos tinham maior peso entre o valor total dos bens. Os animais aparecem em segundo, representando maior participação em 35% dos espólios, seguido dos bens de raiz, que em apenas 9% dos inventários atingiu maior valor que o restante do patrimônio.

No que diz respeito aos escravos, percebemos que Francisco Alves de Oliveira é o caso mais extremo, mas, além dele, outros 13 inventariados tinham em seus cativos mais da metade do valor total de seus bens. Destes 14 proprietários, 11 tiveram o patrimônio avaliado em menos de um conto de réis, ou seja, entre os menos afortunados era mais comum que os cativos fossem os bens de maior valor. Entre os mais abastados, que é o caso, por exemplo, de Joaquim Carneiro Lobo, mesmo possuindo um bom número de escravos, estes não chegavam a representar mais da metade do valor dos bens. O grupo de escravos de Joaquim teve 36% de participação no valor total de seu patrimônio; a de Francisco Xavier da Silva apenas 20%. Contraditoriamente, eram os dois proprietários com o maior número de escravos e os que atingiram as maiores quantias na avaliação de seus cativos. No caso de Joaquim observamos na tabela que os bens de raiz eram o que tinha de mais valioso, já que a família era proprietária de mais de uma fazenda. O espólio de Xavier da Silva é peculiar, pois, nem os escravos, nem os animais e nem os bens de raiz tinham maior peso, mas sim os chamados móveis, pois esse proprietário era dono de um armazém em Sorocaba e os objetos que possuía para venda era o que somava a maior quantia do total de seu espólio.

Constatamos que em 80% dos inventários o valor dos escravos era superior ao valor dos bens de raiz e, em nenhum inventário, o peso das casas e terrenos chegou a 50% do valor total dos bens. Tal situação era diferente do que aconteceu com os escravos que, como vimos, em 14 espólios representavam mais da metade do valor do monte-mor. Outro dado interessante dessa tabela é o fato de existirem sete inventariados que possuíam escravos mas não possuíam terras, situação já observada por Gutiérrez através da análise das Listas Nominativas de Habitantes e da Relação de Bens Rurais. O autor cita o trabalho de Zélia Cardoso de Mello para a cidade de São Paulo, que encontrou nos escravos um peso maior do que as terras<sup>29</sup>. Para Gutierrez, se o mesmo valesse para o Paraná, os escravistas sem terras teriam precedido os donos de terras numa escalada de riqueza<sup>30</sup>. Foi o que observamos através dos inventários e da tabela 2, ou seja, em Castro também os escravos tinham maior peso no patrimônio dos inventariados do que as terras. Outra

---

<sup>29</sup> MELLO, Z. C. de. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985.

<sup>30</sup> GUTIÉRREZ, H. Donos de terras e escravos...p. 108.

constatação importante é que 10 dos inventariados não possuíam terras enquanto que apenas cinco não possuíam escravos. Os terrenos, portanto, não eram um bem essencial para a sobrevivência da população de Castro, ao contrário do gado, que era o motor da economia da região.

Os animais estão presentes em praticamente todos os espólios. Apenas um inventário não traz nenhum animal arrolado entre os bens; trata-se de um documento incompleto de 1809 no qual o juiz de órfãos acusa o inventariante, Cirino Borges de Macedo, de não ter apresentado todos os bens de sua falecida esposa, Rosa Maria e Silva. Podemos inferir que o viúvo tenha deixado de fora da partilha alguns animais, uma vez que em 1819 temos o inventário do próprio Cirino, no qual vem arrolado 28 cabeças de gado vacum, cavalar e muar.

Em uma sociedade majoritariamente agro-pastoril, como era a de Castro, os animais constituíam o nexo da vida sócio-econômica. Porém, apesar de todos os proprietários possuírem algum tipo de gado, os números variavam bastante. Enquanto alguns os utilizavam apenas para a subsistência, outros se dedicavam à sua criação e venda, e faziam disto o seu meio de vida. A tabela abaixo demonstra a posse de cabeças de gado dos inventariados:

**Tabela 3 – Número de cabeças de gado dos inventariados (entre bovinos, eqüinos, muares e ovinos)<sup>31</sup>**

Castro	Inventariados		Cabeças de gado inventariadas	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Até 100 cabeças	21	63,7	730	6,19
De 101 até 500	04	12,1	738	6,25
De 501 até 1.000	04	12,1	3.299	27,96
Mais de 1.000	04	12,1	7.031	59,6
Total	33	100	11.798	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de Castro, 1800-1830. Vara cível de Castro.

Maximiliano Menz, em artigo sobre a pecuária na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX, período análogo ao deste trabalho, encontrou números bastante diferentes dos apresentados na tabela acima. Analisando os municípios de São Borja e Alegrete, esse autor considerou pequenos proprietários aqueles

<sup>31</sup> Tabela desenvolvida com base no trabalho de MENZ, M. O Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX: atividades pecuárias na fronteira oeste. In: *História Unisinos*. V. 6, n. 5, jan-jun, pp. 159-174, 2002. p. 162.



inventariados com até 1.000 animais, médios os que possuíam de 1.001 a 5.000 e grandes aqueles com mais de 5.000 cabeças de gado<sup>32</sup>. Se considerássemos esta média para Castro, teríamos a grande maioria (87,9%) dos inventariados classificados como pequenos criadores e, apenas 12,1% no grupo considerado médio. O proprietário de Castro, encontrado em nossa amostra, com o maior rebanho possuía 2.175 animais, portanto, nenhum poderia ser considerado um grande proprietário conforme os critérios estabelecidos para àquela região da província do Rio Grande do Sul.

Castro, entretanto, como estava localizada no meio do caminho entre os campos do Rio Grande e Sorocaba, tinha outras possibilidades que não apenas a criação de animais. Como já observamos anteriormente, os habitantes dos Campos Gerais serviam também de intermediários, comprando gado no Rio Grande do Sul e revendendo-os em Sorocaba. Além disso, alguns proprietários alugavam suas terras para a invernagem do gado, ou seja, para descanso e engorda antes de serem vendidos, além do comércio e da agricultura, atividades também presentes em Castro.

Um fator comum constatado tanto na tabela aqui apresentada como na elaborada por Menz, é que os grandes proprietários detinham a posse da maior parte do número total de animais. Em nossa amostragem mais da metade do total de cabeças de gado está sob o domínio de apenas quatro indivíduos, os quais conheceremos melhor a seguir.

### 1.2.1 Os mais abastados

Para o contexto aqui analisado podemos considerar estes quatro proprietários com mais de 1000 cabeças de gado – incluindo bovinos, eqüinos e ovinos – como grandes criadores de animais. O inventário de uma mulher, Francisca de Sá, foi o que mais arrolou animais entre seus bens: 2.175. Francisca faleceu em 1806 e era esposa de Luciano Carneiro Lobo, homem de muitas posses e conhecido por negociar animais. Como já mencionamos anteriormente, segundo Petrone, Luciano aparece em negociações com o barão de Iguape, rico negociante de Sorocaba. A família Carneiro Lobo teve muita influência na região de Castro, e era uma das mais abastadas. Além de Luciano, temos o inventário de outro integrante dessa família, Joaquim Carneiro Lobo. Segundo Francisco Negrão e sua *Genealogia Paranaense*, Luciano e Joaquim eram irmãos, filhos do mesmo pai, Francisco Carneiro Lobo, falecido em 1795<sup>33</sup>. O primeiro era filho legítimo de Francisco e sua primeira mulher, Quitéria Rodrigues da Rocha, já o segundo era um filho

---

<sup>32</sup> MENZ, M. *Op. cit.* p. 165.

<sup>33</sup> NEGRÃO, F. *Genealogia Paranaense*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2005. v. 3, 1928.

natural, reconhecido pelo pai em testamento, ou seja, provavelmente Joaquim era fruto de uma relação extra-conjugal ou então anterior ao casamento de Francisco. Mais adiante conheceremos um pouco mais de Joaquim Carneiro Lobo; agora, falaremos de seu meio-irmão.

Analisando as dívidas ativas e passivas de Luciano Carneiro Lobo e sua falecida esposa percebemos a extensão dos negócios dessa família. Tinham dívidas a receber na vila de Jacareí (SP) e na vila de Campanha (MG), além de algumas na própria vila de Castro. Já os credores, em maior número do que os devedores ao monte, moravam em Sorocaba (SP), Mogi das Cruzes (SP), São João de Atibaia (SP), cidade de São Paulo (SP), paço do Rio Verde (MG), Curitiba (SP), Rio de Janeiro (RJ) e também no “continente do sul”, como denominavam a capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. Também havia credores entre alguns moradores de Castro.

Em alguns casos vem especificado o motivo da dívida e entre estes está a compra de boiadas e de uma mula, condução de tropas, pagamento feito a um tropeiro, além de muitos empréstimos que Luciano provavelmente fazia para comprar os animais. Fica claro então, que esta família se dedicava à compra e venda de gado, mantendo relações com diversas áreas da América portuguesa. Esse dado reflete a rede mercantil e também pessoal que se estabeleceu entre os proprietários de Castro com os de outras vilas do Centro Sul da América Portuguesa, formando o que Frágoso e Florentino chamam de “cadeia de endividamento”, ou seja, proprietários que eram credores e ao mesmo tempo devedores a pessoas de áreas distintas, como era o caso de Luciano Carneiro Lobo<sup>34</sup>.

Na Lista Nominativa de Habitantes de 1804, Luciano aparece com 46 anos, natural de Castro e sargento das Ordenanças desta vila<sup>35</sup>. Já sua mulher, Francisca, tem nesta data 45 anos e também é natural da vila de Castro. Nas observações consta que planta para subsistência e que vendeu mais de 300 potros e comprou também mais de 300 animais, entre bovinos, eqüinos e muares, o que confirma seu envolvimento no negócio de animais.

Luciano Carneiro Lobo era proprietário da fazenda de Jaguariaíva, das Almas e também do sítio de São Thomé, que juntos foram avaliados em 1:460\$000 (um conto e quatrocentos e sessenta mil réis). Porém a maior delas e também a que residia sua família, era a de Jaguariaíva, avaliada em 800\$000 (oitocentos mil réis). A mão-de-obra destas

---

<sup>34</sup> FLORENTINO, M.; FRAGOSO, J. L. R. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2001. Ver capítulo IV, especialmente o tópico “A natureza estrutural da cadeia adiantamento/endividamento”.

<sup>35</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1804. Cópia do CEDOPE/UFPR (Originais no AESP).

terras era composta por escravos e agregados. Na época da feitura do inventário, constavam 20 cativos pertencentes ao casal, sendo que outros cinco haviam sido dados como dote para seus filhos. Em 1804, a Lista Nominativa traz dez agregados, cinco adultos e cinco crianças, incluindo quatro negros, talvez ex-escravos de Luciano<sup>36</sup>.

O segundo inventário com o maior número de animais arrolados – 2.018 – foi o de Manoel Lopes Branco e Silva, dono das fazendas de Boa Vista e Limoeiro. Esta última vizinha a de Jaguariaíva, pertencente a Luciano Carneiro Lobo, o qual fora, ademais, testamenteiro de Manoel, que faleceu em 1810. Nesse mesmo ano, sua filha Isabel Branco e Silva, fruto de seu primeiro matrimônio, casou-se com Luciano que, como vimos, ficara viúvo em 1806. Com certeza esse casamento trouxe bons lucros para Luciano, uma vez que iria agregar aos seus bens toda a herança que cabia à sua mulher: mais de um conto de réis em dois escravos, animais e outros objetos. Além disso, o casamento lhe traria mais prestígio, já que sua noiva era filha de um homem influente. O matrimônio parece ter sido uma estratégia de Luciano para sair da má situação que havia ficado após a morte de sua primeira mulher. As dívidas do casal eram muitas, representando mais da metade do patrimônio total; os escravos e os animais da fazenda de Jaguariaíva teriam de ser leiloados para pagamento dos credores. Luciano, não querendo ficar apenas “com o casco da fazenda”, hipotecou-a para não ter que abrir mão do gado e dos cativos, se comprometendo a pagar todas as dívidas. É provável que tenha visto em Isabel uma maneira mais rápida de se recuperar dos prejuízos e, ao que parece, a estratégia funcionou.

Será em anos posteriores ao seu casamento com Isabel que Luciano aparece nas correspondências do futuro barão de Iguape, Antonio da Silva Prado, com quem mantinha negócios vendendo animais criados em sua fazenda de Jaguariaíva. Petrone afirma que em 1826 o sócio de Antonio e responsável pela ida até os Campos Gerais para negociar os animais, Domiciano Zacarias, comprou de Luciano uma boiada<sup>37</sup>. Antes de se casar com Isabel, Luciano Carneiro Lobo já era um fazendeiro de posses consideráveis, mas é certo que após o casamento conseguiu maior prestígio e, em consequência, mais negócios e mais riqueza.

Porém, a relação de Luciano Carneiro Lobo com a família de sua segunda esposa, já vinha desde finais do século XVIII, quando ele era proprietário da fazenda da Boa Vista e, em 1796, vendeu-a para o capitão Francisco Cardoso de Menezes, morador em Santos e

---

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> PETRONE, M.T.S. *Op.cit.* p. 42.

pai de Maria Lúcia, futura esposa de Manoel Lopes Branco e Silva<sup>38</sup>. Quando estes se casaram, provavelmente entre os anos de 1796 e 1799, receberam como dote a fazenda da Boa Vista e também a de Limoeiro, vizinhas uma da outra, além de 24 escravos e 400 bois.

Manoel Lopes Branco e Silva era natural da vila de Alcácer do Sal, reino de Portugal, casado com Maria Lúcia de Menezes, esta natural da vila de Santos, capitania de São Paulo. Quando se casaram, ele era Ouvidor de Paranaguá, provavelmente com um cabedal não muito significativo, mas com algum prestígio por exercer um cargo público importante. Veio para o Brasil ainda no século XVIII e, por provisão régia de 12 de outubro de 1789, foi nomeado para o cargo de Ouvidor de Paranaguá<sup>39</sup>.

Segundo Fragoso, Florentino e Faria, o matrimônio era uma das maneiras de enriquecer no período colonial. Um bom casamento poderia significar rápida ascensão na hierarquia social, sendo que neste período a posse de terras e de escravos significava chegar ao topo da sociedade<sup>40</sup>. Estes autores afirmam ainda que era comum comerciantes portugueses casarem com filhas de grandes proprietários de terras. Em seu testamento, Manoel declara que na vila de Alcácer do Sal possuía duas moradas de casas e um armazém; portanto, em sua terra natal, era comerciante. Não é impossível que ele também mantivesse algum tipo de comércio em Paranaguá e que nessa atividade tenha ido para a praça de Santos e conhecido o pai de sua futura esposa.

Era comum o estabelecimento de “alianças matrimoniais alicerçadas em aspectos econômicos, numa troca de prestígio por riqueza”<sup>41</sup> e esse parece ter sido o caso de Manoel Lopes Branco e Silva, que já havia sido casado uma vez com Bibiana Perpétua Branca da Silva, ao que tudo indica ainda em Portugal, uma vez que uma de suas filhas de seu primeiro casamento ainda residia no reino e Bibiana era natural da vila de Chamusca, também em Portugal. Após a morte de sua primeira esposa Manoel casa-se pela segunda vez, agora com Maria Lucia de Menezes, filha de um senhor abastado de Santos, que possuía fazendas em Castro, como já foi dito. A busca por riqueza fica evidenciada no próprio testamento de Manoel, no qual afirma que ganhou a fazenda do Limoeiro, bem como os 24 escravos e os 400 bois nela existentes como dote quando se casou com Maria Lucia, mas que pensou em recusar a proposta quando soube que caso sua mulher morresse,

---

<sup>38</sup> LOPES, J.C.V. *Primórdios das fazendas de Jaguariaíva e região*. Curitiba: J.C.V. Lopes, 2002. p. 27.

<sup>39</sup> NEGRÃO, F. *Memória Histórica Paranaense*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1934. p. 139.

<sup>40</sup> FRAGOSO, J. L. R.; FLORENTINO, M. G.; FARIA, S. C. *A economia colonial brasileira*. (séculos XVI-XIX). São Paulo: Atual, 1998. p. 81.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 80.

os escravos ficariam pertencentes ao vínculo de Nossa Senhora das Neves<sup>42</sup>. Só aceitou assinar a escritura de dote quando sua sogra, Ana Maria das Neves, residente em Santos, lhe enviou uma carta garantindo que os escravos nunca seriam tirados dele.

Carlos de Almeida Prado Bacellar chama a atenção para uniões entre pessoas do mesmo estrato social, mas ligados a atividades diversas, como era o caso da família de Maria Lucia, possivelmente envolvida nos negócios de criação de gado, e de Manoel Lopes Branco e Silva, ouvidor da Comarca de Paranaguá. Segundo Bacellar, “é interessante observar como os casamentos foram arranjados de modo a criar uma ampla rede de alianças com famílias ocupadas nos mais diversos setores de atividade: tráfico de escravos, açúcar, justiça, gado, comércio e política”<sup>43</sup>.

Depois de casado com Maria Lucia, Manoel já não exercia mais o cargo de ouvidor em Paranaguá, residia em Castro e, o grande número de animais arrolados em seu inventário, demonstra que ele e sua família viviam da criação de gado e de sua venda. Porém, Maria Lúcia, a inventariante, afirma que possuía uma quantia em dinheiro proveniente de mantimentos que vendeu e de uma quitanda, demonstrando que também plantavam e produziam alimentos na fazenda, em cujos trabalhos muito provavelmente alguns dos 17 escravos que possuíam à época da produção do inventário estavam envolvidos. Mas isso é assunto para páginas posteriores.

Se a estratégia de Manoel Lopes Branco e Silva para enriquecer foi o casamento, este não foi o caso de Francisco Xavier da Silva, nosso terceiro maior criador de animais, com 1.573 cabeças de gado. Este homem faleceu em 1829 com aproximadamente 70 anos, solteiro e com três filhos naturais, conforme ele mesmo declarou em seu testamento. Não conseguimos saber o nome da mãe de seus filhos, mas há possibilidades de que ela seja de Sorocaba, uma vez que seus dois filhos homens aparecem como naturais desta vila na Lista Nominativa de 1835<sup>44</sup> e sua filha residia em Sorocaba, juntamente com o marido, Francisco José de Mattos, inventariante, testamenteiro e sócio de Xavier da Silva.

Sem dúvida este português, natural da vila de Caparica, se dedicava à criação de animais e às atividades do tropeirismo, constatado o número de animais que possuía e

---

<sup>42</sup> Inventário *post-mortem* de Manoel Lopes Branco e Silva, 1810. Vara Cível de Castro.

O vínculo de Nossa Senhora das Neves era composto por várias fazendas na capitania de São Paulo, de propriedade de Manuel Gonçalves de Aguiar ainda no século XVIII. Quando este faleceu, em 1745, deixou várias de suas fazendas para a Nossa Senhora das Neves, de quem era devoto. Em testamento, encarregou sua sobrinha, Maria Gomes Pinheira, da administração das propriedades. Maria era mãe de Anna Maria das Neves, sogra de Manoel Lopes Branco e Silva. Ver: LOPES, J. C. V. *Informações sobre os bens de Nossa Senhora das Neves no Paraná*. Curitiba: J. C. V. Lopes, 2000.

<sup>43</sup> BACELLAR, C. A. P. *Op. cit.* p. 91.

<sup>44</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1835. Cópia do CEDOPE/UFPR (Originais no AESP).

também a ocupação que vem especificada nas Listas Nominativas, “vive do negócio de tropas”. Porém, além disso, Francisco Xavier da Silva mantinha em Sorocaba, em sociedade com seu genro, um armazém de fazenda seca, que deve ter lhe rendido bons lucros. O comércio estava localizado na Rua das Tropas, conforme descrito no inventário e, provavelmente, era passagem obrigatória dos tropeiros nos tempos da feira, o que deveria render um bom dinheiro para Xavier da Silva e seu genro. O armazém vendia artigos diversos como tecidos dos mais variados, chapéus, vestidos, xales, sapatos, resmas de papel, espelhos, ferramentas para agricultura, artigos para montaria, saca rolhas e até uma garrafa de água da Inglaterra!<sup>45</sup>

Estes e outros artigos do armazém estão arrolados no inventário como bens da vila de Sorocaba, que incluía também quatro moradas de casas, entre elas a que servia de armazém, além de 15 escravos e outros objetos como louça e móveis de madeira. Também em Sorocaba consta que possuía mais de 24 contos de réis só em moedas de prata e cobre, enquanto que em Castro, todos os bens foram avaliados em pouco mais de 34 contos. Em Sorocaba, portanto, era onde estava concentrada a maior parte da riqueza de Francisco Xavier da Silva.

A lista de devedores ao monte era enorme e somou a quantia de mais de 27 contos de réis, enquanto que as dívidas passivas, ou seja, aquelas que Xavier da Silva devia para outras pessoas, somaram apenas 1:211\$164 (um conto, duzentos e onze mil, cento e sessenta e quatro réis). São relacionadas as dívidas ativas, nas quais infelizmente não consta a proveniência delas, mas apenas o nome do devedor e o valor devido, incluindo aí alguns escravos de outros senhores. Este último dado é bastante interessante, pois, nos remete a pensar que esses cativos tinham algum meio de conseguir o seu próprio dinheiro, possibilitando-lhes a compra, mesmo que fiada, de certos produtos como as fazendas secas. Caso se tratasse de um empréstimo feito por Xavier da Silva para esses escravos, infere-se que ele tivesse garantias de que iria receber o seu dinheiro de volta, o que mais uma vez nos faz pensar que os cativos desenvolviam uma “economia interna”, aspecto já trabalhado por Slenes e outros autores<sup>46</sup>. No último capítulo daremos mais atenção a este assunto.

Em outra relação são listados os créditos de Xavier da Silva e aí podemos presumir que ele também emprestava dinheiro para as pessoas. Esse senhor mantinha um negócio

---

<sup>45</sup> Inventário *post mortem* de Francisco Xavier da Silva, 1829. Vara Cível de Castro.

<sup>46</sup> SLENES, R. *Na Senzala, uma flor....* Ver o tópico 5 do capítulo 3: “Camponeses e cativos: a ‘arquitetura’ do sistema escravista”. Além de Slenes, podemos citar o estudo clássico de CARDOSO, C. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

com fazendas e usura, conforme chamaram Fragoso, Florentino e Faria, ao definirem alguns tipos de comércio existentes em núcleos interioranos do Brasil colonial:

a) pequeno comércio – que negociava mercadorias de baixo custo, miudezas como objetos de armarinhos e bugigangas de louça grosseira e vidro, além de ‘secos e molhados’ (...); b) negócios com fazendas e usura – que se diferenciavam do primeiro pelo maior valor dos objetos negociados, além de também fazerem empréstimos a juros; c) usura – que se dedicava apenas ao fornecimento de crédito a outros<sup>47</sup>.

Ainda segundo estes autores, quanto maior o volume dos negócios, menor a proporção do endividamento. Os negociantes de fazendas e usuras e os exclusivamente usurários eram, portanto, os que tinham o conjunto de seus negócios menos comprometido com dívidas, como realmente foi o caso de Francisco Xavier da Silva. Suas dívidas passivas representavam pouco mais de 1% do valor total de seus bens, comprometendo muito pouco o valor bruto do monte-mor.

Na Lista Nominativa de 1803 já encontramos Francisco Xavier da Silva como proprietário e morador na fazenda de Caxambu, em Castro. Nesse tempo, porém, não era um homem de grandes posses; havia marcado 60 vacuns e tinha cinco escravos, dos quais dois havia comprado nesse ano, ambos em Sorocaba. Contava ainda com dois capatazes, sendo que um deles estava “ausente para o sul”, provavelmente para a compra de animais<sup>48</sup>. O termo “ausente para o sul” sempre aparece nos documentos, seja nas Listas Nominativas, seja nos inventários, e sul aí é entendido como a capitania de Rio Grande de São Pedro do Sul, que também era chamado, como vimos, de “continente do sul”.

Xavier da Silva estava então, no início do século XIX, começando a acumular bens que mais tarde o transformariam em um dos homens mais ricos da região de Castro. Segundo Lopes, a fazenda de Caxambu foi adquirida por volta de 1800, tendo Francisco comprado-a de diversos herdeiros<sup>49</sup>. Não sabemos o que ele fazia antes de chegar a Castro, mas podemos conjecturar que viesse de Sorocaba, uma vez que comprou, em 1803, dois escravos nessa vila e, em 1805, a Lista Nominativa traz os nomes de seus agregados, alguns deles sorocabanos<sup>50</sup>. Além disso, como já mencionamos, sua filha residia em Sorocaba e seus filhos também eram naturais dessa vila.

Mas como Francisco teria acumulado capital suficiente para a compra de uma fazenda nos Campos Gerais? É certo que quando de sua morte esse português mantinha um

<sup>47</sup> FRAGOSO, J. L. R.; FLORENTINO, M. G.; FARIA, S. C. *Op. cit.* p. 79.

<sup>48</sup> LOPES, J.C.V. *Primórdios das fazendas...* p. 115.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1805. Cópia do CEDOPE/UFPR (Originais no AESP).

comércio de fazenda seca em Sorocaba em sociedade com seu genro, como já demonstramos. Mas e antes? Recorrendo mais uma vez a Fragoso, Florentino e Faria podemos pensar que Xavier da Silva, ao chegar de Portugal, abriu um negócio que lhe permitiu a acumulação de riquezas e que investiu esse dinheiro em terras e escravos, objeto de desejo dos homens que buscavam prestígio na sociedade colonial. Mais tarde, com um bom capital acumulado, ampliou o comércio que mantinha em Sorocaba estabelecendo sociedade com seu genro.

Apesar de sua maior riqueza estar concentrada na vila de Sorocaba, Francisco preferiu se estabelecer em Castro e se dedicar à criação de animais e à negociação destes, além de investir boa parte de seu capital na compra de escravos, que de ano para ano aumentavam significativamente. Isso corrobora afirmação de Fragoso, Florentino e Faria sobre o que dava prestígio aos homens na América portuguesa: “Investir em terras e homens significava adquirir *status* mais elevado na sociedade colonial (...)”<sup>51</sup>. Foi isso que Xavier da Silva fez; comprou a fazenda de Caxambu, que segundo o Inventário de Bens Rústicos de 1818<sup>52</sup>, media 1500x3000 braças, nada muito significativo se compararmos com as 9000x15000 braças da fazenda de Jaguariaíva, pertencente a Luciano Carneiro Lobo. Mas o maior investimento de Xavier da Silva sem dúvida foram os escravos. Quando faleceu, em 1829, contava com 65 cativos em Caxambu e mais 15 em Sorocaba, perfazendo o total de 80 escravos! Número bastante acima dos 31 cativos que pertenciam a Joaquim Carneiro Lobo, falecido um ano após Xavier da Silva e o segundo mais rico proprietário aqui analisado. Os crioulos e africanos da fazenda Caxambu serão assunto para páginas adiante.

Francisco Xavier da Silva diversificou seus negócios e conseguiu com isso uma fortuna admirável frente a outros proprietários de Castro. Negociava animais, vendia fazendas secas e fazia empréstimos. Um homem solteiro que atravessou o atlântico e construiu um porto seguro ao sul da América portuguesa, sem precisar de um casamento ou de uma herança para isso.

O último entre os 34 inventariados que possuíam mais de 1.000 cabeças de gado é o capitão-mor José Rodrigues Betim, com 1.265 animais. Este senhor era natural da vila de Itu, viúvo de Dona Floriana Maria de Almeida e falecido em janeiro de 1811. Além de capitão-mor da vila de Castro, exerceu também o cargo de juiz de órfãos, sendo responsável, ademais, pela elaboração de alguns inventários usados neste trabalho. Mas o

---

<sup>51</sup> FRAGOSO, J. L. R.; FLORENTINO, M. G.; FARIA, S. C. *Op. cit.* p. 77.

<sup>52</sup> Relação de bens rurais, Castro – 1818. (AESP).



que realmente trazia lucros para Betim não eram os cargos públicos, mas sim a lida com os animais e com a venda de tecidos.

O número considerável de animais já evidencia o envolvimento desse ituano com a compra e venda do gado. Em sua fazenda possuía um potreiro, que era um lugar próprio para o descanso e engorda dos animais. Além disso, suas dívidas também trazem algumas pistas. Devia para muitas pessoas no chamado “continente do sul”, a maioria por créditos, possivelmente para a compra de boiadas. Entre as dívidas que tinha a receber, algumas eram por direito de bestas – ou seja, os impostos cobrados sobre o gado – custeio de éguas e potros trazidos pelo falecido Betim em sua tropa e também uma dívida de Francisco Xavier da Silva, que estava devendo a quantia de um conto de réis, por crédito. Como vimos, Xavier da Silva também estava envolvido no negócio de animais e devia ter algum tipo de relação comercial com Betim. No inventário consta a informação de que o crédito emprestado por Francisco está em poder do coronel Antonio Francisco de Aguiar, em Sorocaba, mais uma evidência da possível transação realizada entre os dois negociantes de Castro para compra e venda de animais.

Pode parecer estranho que Xavier da Silva, um homem tão abastado, como demonstramos, tenha emprestado um conto de réis de José Rodrigues Betim, porém, devemos lembrar que tal empréstimo foi feito antes de 1811 (ano em que faleceu Betim) e, portanto, em um período que Francisco Xavier da Silva ainda não contava com um grande cabedal. Por outro lado, sabemos que as cadeias de endividamento eram inerentes ao comércio de animais. As transações de compra e venda usavam como pagamento, na maioria das vezes, as dívidas e não dinheiro, o que também pode explicar o tal crédito passado a Francisco por Betim.

Mas Xavier da Silva se saiu melhor nos negócios. Enquanto este teve pouco mais de um por cento de seus bens comprometidos com dívidas, José Rodrigues Betim não teve cabedal suficiente para pagar o que estava devendo, tendo de ser feito um rateio entre os credores do falecido. O número de pessoas que deviam para ele não era pequeno e somou a quantia de quase quatro contos de réis que, somados ao valor do restante dos bens avaliados, chegou à quantia de mais de oito contos de réis, que não foram, porém, suficientes para o pagamento das dívidas.

A constatação de que José Rodrigues Betim vendia fazendas também vem das dívidas. Muitas das pessoas arroladas como devedoras, inclusive uma escrava, era pela compra de fazendas. Ao que parece Betim não possuía um armazém, mas apenas comercializava os tecidos que, possivelmente, adquiria em outras vilas, como Sorocaba,

quando ia negociar o gado, e então os revendia em Castro. Luciano Carneiro Lobo, sujeito do qual falamos em páginas anteriores, também está entre os devedores por compra de fazenda. É possível também que vendesse roupas prontas uma vez que um de seus doze escravos era alfaiate e, entre seus bens, havia muitas peças de vestuário como camisas, calças, coletes e um vestido, além de uma tesoura de alfaiate.

O que estes quatro proprietários com o maior número de cabeças de gado nos mostram é que nem sempre maior quantidade de animais, efetivamente significava maior riqueza. E quem sentia isso na pele eram os herdeiros que, muitas vezes, após a feitura do inventário se viam sem nada a receber. Foi o caso dos filhos de José Rodrigues Betim, que viram todo o cabedal de seu pai ser rateado entre uma porção de credores. Sendo assim, é possível que herdeiros de proprietários com um patrimônio menor do que o de Betim tenham ficado em uma situação melhor do que seus filhos após a partilha.

Antes de encerrar essa seção, não podemos deixar de falar aqui sobre um grupo de proprietários bastante peculiar: as ordens religiosas. Em Castro sabemos da presença dos carmelitas e dos jesuítas, que mantiveram extensas fazendas de criação de gado, bastante lucrativas para suas respectivas ordens, contando para isso com a mão-de-obra cativa. Para esta pesquisa tivemos acesso ao inventário de bens da fazenda Pitangui, datado de 1806. A fazenda, à época da feitura do inventário (1806), pertencia a Real Coroa e era arrendada por Atanagildo Pinto Martins, encarregado de administrar a propriedade. Pitangui pertencia aos jesuítas do Colégio de Paranaguá e quando estes foram expulsos de todos os territórios portugueses, em 1759, seus bens foram confiscados pela Coroa portuguesa<sup>53</sup>.

Segundo o documento, a realização do inventário dos bens da fazenda foi ordenada pelo príncipe regente de Portugal, D. João VI, sendo a ordem expedida pelo então governador da capitania de São Paulo, Antonio José de França Horta<sup>54</sup>. Não sabemos o motivo pelo qual foi ordenado o levantamento dos bens de Pitangui no ano de 1806, quando já fazia quase cinquenta anos que os jesuítas haviam sido expulsos e mais de trinta que o papa Clemente XIV havia extinguido definitivamente a ordem, no ano de 1773<sup>55</sup>. No inventário de bens rústicos de 1818 da vila de Castro, a fazenda Pitangui aparece como pertencente ao capitão Benedito Mariano Ribas, que nela residia e que a utilizava para a

---

<sup>53</sup> VAINFAS, R. (direção). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. pp. 326-328.

<sup>54</sup> Inventário de bens da fazenda Pitangui, 1806. Vara Cível de Castro.

<sup>55</sup> Sobre a expulsão dos jesuítas ver: MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

criação de animais, contando para isso com 22 escravos. Podemos então pensar que este capitão tenha comprado a propriedade da Coroa portuguesa em anos posteriores a 1806.

O inventário realizado em 1806 reflete o poder que tinham os jesuítas – o mesmo poder que acabou condenando-os a expulsão e confisco de seus bens. Durante o tempo que atuaram no Brasil conseguiram acumular um cabedal bastante significativo, composto de sesmarias, propriedades urbanas, engenhos, fazendas de gado e escravos, despertando a inveja em funcionários da coroa e nos próprios colonos. A fazenda Pitangui é um exemplo do que os jesuítas conseguiram acumular. Mesmo após tanto tempo de sua expulsão, quase cinquenta anos, a fazenda ainda contava com um número significativo de escravos (31) e de animais (754) reunindo um monte-mor de mais de quatro contos de réis. No último capítulo voltaremos a falar dessa fazenda com características tão peculiares.

O que constatamos nessa seção, portanto, é que em uma sociedade escravista e agropastoril como era a de Castro, o principal índice de riqueza era de fato a propriedade escrava, seguida da posse de animais. Dois elementos fundamentais para a sobrevivência dessa população, fosse entre os mais ricos ou entre aqueles menos afortunados.

A seguir veremos alguns senhores pouco abastados, que não possuíam um grande número de animais, pelo contrário, muitas vezes não chegavam a 50. Situação bastante distinta dos proprietários apresentados anteriormente. No entanto, havia um elemento comum aos que possuíam grandes fortunas e aqueles com um pequeno patrimônio: o escravo. Fosse de um, dois ou sessenta, a maioria dos inventariados de nossa amostragem era proprietário de cativos, evidenciando a disseminação da posse de escravos entre a população de Castro.

### **1.2.2 Os menos afortunados**

Ao falar dos pequenos proprietários estamos, de certa forma, falando também dos mais abastados. Muitos deles começaram com muito pouco e, após anos de trabalho e também de relações como o compadrio e o casamento, por exemplo, conseguiram reunir um patrimônio considerável. Já demos o exemplo de Francisco Xavier da Silva, um português que se arriscou nas terras do Novo Mundo, se estabeleceu em Castro no início do século XIX com alguns poucos escravos e animais e, em 1829, quando faleceu, era dono de uma das maiores unidades escravistas de Castro, bem como de um rebanho bastante significativo. A história de vida dos pequenos proprietários, portanto, é também a história daqueles que prosperaram, mas que para isso precisaram conduzir muita tropa e negociar muitos animais.

Antonio Rodrigues Penteado representa uma boa parcela dos proprietários aqui analisados. Como foi demonstrado na tabela 1, 20% dos inventariados tiveram seu patrimônio avaliado entre um e cinco contos de réis. Além de Antonio, outros seis proprietários fazem parte desse grupo e, dentre eles, apenas um não possuía escravos. Trata-se de Manoel Francisco de Mattos, assassinado em março de 1822, em São Martinho, na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. As circunstâncias e os motivos do assassinato não aparecem no inventário, mas esse homem vivia do negócio de tropas, uma vez que sua mulher declarou que,

(...) seu marido, antes de falecer, tinha feito uma tropinha de bestas a qual vinda para este distrito [Castro], se invernou e foi disposta nas feiras de Sorocaba e, do produto da mesma, depois de se pagarem camaradas, invernadas, quintos, sal e mais custeios, ficou líquido a quantia de 1:100\$000, porém, que desta quantia se deve satisfazer ao alferes Ignácio Rodrigues, morador no Continente do Sul, a quantia de 700 mil réis e juros de três anos, cuja quantia consta por crédito que se acha em poder do dito credor procedido de dinheiro, pois o mesmo emprestou ao falecido inventariado para compra da mesma tropa<sup>56</sup>.

Manoel entrou no grupo que teve o monte-mor avaliado entre um e cinco contos de réis somente devido ao valor da tropa vendida. O valor bruto de seu patrimônio era de 1:149\$920 (um conto, cento e quarenta e nove mil e novecentos e vinte réis), porém, como especificado na declaração da inventariante, desse valor deveria ser descontada a dívida que tinha com Ignácio Rodrigues, alferes morador no Rio Grande de São Pedro do Sul que lhe emprestou o dinheiro para compra da tropa. Depois de pagas as dívidas, a viúva e os herdeiros ficaram com menos de 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis).

A compra de animais no Rio Grande do Sul para então revendê-los em Sorocaba, era uma prática comum entre os proprietários aqui analisados, independentemente do patrimônio. O caso de Manoel Francisco de Mattos demonstra bem o interesse que o comércio de animais despertava na sociedade castrense do início do século XIX e também o seu conseqüente atamento a uma rede mais ampla de relações humanas que vinculava os moradores de Castro aos de outras vilas, tanto do Rio Grande como de São Paulo. Fosse em menores ou maiores proporções, a maioria dos inventariados negociava tropas e boiadas.

As evidências encontradas nos documentos que permitem chegar a essa conclusão são basicamente as dívidas ativas e passivas e também a declaração do inventariante que, muitas vezes, traz algumas pistas, como foi o caso de Manoel Francisco de Mattos, exposto

---

<sup>56</sup> Inventário *post mortem* de Manoel Francisco de Mattos, 1822. Vara Cível de Castro.

acima. A partir disso, observamos que 28 proprietários estavam envolvidos no negócio de animais, ou seja, 82,3% deles.

Mesmo os inventariados que não tinham condições de criar animais em suas terras – até porque muitas vezes não as possuíam, como exposto na tabela 2 – de alguma forma estavam participando do próspero negócio de compra e venda de animais, bem como de sua condução até as áreas consumidoras. Um exemplo é Miguel Garcia Leite Penteado, um dos cinco inventariados sem escravos, que teve seu patrimônio avaliado em menos de 600 mil réis, possuía apenas 42 animais, mas as evidências apontam que seu meio de vida era a negociação de tropas e boiadas. O inventariante de seus bens foi João Rodrigues dos Santos, um seu camarada responsável por apresentar as dívidas ativas e passivas e todos os pertences de seu falecido patrão. No meio da feitura do inventário, um outro camarada de Miguel Garcia Leite Penteado, acusa João Rodrigues dos Santos de ter excluído alguns bens da avaliação e, por essa acusação, Joaquim Pires de Lima, o outro camarada, passou a ser o novo inventariante. Entre as dívidas passivas estavam os salários dos dois camaradas, o que já é uma evidência do envolvimento com o tropeirismo, uma vez que a categoria “camarada” era bastante comum nesse tipo de atividade. Segundo Brasil Pinheiro Machado, eram homens livres, mas dependentes da classe senhorial, que alugavam seus trabalhos aos donos das fazendas, recebendo também a denominação de jornaleiros, ou aqueles que recebem seu pagamento por jornada, ou dia de trabalho<sup>57</sup>.

Os camaradas eram dependentes de Miguel que, por sua vez, não era um grande senhor de terras. O inventariante declarou que seu patrão tinha “uma casinha de telha com uma porta”, que nem foi avaliada, provavelmente pelo seu valor insignificante. Não podemos, portanto, considerar Miguel um “dono de fazenda”, como aparece na definição de Machado. Maria Sylvia de Carvalho Franco, em seu clássico estudo sobre homens livres, faz algumas considerações que podem elucidar nossa análise<sup>58</sup>. De acordo com esta autora, são vários os tipos que podem ser enquadrados dentro da categoria do tropeiro. Miguel Garcia Leite Penteado pode ser caracterizado como o que Franco chama de “negociante de animais”, que

(...) dispunha de um patrimônio e o que o fazia valer reunindo um certo número de cabeças nas zonas de preamento e criação, para vende-las nas feiras e mercados urbanos, ou que se dirigia às regiões de cultura, realizando suas transações diretamente com o proprietário de terras<sup>59</sup>.

<sup>57</sup> MACHADO, B.P. *Op. cit.* p. 15.

<sup>58</sup> FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 67.

É mais provável que Miguel usasse a última estratégia descrita por Franco. Adquiria os animais de outros criadores e os revendia diretamente nas áreas consumidoras, como atesta uma dívida ativa do falecido com José Bonifácio, “morador na paragem de Taipas, ao pé da cidade de São Paulo”, que devia alguns animais e dinheiro para Miguel, por ter este último conduzido uma tropa para Bonifácio. Apesar de Miguel possuir alguns animais, eram em sua maioria eqüinos, os menos procurados pelas áreas consumidoras<sup>60</sup>; provavelmente os usava em suas viagens, o que descarta a hipótese de que ele próprio criava animais para então revende-los, até porque, não tinha terra suficiente para isso.

Entre os proprietários que tiveram seu patrimônio avaliado em menos de um conto de réis, que representam a maioria (62%), era comum o envolvimento nos negócios de animais ao estilo de Miguel Garcia Leite Penteado, apenas comprando e revendendo o gado ou, algumas vezes, com pequenas propriedades onde criavam bovinos, eqüinos e até ovinos, e aí então os vendiam para as áreas consumidoras. Pelo menos em 15 dos 21 inventários desse grupo, encontramos evidências de envolvimento no negócio de compra e venda de animais.

Saint Hillaire, em sua visita às terras do atual Estado do Paraná em 1820, já havia percebido a vocação para a criação e venda de animais na população dos Campos Gerais, quando afirmou que

Não se deve pensar, porém, que os habitantes dos Campos Gerais permaneçam sempre em sua terra. Homens de todas as classes, operários, agricultores, no momento em que ganham algum dinheiro partem para o Sul, onde compram burros bravos para revendê-los em sua própria terra ou em Sorocaba<sup>61</sup>.

Os exemplos acima mostram que era possível enriquecer a partir do mero comércio de animais, sem possuir terras ou criação própria. O importante era estar presente no circuito de compra e venda do gado e saber aproveitar as oportunidades proporcionadas por este meio; provavelmente foi dessa maneira que muitos proprietários conseguiram enriquecer e constituir grandes cabedais.

Mas, esses pequenos proprietários, na maioria das vezes, combinavam outros tipos de atividades com a criação e venda de animais, como a agricultura, apenas para subsistência ou algumas vezes vendendo o excedente, ou então negociavam fazendas

---

<sup>60</sup> PETRONE, M. T. S. *Op. cit.* pp. 21-22.

<sup>61</sup> SAINT-HILLAIRE, A. de. *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. p. 19.

secas. A agricultura em particular, era uma atividade importante para Castro e, nas Listas Nominativas de Habitantes, em alguns dos fogos pertencentes aos proprietários de nossa amostra, aparece a informação “planta para seu sustento”, constando quantos alqueires aquela propriedade colheu de determinado gênero, sendo os mais comuns o milho e o feijão. Vejamos alguns exemplos.

Manoel Pinto dos Santos, natural de Mogi das Cruzes, era casado com Maria Francisca Carneira, filha de Luciano Carneiro Lobo, o abastado e influente proprietário de quem já falamos anteriormente. Manoel possuía apenas 43 animais à época em que faleceu, em 1820; número não muito significativo, mas, ao contrário de Miguel Garcia Leite Penteado, era a maioria gado vacum, um dos mais procurados pelas áreas consumidoras, o que pode indicar que Manoel criava e negociava esses animais. Em suas dívidas passivas, consta uma com o capitão Francisco Teixeira de Azevedo pela compra de animais e também uma com José Felix da Silva, grande criador de gado da região de Castro. O primeiro era dono da fazenda Carambeí, também em Castro, e aparece em negociações com Antonio da Silva Prado, futuro Barão de Iguape. Segundo Petrone, Azevedo era cobrador do “novo imposto” e dos dízimos, que recaíam principalmente sobre os animais vindos do Rio Grande de São Pedro do Sul, mais um indicador de que Manoel Pinto dos Santos fazia da venda de animais o seu meio de vida<sup>62</sup>. Além disso, Manoel era genro de Luciano Carneiro Lobo, que tinha como principal atividade a criação e a venda de gado, o que poderia lhe facilitar alguns contatos para entrar no mesmo negócio.

Ao que parece, Manoel e sua família moravam nas terras de seu sogro, uma vez que não aparecem bens de raiz avaliados em seu inventário. Provavelmente tinham uma casa e um terreno na fazenda de Jaguariaíva, onde plantavam e criavam os animais. Conforme a Lista Nominativa de 1816, Manoel “plantava para seu sustento” e colheu nesse ano 125 alqueires de milho e 15 de feijão<sup>63</sup>. Moravam com ele, em 1816, 16 pessoas incluindo seus escravos e, possivelmente, a produção de gêneros servia para alimentar sua casa, mas, eventualmente, poderia também vender a produção excedente.

Cirino Borges de Macedo é outro proprietário cuja trajetória é interessante analisar. Já falamos do inventário de sua primeira mulher, Rosa Maria e Silva, falecida em 1809, o único que não constava nenhum animal. Nesse mesmo documento, incompleto, existe uma

---

<sup>62</sup> PETRONE, M. T. *Op. cit.* p. 42.

<sup>63</sup> Lista Nominativa de Habitantes – Castro, 1816. Cópias do CEDOPE/UFPR. (Originais no AESP). A medida “alqueire” hoje é usada para extensão de terras e equivale a 24.200m<sup>2</sup>. Durante o século XIX, alqueire era uma medida de capacidade para secos e equivalia a aproximadamente 36 litros. (Dicionário Aurélio).

declaração feita por Cirino, na qual afirma ter apresentado todos os bens do casal, com exceção das contas de uma sociedade que mantinha com Manoel Gonçalves Guimarães, um rico proprietário, morador em Curitiba. Manoel era um homem de negócios, uma vez que mantinha relações com pessoas na Lapa, sendo padrinho de filhos de famílias de prestígio nessa vila, bem como com Castro. Não é apenas no inventário de Rosa Maria e Silva, esposa de Cirino, que Manoel Gonçalves Guimarães aparece; ele está citado em mais quatro documentos de nossa amostra, sempre como credor dos falecidos. Arrematou em leilão uma fazenda em Castro e também mais de 100 cavalos pertencentes ao espólio de um proprietário da Lapa. Era, portanto, um homem de posses consideráveis e de certo prestígio.

Voltando a Cirino Borges de Macedo, consta no inventário de José Rodrigues Betim, já mencionado anteriormente, que o escravo Antonio, mulato, foi arrematado por 224 mil réis, por Cirino, na condição de procurador de João da Silva Machado, mais tarde Barão de Antonina, importante tropeiro da Vila do Príncipe, sócio de Antonio da Silva Prado, o futuro Barão de Iguape. A relação com essas duas figuras abastadas e importantes, Manoel Guimarães e João da Silva Machado, sugere que Cirino fosse um homem influente e com algum prestígio.

No seu próprio inventário, feito em 1819, ano de seu falecimento, Cirino está casado novamente, desta vez com Anna do Rosário Carneira, filha de Francisco Carneiro Lobo, que também já havia sido casada. O primeiro marido de Anna, Joaquim Ferreira de Oliveira Bueno, havia sumido há alguns anos por ter sido acusado de um crime e, por isso, era considerada viúva<sup>64</sup>. Tanto Cirino quanto Anna tinham filhos do primeiro matrimônio e, por isso, assinaram um contrato no qual especificavam que, caso não houvesse filhos de seu casamento e um dos dois viesse a falecer, os bens do falecido seriam repartidos somente entre os filhos do primeiro casamento e, além disso, caso Cirino viesse a falecer, Anna não seria obrigada a pagar as dívidas contraídas por seu marido antes de se casarem. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, a forma mais comum de casamento era aquela em que o marido e a mulher ficavam meeiros, ou seja, por “carta de ametade”. No entanto, a mesma autora afirma que outras práticas também foram comuns, dependendo da situação do casal. Quando se tratava de segundas núpcias, como era o caso de Cirino Borges de Macedo e Anna do Rosário Carneira, outras formas de contrato pré-nupcial poderiam ser firmados, como foi o caso dos dois<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> LOPES, J. C. V. *Primórdios das fazendas...* p. 142.

<sup>65</sup> SILVA, M. B. N. *Op. cit.* pp. 97 e 99.



À época do falecimento de sua primeira mulher, ou seja, na primeira década do século XIX, Cirino mantinha uma loja de fazenda seca na vila, uma vez que entre os bens arrolados no inventário de Rosa Maria e Silva está uma casa com “armação de loja” e, em outros inventários, Cirino aparece como credor de algumas pessoas pela venda de tecidos, como os que forneceu para o funeral de Antonio Ribeiro de Sima, por exemplo. Porém, em 1818, na Relação de Bens Rústicos de Castro<sup>66</sup>, a fazenda de São José aparece como pertencente a Cirino Borges de Macedo, o qual se dedicava à criação e possuía sete escravos. Um ano depois, seu inventário nos mostra que ele possuía apenas 28 animais na fazenda e quatro escravos. São José não foi avaliada porque pertencia a sua mulher e aí vemos o contrato estabelecido entre os dois funcionando. A maioria dos casamentos era feita com comunhão total de bens e, como vimos no estudo de Fragoso, Florentino e Faria, era uma forma de ter o patrimônio aumentado sem muito esforço. Cirino e Anna eram um casal bastante peculiar, tanto pelo contrato estabelecido, como pelo fato que nos conta Lopes, de que o primeiro marido de Anna, dado como desaparecido, teria voltado para Castro atrás de sua mulher e isso teria sido a causa da morte de Cirino<sup>67</sup>.

Fofocas à parte, Cirino Borges de Macedo era, sem dúvida, um homem influente, mas isso não lhe garantiu uma boa fortuna para deixar como legado a seus filhos. Ele é um dos 21 proprietários que tiveram o patrimônio avaliado em menos de um conto de réis. Durante sua vida exerceu cargos públicos, como juiz ordinário e vereador em Castro, foi comerciante de fazendas e de gado e mantinha relações com homens importantes do mundo tropeiro, como Manoel Gonçalves Guimarães e João da Silva Machado. Cirino é um dos proprietários que diversificou suas atividades, sem conseguir muito sucesso com isto. Todos os seus bens foram arrematados para pagamento de dívidas, não sobrando nada para dividir entre seus filhos.

A diversificação de atividades e a pouca especialização do mercado colonial foi discutida por Fragoso. Este afirma que o mercado restrito, a pouca circulação de mercadorias e de moeda e a desigualdade econômico-social levava a práticas monopolistas e especulativas<sup>68</sup>. O mercado colonial era então caracterizado por uma maioria de pequenos proprietários, que especulavam qual a atividade mais rentável na ocasião. Castro não parece ter fugido dessa configuração. A maioria dos inventariados de nossa amostra era formada por pequenos proprietários, como demonstramos. A especulação citada por

---

<sup>66</sup> Relação de bens rurais, 1818 – Castro. (AESP).

<sup>67</sup> LOPES, J. C. V. *Primórdios das fazendas*.... p. 143.

<sup>68</sup> FRAGOSO, J. L. R. *Op. cit.* p. 185.

Fragoso, certamente existia e ela apontava para o comércio de animais que, no início do século XIX, era uma atividade bastante próspera em Castro. Sua localização e suas excelentes pastagens favoreciam a criação e a venda de animais e, além disso, a constante passagem de viajantes pela vila, fez com que alguns vissem no comércio de fazendas secas a oportunidade de enriquecer. Mas, como afirma Fragoso, se a conjuntura do mercado colonial

gera uma multidão de ‘pequenos mercadores de ocasião’, pontualizando a instabilidade e a especulação presentes em tal mercado, essa mesma realidade gera outros traços. Temos o fenômeno da concentração mercantil e a constituição de um privilegiado grupo de mercadores. Este último, além de concentrar um grande volume de negócios em suas mãos, tinha uma maior estabilidade no tempo, o que lhe permitia executar práticas monopolistas<sup>69</sup>.

Como exemplo deste grupo apresentado por Fragoso, podemos citar Francisco Xavier da Silva, rico proprietário que conseguiu constituir uma fortuna através do negócio de tropas e do comércio de fazendas secas. Luciano Carneiro Lobo também consegue se estabelecer no mercado de animais, mantendo inclusive relações mercantis com Antonio da Silva Prado, este último citado por Fragoso para demonstrar a existência do “privilegiado grupo de mercadores”<sup>70</sup>. Isso sem contar os proprietários que não foram privilegiados em nossa amostra, como José Felix da Silva, outro próspero negociante de Castro que realizava negócios com Prado.

Constatamos então, que havia uma disseminação da propriedade escrava e também de animais não apenas entre os proprietários mais afortunados, mas também entre os proprietários menos abastados de Castro. A seguir falaremos sobre os escravos, presentes na maioria dos inventários de nossa amostra, o que reflete a disseminação da posse de cativos entre a população, diferenciada apenas pelo número de escravos que compunham a unidade, que variava de um até oitenta.

### 1.3 Os escravos

As seções anteriores esboçaram um perfil dos inventariados privilegiados em nossa amostra. Para apreendermos o universo dos escravos de Castro é fundamental a compreensão do universo senhorial, uma vez que este é responsável pela formação,

---

<sup>69</sup> Ibidem, p. 216.

<sup>70</sup> Idem.

forçada, de uma comunidade escrava forjada a partir de suas necessidades enquanto proprietários estabelecidos em Castro.

Como já demonstramos em páginas anteriores, apenas cinco dos 34 proprietários analisados não possuíam escravos, ou seja, 85% eram escravistas. Não temos esses números para toda a população de Castro no período aqui analisado (1800-1830), mas, através dos dados levantados por Costa e Gutiérrez nas Listas Nominativas de Habitantes de Castro dos anos de 1804, 1810, 1816, 1824 e 1830 chegamos ao percentual de escravos na população em geral<sup>71</sup>. Durante os anos mencionados o percentual variou de 21,42% em 1804, chegando a 26,98% em 1824. Números bastante acima dos encontrados para Curitiba e São José dos Pinhais neste mesmo período, que variou de 10,6% em 1830, tendo seu maior índice em 1804 com 17,1% de escravos no total da população<sup>72</sup>.

Entre essas duas regiões percebemos um movimento contrário; enquanto que em Castro durante as três primeiras décadas do século XIX o número de escravos aumentava, em Curitiba e São José dos Pinhais diminuía. Podemos explicar tal fato a partir do tropeirismo e das atividades de criação de animais, que prosperavam conforme o oitocentos avançava. Além disso, devemos considerar o incremento sofrido pelo tráfico de africanos durante a década de 1820. Herbert Klein estuda a demografia do tráfico atlântico para o Brasil e demonstra a grande participação do porto do Rio de Janeiro, principalmente a partir do início do século XIX, quando absorvia mais da metade dos africanos desembarcados na América Portuguesa<sup>73</sup>. Este mesmo autor afirma que

Isso reflete o contínuo crescimento dos mercados internos de Minas Gerais, bem como o lento mas firme desenvolvimento da agricultura baseada no trabalho escravo no interior das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo<sup>74</sup>.

Klein atribui o aumento do número de africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro também à economia paulista, mesmo que em menor escala do que a região de Minas Gerais, que foi realmente a grande compradora dos africanos desembarcados no porto carioca<sup>75</sup>. Fragoso fornece dados interessantes para analisarmos a escravidão na

---

<sup>71</sup> COSTA, I. del N. e GUTIÉRREZ, H. *Op. cit.* pp. 50, 76, 102, 130 e 162. A porcentagem de escravos na população de Castro durante a primeira metade do século XIX se assemelhou, proporcionalmente, a de Pernambuco na década de 1760. De acordo com um mapa geral de 1762, os escravos em Pernambuco representavam 25,8% da população. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de manuscritos. Mapas Estatísticos da Capitania de Pernambuco. 3, 1, 38, fl. 01.)

<sup>72</sup> WESTPHALEN, C. M. Afinal, existiu ou não... p. 33.

<sup>73</sup> KLEIN, H. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo, 17 (2): 129-149, maio/ago, 1987. p. 134.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> FRAGOSO, J. L. R. *Op. cit.* p. 177.

capitania de São Paulo, mesmo não sendo esse o foco de seu trabalho. Usando como fonte códices de “registros de saídas de tropeiros”, referentes aos anos de 1821 a 1833, o autor apresenta uma tabela com os totais absolutos e relativos do tráfico para várias regiões, incluindo São Paulo.

Comparada com regiões como Minas Gerais e o Vale do Paraíba, a capitania paulista apresenta, na maioria das vezes, números menores. Mas, se comparada com o Sul Fluminense e com o Espírito Santo, São Paulo está sempre à frente no número de africanos entrados em seu território. Em 1829, por exemplo, existe o registro de 950 escravos levados para São Paulo, enquanto que para o Sul Fluminense e para o Espírito Santo, respectivamente, foram 486 e 215.<sup>76</sup>

Temos então, através dos dados apresentados por Fragoso, 4.207 africanos vindos para São Paulo durante os anos de 1821 a 1833. Mas, devemos lembrar que os códices utilizados por este autor representam em média 30% do total de africanos desembarcados no Rio de Janeiro, os outros 70% não estão contabilizados na tabela. Ademais, para os anos de 1822 e 1823 não existem registros de africanos para a então província paulista, o que não significa que durante esse período eles não tenham sido levados para ali.

O que queremos sugerir com isso é que também a capitania e depois província de São Paulo, absorveu boa parte dos africanos aportados no Rio de Janeiro e que, consequentemente, Castro também fez parte desse movimento. Esses números talvez estejam diretamente ligados com o aumento na participação de escravos na população geral castrense na década de 1820, como demonstramos anteriormente. Para exemplificar, temos o caso de Francisco Xavier da Silva, o mais rico proprietário de nossa amostra e também dono da maior unidade escravista, já apresentado em páginas anteriores. Através das Listas Nominativas de Habitantes, constatamos que esse senhor possuía, em 1818, 14 escravos e, em 1825, já estava com 64 cativos. Curiosamente, 19 eram africanos<sup>77</sup>. Em 1829, ano de seu falecimento, seu inventário arrola 80 cativos, sendo 30 procedentes da África. O significativo aumento no número de africanos durante a década de 1820 coincide justamente com o período em que o tráfico revelava-se intenso, confirmando a participação de Castro na compra de escravos vindos do outro lado do Atlântico. Apesar da taxa de africanidade ter sofrido um aumento a partir da década de 1820, sabemos que os africanos

---

<sup>76</sup> Ibidem, pp. 177-178.

<sup>77</sup> Listas Nominativas de Habitantes, Castro – 1818, 1825. Cópias do CEDOPE/UFPR. (Originais no AESP).

não eram maioria entre os cativos na região aqui considerada, como já explicitou Gutiérrez e como demonstrou nossa documentação<sup>78</sup>.

Para a amostra aqui analisada encontramos 314 escravos distribuídos entre os 29 proprietários que possuíam cativos. Esse número é reduzido a 308 quando excluímos quatro escravos que se repetem, alguns mais de uma vez, entre os senhores do grupo de inventários aqui analisados, isto porque são arrematados por outros inventariados ou então passados de pai para filhos como dote ou herança. Na seção seguinte essa situação será trabalhada mais detalhadamente.

Como os inventários se referem aos anos de 1800 a 1830, é interessante proceder em análise por décadas, tal como organiza-se a tabela abaixo:

**Tabela 4 – Distribuição dos escravos por década (1800-1830).**

Décadas	Número de Cativos	Número de Proprietários	Média por Proprietário
1800	89	09	9,8
1810	77	11	7,0
1820	148	09	16,5
TOTAL	314	29	10,8

Fonte: Inventários *post-mortem* de Castro, 1800-1830. Vara cível de Castro.

A tabela mostra que na década de 1820 o número de escravos é bastante superior se comparado às duas décadas anteriores, o que corrobora o percentual de escravos na população geral de Castro que, como foi demonstrado, chegou a quase 27% em 1824. Há de se levar em conta também que é nessa década que está inserido Francisco Xavier da Silva e seus 80 escravos, o que acaba por superestimar os valores deste período. O estudo de Elisabete Pinto, porém, confirma o aumento no número de escravos no período aqui analisado. Segundo esta autora, que utilizou as Listas Nominativas de Habitantes, entre 1801 e 1830, a população escrava de Castro aumentou em torno de 40%<sup>79</sup>.

A relação de bens rurais de 1818, já citado neste trabalho, também permite algumas considerações acerca da posse de escravos em Castro. Essa relação traz 231 estabelecimentos rurais constando o nome dos possuidores, nome das propriedades, extensão de “fundos e testada”, o tipo de cultura desenvolvida na fazenda (lavoura ou criação), número de escravos e o local de residência de seus proprietários<sup>80</sup>. Alguns dos

<sup>78</sup> GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos...

<sup>79</sup> PINTO, E. A. *Op. cit.* p. 226.

<sup>80</sup> Relação de bens rurais, Castro – 1818. (AESP).

inventariados, inventariantes e herdeiros de nossa amostra estão arrolados na relação. Dos 231 proprietários, 119 eram escravistas, ou seja, 51,5%, pouco mais da metade, portanto. Os escravos somavam 856 indivíduos que divididos entre os 119 senhores revela a média de 7,19 escravos por unidade produtiva. Chegamos a esses números analisando o documento repetidas vezes e, mesmo assim, chegamos a uma conclusão diferente de Gutiérrez. Ele utilizou a mesma documentação e encontrou 121 escravistas e 758 escravos para Castro em 1818, o que revela uma média de 6,26 cativos por proprietário<sup>81</sup>. De qualquer maneira, são médias aproximadas da encontrada para a década de 1810, conforme demonstrou a tabela acima, de sete escravos por proprietário. Já na década de 1820 essa média aumenta significativamente, sobe para 16,5, acompanhando o crescimento do contingente escravo de Castro nesse período, como já foi comentado.

Mesmo com o aumento no número de escravos, em Castro, como em outras localidades da Comarca de Curitiba, sempre houve a predominância de pequenas unidades escravistas e, em nossa amostra não foi diferente, como pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 5 – Distribuição dos proprietários e dos escravos de acordo com o tamanho das unidades escravistas.**

Tamanho das unidades	Proprietários		Escravos	
	Quantidade	%	Quantidade	%
1-5	15	51,7	45	14,4
6-10	06	20,7	51	16,2
11-20	04	13,8	51	16,2
21-40	03	10,4	87	27,7
41 ou +	01	3,4	80	25,5
Total	29	100	314	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de Castro, 1800-1830. Vara cível de Castro.

Mais da metade (51,7%) dos proprietários eram pequenos escravistas que detinham, em seu conjunto, apenas 45 escravos, enquanto que Francisco Xavier da Silva, sozinho, possuía quase o dobro desse número, 80 escravos. O que temos para Castro é uma situação bastante comum em outras localidades não só de São Paulo, mas também do Rio de Janeiro, por exemplo. A maioria dos escravos estava concentrada nas mãos de poucos senhores.

<sup>81</sup> GUTIÉRREZ, H. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. *Revista História*, São Paulo, v. 25, n.1, pp. 100-122, 2006. p. 103.

Como exemplo podemos citar Campinas que, segundo Robert Slenes, em 1801, tinha 72,8% dos cativos concentrados nas posses com 10 ou mais escravos<sup>82</sup>. É claro que o número de cativos era muito maior em Campinas do que em Castro no início do século XIX, mas, da mesma maneira, as duas vilas tinham a maioria de seus escravos concentrados nas maiores propriedades. Se considerarmos, a exemplo de Slenes, as posses com 10 ou mais cativos, temos para nossa amostra 78,7% dos escravos concentrados com esses proprietários. Para os escravos, isso representava, por exemplo, maiores possibilidades de estabelecer relações, fossem elas conjugais, familiares ou apenas de companheirismo. Esses vínculos que estabeleciam poderiam vir a ajudar-lhes de alguma maneira, fosse enquanto cativos ou já na vida em liberdade.

O preço dos escravos não variou muito ao longo das três décadas. Percebe-se um aumento apenas nos anos finais da década de 1820, através dos inventários desses dois senhores citados anteriormente, Francisco Xavier da Silva e Joaquim Carneiro Lobo, que tiveram seus inventários feitos, respectivamente, em 1829 e 1830. O preço dos escravos do primeiro foram os que receberam os maiores valores de toda a amostra. Como eram em sua maioria escravos jovens, valiam mais e foram avaliados em média a 300\$000 (trezentos mil réis) cada um num primeiro momento, pois o inventariante e genro de Xavier da Silva, Francisco José de Mattos, reclamou do baixo preço pelo qual os escravos foram avaliados e exigiu uma segunda avaliação, na qual foram acrescentados mais alguns mil réis em cima do valor de cada cativo, chegando alguns a 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil réis). Não é de estranhar, portanto, que seus 80 escravos tenham sido avaliados por 21:607\$600 (Vinte e um contos, seiscentos e sete mil e seiscentos réis), soma maior do que o valor total do patrimônio do segundo mais rico proprietário.

Há uma discrepância no que se refere aos valores atribuídos aos escravos de Francisco Xavier da Silva e de outros senhores, como Joaquim Carneiro Lobo. Este último teve seus cativos avaliados apenas um ano após os daquele senhor e, portanto, os preços não deveriam ter uma variação muito grande. No entanto, enquanto que um escravo homem, crioulo, com 20 anos foi avaliado em 400\$000 (quatrocentos mil réis) no inventário de Xavier da Silva, um escravo com as mesmas características foi avaliado por 260\$000 (duzentos e sessenta mil réis) no inventário de Joaquim Carneiro Lobo, que teve seus 31 escravos avaliados em 5:110\$800 (cinco contos, cento e dez mil e oitocentos réis). Talvez o que tenha feito diferença no preço dos escravos de Xavier da Silva tenha sido a

---

<sup>82</sup> SLENES, R. *Na senzala uma flor...* p. 72.

influência de seu genro, interessado em obter um alto preço no valor dos cativos, uma vez que ele era um dos beneficiados pelo inventário. Outro fator que pode ter influenciado o preço desses escravos é a habilidade destes; um cativo que soubesse trabalhar como ferreiro, por exemplo, recebia um preço bem maior do que outro sem nenhuma habilidade específica.

Os preços estabelecidos para os escravos de Francisco Xavier da Silva foram os únicos que se diferenciaram bastante dos demais proprietários. Entre os outros senhores, a variação que existia entre os valores atribuídos aos seus escravos era devido a idade, o sexo e o estado de saúde do cativo. Para os escravos homens, em idade produtiva, a média de preço foi de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis), enquanto que para as mulheres também em idade produtiva esse valor ficou em torno de 130\$000 (cento e trinta mil réis).

A evolução do preço dos cativos ao longo das três décadas aqui consideradas, culminando com um aumento nos anos 1820, reflete a política anti-tráfico no período pós-independência. Com a iminente proibição que viria a acontecer em novembro de 1831, o preço dos escravos sofreu um aumento significativo se comparado com a primeira década do século XIX, o que explicaria os altos valores em que foram avaliados os cativos presentes nos inventários dos anos finais da década de 1820<sup>83</sup>.

Apresentadas algumas características gerais sobre o grupo de escravos encontrado nos inventários analisados, passemos a investigar como essa comunidade escrava foi formada, ou seja, como e porque os senhores adquiriram esses escravos e qual a configuração dessa mesma comunidade.

#### **1.4 Características da comunidade escrava**

Os 314 escravos descritos nos 29 inventários de nossa amostra estavam em propriedades de Castro não por sua própria vontade, mas porque em algum momento de suas vidas foram comprados por um senhor – se não eles, algum de seus ascendentes – e levados para aquela vila. A primeira característica da comunidade escrava aqui analisada, portanto, é a sua constituição de maneira impositiva e coercitiva.

Cruzando os dados dos inventários com as Listas Nominativas de Habitantes foi possível descobrir quando alguns escravos foram adquiridos ou quando passaram a fazer parte de determinada unidade escravista. Começamos pelos quatro cativos que se repetem em nossa amostra, como já ressaltamos anteriormente.

---

<sup>83</sup> Sobre a política anti-tráfico ver RODRIGUES, J. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: UNICAMP, CECULT, 2000.



Eva e Geraldo eram pertencentes a Francisco Machado da Silva até 1803, quando este senhor morreu. Foi então feito o inventário de seus bens, que além destes dois escravos contava com mais oito. As dívidas passivas de Francisco eram maiores do que o valor de seu patrimônio e por isso todos os bens foram arrematados e o valor obtido, dividido entre os credores. Cirino Borges de Macedo, que foi, aliás, um dos avaliadores do inventário, arrematou três escravos do espólio de Francisco Machado da Silva: Eva, Geraldo e Maria, uma crioula de oito anos de idade.

Em 1809, no inventário da mulher de Cirino, Rosa Maria e Silva, Eva e Geraldo aparecem junto de outros dois escravos, mas a pequena Maria não. Finalmente, em 1819, quando Cirino Borges de Macedo morre, Eva e Geraldo continuam presentes na propriedade escrava desse senhor e juntos, desde pelo menos 1803. No entanto, nesse ano de 1819 eles seriam separados, pois, Eva foi arrematada em leilão pela segunda esposa de Cirino e, Geraldo, por Miguel Rodrigues de Araújo. Da mesma maneira que Eva e Geraldo, os outros dois escravos do espólio foram arrematados: Antonio e Anna. Esta última estava com a família de Cirino Borges de Macedo desde pelo menos 1804, quando já estava arrolada na Lista Nominativa de Habitantes<sup>84</sup>. Em 1809 Anna foi avaliada no inventário de Rosa Maria e Silva e, em 1819, aparece novamente entre os bens de Cirino.

A última escrava que se repete em nossa amostra é Romualda, que em 1806 é avaliada entre os bens de Francisca de Sá e, em 1820, aparece novamente no inventário de Manoel Pinto dos Santos. Este último era casado com a filha de Francisca de Sá e Luciano Carneiro Lobo, Maria Francisca Carneira e, quando os dois se casaram, antes da morte de Francisca, Manoel recebeu como dote a escrava Romualda. Mas, quando era feito o inventário dos bens, o dote recebido pelos genros também entrava na partilha, como destacamos anteriormente e, por isso, Romualda, uma crioula nascida em Castro<sup>85</sup>, vem descrita também no inventário de Francisca de Sá, mesmo já pertencendo a seu genro Manoel Pinto dos Santos.

Os casos descritos acima demonstram que a arrematação de escravos era uma das maneiras de se adquirir um cativo. Na amostra de inventários aqui analisados, encontramos muitos casos em que os bens do falecido eram colocados em praça pública para serem leiloados e então arrematados por quem fizesse a melhor oferta. Isso acontecia porque o inventariado não tinha dinheiro suficiente para saldar as dívidas que deixou. Outra forma comum de se adquirir escravos, também mostrada nos exemplos citados acima, era através

---

<sup>84</sup> Lista Nominativa de Habitantes – Castro, 1804. Cópias do CEDOPE/UFPR (Originais no AESP).

<sup>85</sup> Lista Nominativa de Habitantes – Castro, 1816. Cópias do CEDOPE/UFPR (Originais no AESP).

do dote ou então por herança, ao menos entre as famílias mais abastadas, quando o falecido tinha uma boa quantia em bens e poucas dívidas, como foi o caso de Francisco Xavier da Silva, que deixou para seus filhos uma fortuna considerável e um bom número de escravos para cada um deles.

Mas certamente, a forma mais usual de se adquirir escravos era comprando-os. Horácio Gutiérrez, analisando Listas Nominativas de Habitantes de Castro no intervalo de 1803 a 1806, encontrou 100 transações de compra e venda de escravos ocorridas neste período<sup>86</sup>. O que este autor constatou foi que a grande maioria das transações acontecia na própria vila, já que 60,4% dos escravos tinham como domicílio de origem, antes da transação, a vila de Castro e, 75% tinham como domicílio de destino, após a transação, a mesma vila. Outro dado interessante trazido por Gutiérrez é que 34,1% dos escravos tinham como domicílio de origem as vilas do norte da capitania de São Paulo, ou seja, Sorocaba, São Paulo, Itapetininga, Taubaté, etc<sup>87</sup>. Eram locais que ficavam na rota dos tropeiros e estes, por sua vez, poderiam trazer além dos animais, alguns escravos, fosse por encomenda ou por iniciativa própria.

Como exemplo de transações de escravos feitas entre proprietários de Castro e outras vilas paulistas, recorremos, mais uma vez, ao caso de Francisco Xavier da Silva. A Lista Nominativa de 1806 traz informações que demonstram a realização de negócios fora da região de Castro, provavelmente quando esse senhor ia negociar suas tropas. No documento aparece a informação de que Xavier da Silva comprou três escravos neste ano: Antonio e Eufrázio, ambos pertencentes ao Capitão Mor José de Sá, de São Paulo, e Clara, cujo proprietário anterior fora o Tenente Coronel Antonio Moreira, de Taubaté.

Por estes e outros mecanismos de incorporação de cativos à comunidade aqui considerada, Castro era a vila do território do atual estado do Paraná que contava com o maior número de escravos na primeira metade do século XIX. Mas o que criou condições para que os proprietários desta vila adquirissem e quisessem adquirir escravos? A relação de bens rurais pode, mais uma vez, ajudar nessa resposta.

Essa relação traz apenas os proprietários de Castro que possuíam terras e, portanto, aqueles que possuíam escravos e não possuíam terrenos, ficaram de fora desta lista. O número total de cativos em Castro durante o período aqui analisado (1800-1830), manteve

---

<sup>86</sup> GUTIÉRREZ, H. *Crioulos e africanos...* p. 177.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 179.

uma média de aproximadamente 1100 indivíduos<sup>88</sup>. Contrapondo esse dado ao extraído da relação de bens rurais, que contabilizou 856 escravos, constatamos que a maior parte dos cativos estava concentrada nas mãos dos proprietários de terras. Esse dado pode parecer contraditório com o que apresentamos na tabela 2, já que alguns senhores de escravos não possuíam terras. No entanto, devemos lembrar que a maioria dos cativos estava concentrada nas mãos de uma minoria de proprietários, quase sempre com riquezas suficientes para comprar não só um grande número de cativos, como para comprar terrenos. Isso não significa que a posse de escravos fosse exclusiva aos proprietários de terras; nossa documentação mostrou justamente o contrário. A diferença estava na quantidade e não na posse.

A relação de bens rurais confirmou também um dado que já era de se esperar, ao menos para Castro. As fazendas dedicadas à criação eram em maior número do que as voltadas para a lavoura. As primeiras representavam 58% das propriedades descritas. Gutiérrez, analisando a relação de bens rurais para diversas vilas do atual estado do Paraná, constatou que apenas em Castro as propriedades dedicadas à criação superavam a agricultura<sup>89</sup>. Além disso, as fazendas de criação tinham a posse de 739 escravos, ou seja, 86,3% deles. É um dado interessante que atrela escravidão à pecuária, mais do que à agricultura. Utilizando as informações da relação, encontramos para as propriedades dedicadas à agricultura uma média de 4,3 escravos por senhor, enquanto que nas fazendas de criação esse número chegou a 8,1 cativos.

Os dados apresentados acima corroboram o que encontramos para nossa amostra. A maioria dos 314 escravos estava concentrada nas propriedades dedicadas à criação e venda de animais. Veja-se o caso dos quatro senhores com o maior número de cabeças de gado apresentados na seção anterior. Francisca de Sá, esposa de Luciano Carneiro Lobo, possuía 25 escravos; Manoel Lopes Branco e Silva, 17; José Rodrigues Betim, 12; e Francisco Xavier da Silva, 80 cativos.

O que concluímos então, é que a criação e a venda de gado foram as grandes responsáveis pela constituição de uma comunidade escrava em Castro, atividade bastante próspera nessas três primeiras décadas do século XIX. Ela permitiu que proprietários prosperassem e reunissem grandes riquezas como Luciano Carneiro Lobo, Joaquim Carneiro Lobo, Francisco Xavier da Silva e Manoel Lopes Branco e Silva. Para os

---

<sup>88</sup> COSTA, I. del N. e GUTIÉRREZ, H. *Op. cit.* pp. 50, 76, 102, 130 e 162. Para chegar à média de 1100 cativos somamos o total de escravos de Castro informados por esses autores para os anos de 1804, 1810, 1816, 1824 e 1830.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 117.

pequenos proprietários ela significou uma maneira segura de ganhar algum dinheiro, permitindo, para alguns, inclusive a compra de escravos.

No próximo capítulo, faremos uma aproximação ao universo escravo que se formou em torno dos proprietários, mostrando alguns aspectos como a procedência dos cativos, bem como as especificidades de cada grupo. Além disso, analisaremos de que forma a mão-de-obra escrava era utilizada pelos proprietários, evidenciando que também os cativos faziam parte da ampla rede de sociabilidade que se estabeleceu entre as diversas vilas da colônia envolvidas direta, ou indiretamente, com o comércio de gado.

## **2. AFRICANOS E CRIoulos: COMPANHEIROS DE UMA MESMA COMUNIDADE.**

### **2.1 Procedência e demografia da comunidade escrava.**

Nesta seção analisaremos os escravos de nossa amostragem a partir de suas origens, mostrando o grande número de crioulos de um lado e, de outro, o pequeno grupo de africanos. Além disso, faremos uma análise demográfica da comunidade escrava observada a partir dos inventários utilizados para este trabalho.

A historiografia sobre a escravidão nos Campos Gerais já demonstrou que a grande maioria dos cativos da região, no início do século XIX, era crioula, ou seja, nascida no Brasil. A documentação utilizada pelos pesquisadores para chegar a essa conclusão são basicamente as Listas Nominativas de Habitantes, também utilizadas neste trabalho. Para realizar análises sobre a procedência dos escravos, esse tipo de documentação é bastante rica uma vez que a naturalidade era um item obrigatório a ser preenchido, tanto dos cativos como dos senhores e dos demais membros da família; mas, mesmo com a obrigatoriedade, muitas vezes essa informação não aparece.

Com os dados sobre escravos e senhores extraídos dos inventários foi possível, portanto, realizar o cruzamento com as informações das Listas Nominativas, que trazem o provável local de nascimento do escravo, ou seja, se era de Castro, de Minas Gerais, de Benguela, de Angola, ajudando-nos a definir a origem de cada um dos cativos de nossa amostra.

Antes de partirmos para análises mais detalhadas, apresentaremos alguns números encontrados em nossa documentação. Como já foi informado no primeiro capítulo, o número total de escravos é de 314 pessoas. Para 299 delas conseguimos obter dados sobre o sexo e para 255 delas sobre a idade<sup>90</sup>. Com relação à procedência, através dos inventários obtivemos informações para 206 cativos, mas, a partir de um cruzamento com os dados encontrados nas Listas Nominativas de Habitantes, aumentamos esse número para 262 indivíduos. Sendo assim, temos para nossa amostra 52 cativos com a origem indefinida, 46 africanos e 216 crioulos, sendo que para esse último número foram acrescentadas 22 crianças com oito anos ou menos que não tiveram sua origem informada, mas que, provavelmente, eram nascidas no Brasil, devido sua pouca idade.

---

<sup>90</sup> Há quinze escravos pertencentes a Francisco Xavier da Silva que constam em seu inventário como residentes em Sorocaba e a única informação que temos é que eram “quinze escravos novos”, não existindo referência ao sexo.

Independentemente dos 52 escravos cuja origem é ignorada, os dados de nossa amostra corroboram o que a historiografia já vinha demonstrando; a maioria era, sem dúvida, constituída por crioulos. Esses últimos representam 82,4% dos escravos para os quais identificamos a origem, sendo que essa percentagem certamente aumentaria se soubéssemos a procedência dos outros 52.

Horácio Gutiérrez, analisando a Lista Nominativa de Habitantes de 1804 para Castro, encontrou 891 crioulos e 148 africanos, o que percentualmente significa 85,7% e 14,2%, respectivamente<sup>91</sup>. A percentagem de africanos está próxima da encontrada para nossa amostra: 17,6%, também levando em conta apenas os cativos que encontramos informações quanto à origem. Se esta pesquisa não revelou uma alteração do quadro já proposto pela historiografia, não se pode, por outro lado, deixar de se destacar certas particularidades que marcaram a minoria de africanos.

Em artigo recente, Carlos Lima já chamou atenção para o problema decorrente da existência de escravos africanos em Castro<sup>92</sup>. O autor alerta para a necessidade de se estudar a posse de escravos após a proibição do tráfico, em 1831. Através de Listas Nominativas de Habitantes datadas entre 1824 e 1835, ele acompanha o crescimento da comunidade escrava de Castro, dando especial atenção aos africanos. O que ele percebeu foi um aumento no número destes últimos em todas as faixas de tamanho das unidades escravistas locais, comparando 1824 e 1835<sup>93</sup>. Segundo o autor, a proibição do tráfico em 1831 fez com que aumentasse a oferta de africanos, o que facilitou a compra destes últimos também para os senhores de Castro<sup>94</sup>. Além disso, os escravos vindos da África eram mais baratos do que os crioulos sendo que, a partir de 1830, as mulheres africanas eram as preferidas entre os senhores castrenses, o que demonstra que a reprodução endógena era um de seus projetos.

O aumento na taxa de africanidade de Castro observada por Lima a partir de finais da década de 1820 pode ser notada em nosso corpo documental. Contudo, deve-se alertar que, nesse período, 30 dos 46 africanos pertenciam a um único senhor, Francisco Xavier da Silva. Esse proprietário se diferencia bastante dos demais inventariados e fazia parte de uma parcela menor de fazendeiros que tinham condições de adquirir um maior número de escravos, inclusive africanos. Como já foi dito no primeiro capítulo, Xavier da Silva

---

<sup>91</sup> GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos...p. 170.

<sup>92</sup> LIMA, C. A. M. *Op. cit.*

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 6.

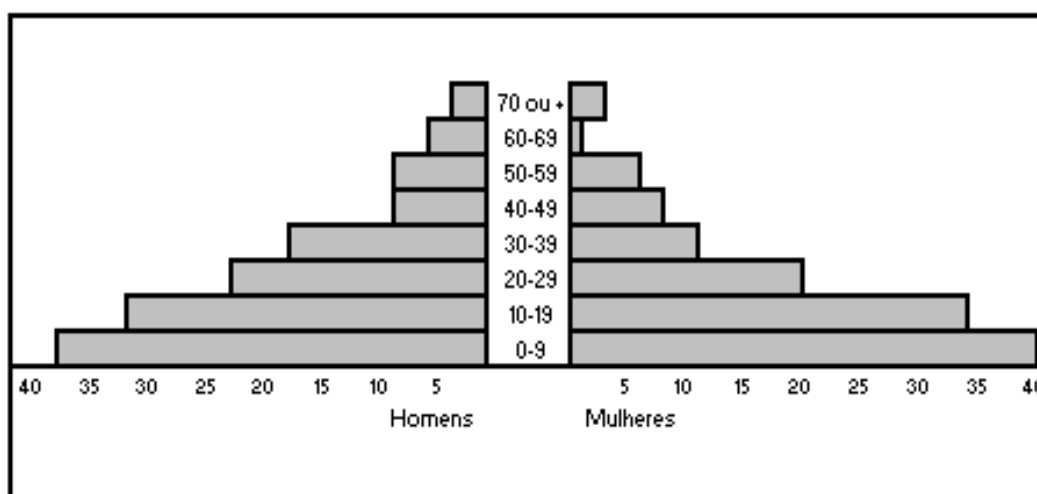
<sup>94</sup> Sobre o aumento da oferta de africanos após a proibição do tráfico em 1831 ver: RODRIGUES, J. *O infame comércio...*

adquiriu a maioria deles entre 1825 e 1829 e, se levarmos em conta a consideração feita por Lima de que estes estavam com preços menores do que o dos crioulos quando da aproximação da proibição do tráfico, é bem provável que esse senhor os tenha adquirido justamente por este motivo, isto é, o menor preço.

Além de Xavier da Silva, outros nove proprietários possuíam africanos em suas propriedades, mas, nenhum com um número e uma participação tão expressiva quanto a daquele senhor. Ademais, 12 dos 16 africanos que pertenciam a estes nove senhores, tinham mais de 40 anos de idade, enquanto que entre os 30 pertencentes a Xavier da Silva apenas dois tinham mais de 50 anos de idade, o restante estava na faixa dos 20 anos, indicando que haviam sido comprados recentemente.

Tomando a comunidade escrava como um todo, sem distinção por procedência, mas apenas por faixa-etária, temos a seguinte pirâmide etária:

**Figura 1 – Pirâmide etária da população escrava da amostra. Castro, 1800-1830.**



Fonte: Inventários *post-mortem* de Castro, 1800-1830. Vara cível de Castro.

A larga base da pirâmide sugere um alto índice de natalidade entre os escravos, com a predominância de crianças com idade entre zero e nove anos. Era uma população propícia a gerar filhos uma vez que há também um número significativo de pessoas em idade fértil, entre 20 e 49 anos. Se levarmos em conta os cativos com 15 a 19 anos, que também já poderiam gerar filhos, essa parcela aumenta ainda mais.

Outra constatação que a pirâmide deixa clara é o equilíbrio entre os sexos, em praticamente todas as faixas-etárias, o que também facilitaria a reprodução natural. Considerando os escravos para os quais sabemos o sexo, temos uma ligeira predominância de homens, 156 pessoas do sexo masculino contra 143 mulheres, diferença mínima, que

permite uma comparação desta comunidade escrava com uma comunidade de homens livres, bastante estável demograficamente.

A pirâmide etária exposta acima é reflexo de uma comunidade escrava que vinha se reproduzindo internamente há um bom tempo e que por isso conseguiu esta estabilidade na população. E a reprodução natural interna à comunidade cativa também contribuiu para a “crioulização”, uma vez que o número de pessoas dessa condição nascidos na própria vila de Castro era bem maior do que o número de africanos ali chegados, forçando estes últimos a se adaptarem a certas regras e costumes já estabelecidas pelos crioulos. Vale lembrar também que os africanos acabavam escolhendo companheiras ou companheiros crioulos, já que estes apresentavam número bem maior, o que facilitava esse tipo de relacionamento exogâmico, como demonstraremos a seguir. Destas uniões resultavam filhos nascidos no Brasil, ou seja, mais crioulos para uma comunidade já predominantemente crioula.

Nas duas próximas seções foram feitas análises do grupo de crioulos e de africanos separadamente, para que certas questões que são peculiares a um determinado grupo pudessem ser investigadas em maiores detalhes. Veremos que as análises demográficas de cada um dos grupos revelam perfis populacionais bastante diferentes.

## **2.2 Os crioulos: presença maciça**

Os escravos nascidos no Brasil representam a maior parte dos cativos encontrados nos inventários aqui analisados. Mais ainda, podemos dizer que a maioria desses crioulos era nascida na própria vila de Castro, como o estudo de Gutiérrez já sugeriu<sup>95</sup>. De fato, cruzando os dados dos inventários com os encontrados nas Listas Nominativas de Habitantes, encontramos muito poucos crioulos nascidos em outras localidades da América portuguesa.

É válido fazermos uma breve explicação de como foi feito o cruzamento das duas fontes referidas. As Listas Nominativas especificam nomes de todas as pessoas residentes no fogo, ou propriedade, além da naturalidade, idade, estado conjugal e cor. Em primeiro lugar vem listado o chefe da casa; depois, quando casado, a esposa; por sua vez, eram arrolados os filhos, se tivessem; finalmente informa-se acerca dos escravos e agregados. Quando acontecia desses últimos possuírem escravos, estes também vinham arrolados. Havia ainda um espaço para observações no qual era informado a morte ou o nascimento

---

<sup>95</sup> GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos... p. 174.



de alguém, resultado da colheita, animais e escravos vendidos ou comprados. Para realizar o cruzamento das informações, optamos por analisar as Listas Nominativas de anos mais aproximados da data dos inventários. Dessa maneira era mais provável que determinado escravo ainda pertencesse aquele proprietário. Através dos nomes e das idades, conseguimos localizar cativos que constam nos inventários e também nas Listas. Porém, em alguns casos, a identificação não foi possível, pois, os escravos tinham nomes muito comuns como Maria e José, por exemplo.

Os escravos José, José (um homônimo), Paulo e Claudiana são exemplos de cativos nascidos em outras vilas. Os quatro pertenciam a Luciano Carneiro Lobo, de quem já falamos anteriormente, e aparecem na Lista Nominativa de Habitantes de 1804<sup>96</sup> como naturais de Minas Gerais. Luciano, como vimos, tinha credores e devedores nesta capitania quando da feitura do inventário de sua primeira esposa, falecida em 1806, Dona Francisca de Sá. Partindo dessas informações, é bastante provável que Luciano Carneiro Lobo tenha adquirido esses escravos em Minas quando lá esteve para negociar animais, que era a sua principal atividade. Podemos supor também que a dívida que este senhor tinha com habitantes de vilas mineiras, fosse referente aos escravos que havia comprado.

Um dos “Josés” era alfaiate, casado, e tinha 27 anos em 1806. Já o outro era solteiro e estava com 30 anos de idade naquele mesmo ano. Paulo também era casado e tinha 25 anos, Claudiana, a mais nova, estava com sete anos em 1806. Os quatro escravos estavam em poder da família Carneiro Lobo há pelo menos dois anos quando faleceu Dona Francisca de Sá, pois todos já constavam na Lista Nominativa de 1804, como afirmamos.

Estavam em Castro a tempo suficiente para que Paulo se casasse com Anna, uma crioula nascida nesta vila, também escrava de Luciano Carneiro Lobo. Esta informação está também na Lista Nominativa de 1804, na coluna de observações, na qual vem escrito que “o escravo Paulo casou-se com a escrava Anna”. Claudiana tinha apenas cinco anos em 1804, data do primeiro registro que temos dela na propriedade dos Carneiro Lobo, o que indica que ela foi levada para Castro ainda muito pequena e sem a mãe, uma vez que os outros três escravos mineiros eram homens. Podemos levantar a hipótese de que José fosse pai de Claudiana, já que era casado e não conseguimos saber quem era sua mulher. É possível que ela tivesse ficado em Minas Gerais, enquanto seu marido e filha eram levados para a vila paulista. Outra possibilidade é a de que a mãe de Claudiana tenha falecido antes

---

<sup>96</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1804. Cópias do CEDOPE/UFPR (Originais no AESP).

ou durante a viagem para Castro, ou então que tenha sido vendida por Luciano Carneiro Lobo.

Ignácio, Antonio e Gertrudes eram escravos que também não tinham nascido na vila de Castro. Os três eram naturais de Mogi das Cruzes, assim como seu senhor, Manoel Pinto dos Santos, genro de Luciano Carneiro Lobo. Retomando o que foi colocado no primeiro capítulo, Manoel era casado com Maria Francisca Carneira e, aparentemente, morava nas terras do pai de sua esposa. Vivia da negociação de animais e à época de seu falecimento, em 1820, contava com seis escravos, incluindo aí os três citados acima. O que temos aqui é um caso de migração de escravos junto com seu senhor, o que não foi o caso de Luciano Carneiro Lobo e seus quatro escravos mineiros, uma vez que ele era nascido em Castro. Manoel Pinto dos Santos já estava casado com Maria Francisca em 1806, quando faleceu sua sogra, Francisca de Sá e, portanto, já residia em Castro a essa época. Mas antes disso, quando ainda residia em Mogi das Cruzes, deve ter adquirido Ignácio, Antonio e Gertrudes naquela vila. Quando Manoel decidiu se casar com uma promissora moça castrense, levou consigo seus três escravos que em 1820, ano de falecimento de seu senhor, eram solteiros e tinham, respectivamente, 40, 32 e 36 anos de idade.

Para citar um último exemplo falemos de Antonio, Eufrázio e Clara. Os três foram comprados por Francisco Xavier da Silva em 1806; os dois homens em São Paulo, do capitão mor José de Sá, e a mulher em Taubaté, do tenente coronel Antonio Moreira<sup>97</sup>. As duas vilas certamente faziam parte das negociações de Xavier da Silva para compra e venda de gado, o que mostra que não eram apenas cavalos e bois que ele negociava em suas viagens.

Estes três casos demonstram como Castro mantinha uma relação de interdependência com outras vilas não só na negociação de gado vacum e cavalar, mas também nas transações envolvendo seres humanos. O aumento da comunidade escrava castrense também esteve relacionado às viagens empreendidas pelos proprietários a fim de comprar e vender gado, como demonstrou nossa documentação. Horácio Gutiérrez também chama atenção para este fato quando afirma que,

via de regra, os lugares nos quais os escravos brasileiros residentes em Castro declaram terem nascido, ficavam à beira das rotas que o comércio interno trilhava. Esta coincidência revela-se particularmente notória quando analisado o circuito palmilhado pelos negociantes de gado<sup>98</sup>.

---

<sup>97</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1806. Cópias do CEDOPE/UFPR (Originais no AESP).

<sup>98</sup> GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos...p. 173.

Luciano Carneiro Lobo e Francisco Xavier da Silva são dois bons exemplos de como o negócio de animais trazia outras possibilidades para estes negociantes. No caso de Luciano, podemos pensar que em suas viagens ele conseguiu até um marido para sua filha! Mogi das Cruzes é uma das vilas que este senhor mantinha relações comerciais, como atestaram suas dívidas ativas e passivas. Seu futuro genro, Manoel Pinto dos Santos, poderia muito bem ser um dos homens com o qual Luciano realizava negócios, o que acabou por resultar em sua vinda para Castro, juntamente com seus três escravos.

Mas não era apenas para os senhores que o negócio de animais trazia possibilidades. Também para os escravos a rede de interdependência que existia entre as vilas da América portuguesa tinha muita influência sobre suas vidas, como vimos nos exemplos acima, em que escravos nascidos e estabelecidos em determinadas localidades eram forçados a deixar suas famílias e toda uma vida a que já estavam habituados. Por outro lado, a mudança poderia trazer novas perspectivas para eles, como foi o caso do escravo Paulo, que acabou se casando com uma cativa castrense.

Apesar de existirem escravos vindos de outras partes da América portuguesa, a predominância era de crioulos nascidos em Castro, fato que se confirma quando analisamos a comunidade local por faixa-etária. Os escravos de 0 a 9 anos representam 30,2% da amostra, ou seja, 77 escravos dos quais 75 eram crioulos e dois não sabemos a procedência, mas, muito provavelmente, eram também nascidos no Brasil, com grandes chances de serem castrenses. Aqui deve ser ressaltado que na análise das faixas-etárias, não incluímos os 15 cativos de Francisco Xavier da Silva que residiam em Sorocaba, uma vez que não temos nenhuma informação sobre eles quanto à procedência, idade e sexo. Também foram excluídos os escravos que sabíamos a procedência e o sexo, mas não a idade. Os escravos de 0 a 9 anos de idade representam, portanto, 30,2% dos 255 cativos para os quais temos informações referentes ao sexo e à idade.

Se considerarmos apenas os 188 escravos crioulos para os quais obtivemos informações sobre a idade, o percentual da faixa-etária de 0 a 9 anos sobe para 39,9% dos cativos. Para realizarmos uma comparação com os dados obtidos por Gutiérrez, precisamos incluir nesse percentual os escravos de 10 a 15 anos de idade. Este autor elaborou uma tabela na qual distribuiu a população escrava da 5ª Comarca de São Paulo em três grandes grupos de idades, sendo o primeiro deles de 0 a 15 anos. Gutiérrez realizou o cálculo para quatro anos distintos: 1798, 1810, 1824 e 1836 e encontrou, respectivamente, 40,5%,

39,8%, 39,6% e 37%<sup>99</sup>. Percebemos uma diminuição nesse grupo em 1836, dado que vai na direção do que foi apontado por Lima<sup>100</sup>, ou seja, o aumento do número de africanos comprados após a proibição do tráfico, em 1831, pode ter sido a causa na diminuição dos escravos com idades entre 0 e 15 anos.

Para nossa amostra, considerando apenas os crioulos que sabemos as idades – 188 deles – o grupo de escravos com até 15 anos representa 55,3% dos nascidos no Brasil. Percentual bastante acima dos apresentados por Gutiérrez; porém, devemos lembrar que este autor não excluiu os africanos de sua análise e os números são para várias localidades da 5ª Comarca de São Paulo, incluindo Castro. Se considerarmos os africanos e os escravos que não sabemos a procedência, mas sabemos as idades – 255 das 314 pessoas de nossa amostragem – o percentual cai para 41,5%, aí sim, bastante próximo dos referenciais encontrados por Gutiérrez para a população escrava da 5ª Comarca.

A constatação de que mais da metade dos crioulos tinham até 15 anos de idade deixa margem para pensarmos no crescimento vegetativo como a principal causa do aumento do número de escravos crioulos de Castro. De fato, a estrutura de algumas das propriedades escravistas permitia que houvesse a reprodução endógena, sem esquecer, é claro, que esta também decorria das estratégias e vontades dos próprios cativos. Para 11 das 29 unidades escravistas da amostra, conseguimos identificar cativos casados, seja pelas informações do próprio inventário ou, mais uma vez, através das Listas Nominativas de Habitantes.

Tomemos como exemplo os escravos de Francisca de Sá, esposa de Luciano Carneiro Lobo, falecida em 1806. Dez dos 25 escravos eram casados, seis homens, sendo três crioulos e três africanos e quatro mulheres, sendo duas crioulas e duas africanas. Seis deles eram casados entre si, de acordo com informações do próprio inventário, mas, dos outros quatro não conseguimos nenhuma pista. É possível que um dos escravos fosse casado com uma das agregadas da casa de Luciano Carneiro Lobo, já que uma delas era casada e consta como negra, de acordo com a Lista Nominativa de 1804, o que pode indicar que fosse uma ex-escrava desse senhor<sup>101</sup>. Nem os inventários e nem as Listas Nominativas informam de quem determinado escravo era filho, mas é muito provável que alguns dos sete crioulos menores de dez anos que existiam nas terras dos Carneiro Lobo fossem filhos dos casais mencionados.

---

<sup>99</sup> GUTIÉRREZ, H. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos econômicos*. São Paulo: 17(2), 297-314, maio/ago 1987. p. 305.

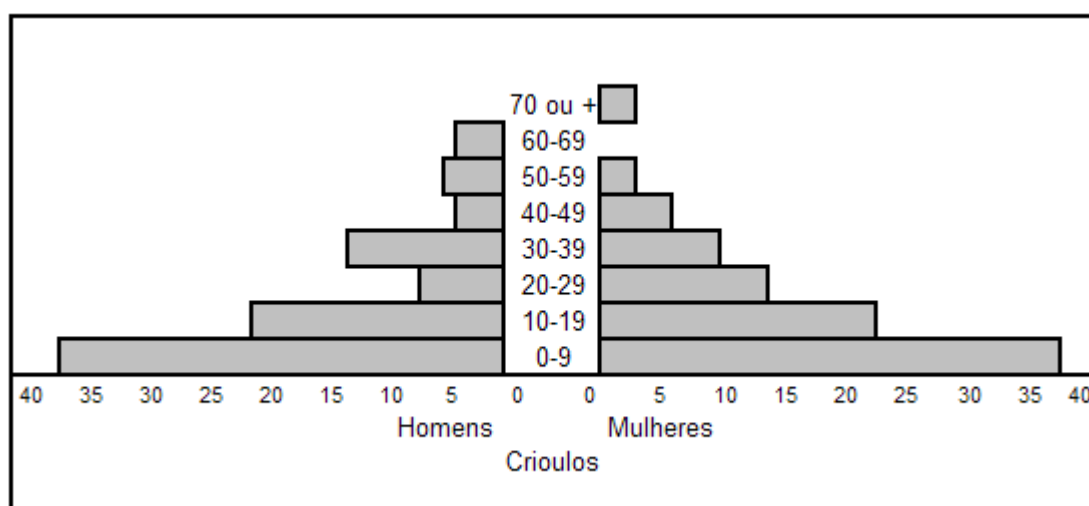
<sup>100</sup> LIMA, C. A. M. *Op. cit.*

<sup>101</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1804. Cópia do CEDOPE/UFPR. (Originais no AESP).

Não devemos esquecer também das uniões informais que existiam entre os escravos e que, da mesma maneira que entre os casados, acabavam por gerar filhos. Este foi o caso da escrava Rita, pertencente a Manoel Lopes Branco e Silva. No inventário deste senhor, datado de 1810, consta uma petição feita por ela alegando que era liberta e que havia pagado para libertar seus dois filhos Raimundo e Pedro, que haviam sido partilhados para pagamento de dívidas. A Lista Nominativa de 1806 informa que Rita é solteira, nascida em Castro e que tem 27 anos de idade. Seus dois filhos também já aparecem na Lista, Raimundo, o mais velho, com três anos e Pedro com dois<sup>102</sup>. Mais tarde contaremos outros detalhes sobre a trajetória dessa mãe e seus dois filhos, mas agora, o que nos interessa é mostrar que uniões não oficializadas também geravam escravos que contribuía para aumentar o número de crioulos.

A segunda faixa-etária com a maior concentração de escravos nascidos no Brasil foi a de 30 a 39 anos. Mais uma vez consideramos apenas os 188 crioulos para os quais conseguimos informações sobre a idade, ou seja, 12,2% dos crioulos. Porém, a diferença do percentual desse grupo para o de 15 a 19 anos e o de 20 a 29 é bastante pequena; ambos representam 11,2% cada um. A pirâmide abaixo elucida melhor a estrutura etária do grupo de escravos crioulos.

**Figura 2 – Pirâmide etária da população escrava crioula da amostra.  
Castro, 1800-1830.**



Fonte: Inventários *post-mortem* de Castro, 1800-1830. Vara cível de Castro.

<sup>102</sup> Idem.

Para os crioulos o que percebemos através da pirâmide é a maciça presença de crianças, representada pela largura da base, bem maior do que os demais degraus. Essa constatação corrobora com os dados encontrados por Gutiérrez para o atual estado do Paraná. As pirâmides etárias elaboradas pelo autor também apresentam uma base larga, indicando grande presença de crianças escravas<sup>103</sup>. Essas crianças se faziam mais presentes nas unidades escravistas com um número razoável de cativos. Quanto maior a propriedade escrava, maior o número de crianças. Veja-se o exemplo de Francisco Xavier da Silva. De seus 80 escravos, 27 deles eram crianças com até 14 anos de idade. Mas temos as exceções, como por exemplo, a proprietária Anna de Quadros Oliveira, que teve apenas um escravo arrolado em seu inventário, o crioulo Antonio, de cinco anos e sete meses de idade.

Entre os crioulos percebemos uma igualdade entre os sexos. Considerando os escravos nascidos no Brasil, temos 49,5% de homens e 50,5% de mulheres. Entre os africanos veremos que esses números se diferenciaram bastante. Através da pirâmide podemos perceber que em algumas faixas-etárias há uma predominância de um ou de outro sexo. As crioulas com idade entre 20 e 29 anos, por exemplo, representavam o dobro dos homens dessa mesma idade. Já nas faixas de 15 a 19 anos e de 30 a 39 o número de homens é ligeiramente maior que o das mulheres. Mas se considerarmos a faixa-etária de 15 a 49 anos, que era a mais propensa a ter filhos, o equilíbrio entre os sexos continua prevalecendo, sendo 36 homens e 39 mulheres.

A análise demográfica da população escrava crioula de nossa amostra indica, portanto, uma alta taxa de natalidade, talvez possibilitada pelo equilíbrio entre os sexos, especialmente entre os escravos em idade fértil, ou seja, de 15 a 49 anos. Ademais, os escravos incluídos nessa faixa-etária aumentam se considerarmos também os africanos, que quando se casavam ou mantinham uma relação informal, geravam filhos que nasciam no Brasil e eram, portanto, crioulos.

### **2.3 Os africanos: poucos, mas significativos.**

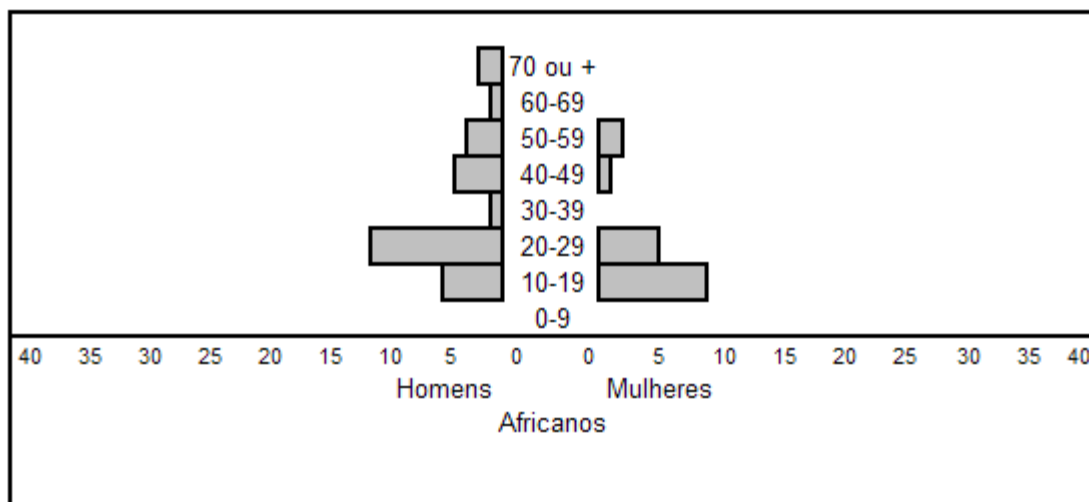
Os 46 escravos provenientes da África representam 17,6% dos 262 cativos para os quais sabemos a origem. Eram em menor número do que os crioulos, mas, nem por isso, menos importantes para a análise. Começaremos apontando algumas diferenças entre a população africana e a crioula.

---

<sup>103</sup> GUTIÉRREZ, H. Demografia escrava... p. 307.

Enquanto a grande maioria dos escravos nascidos no Brasil tinha entre 0 e 9 anos de idade, não encontramos nenhum africano nessa faixa-etária. Dos 44 cativos provenientes da África para os quais sabemos as idades, 36,4% deles, a maioria, têm entre 20 e 29 anos, seguido dos escravos com idades entre 15 e 19 anos, que representam 29,5% deles. Se somarmos essas duas faixas-etárias temos quase 66% dos africanos com idades entre 15 e 29 anos, considerada uma fase produtiva da vida dos escravos. A pirâmide etária referente à população escrava africana, evidencia bem as diferenças que havia entre este grupo e o de crioulos.

**Figura 3 – Pirâmide etária da população escrava africana da amostra.**  
**Castro, 1800-1830.**



Fonte: Inventários *post-mortem* de Castro, 1800-1830. Vara cível de Castro.

A base da pirâmide, ao contrário do que ocorre com a dos crioulos, não existe. A população estava concentrada nas faixas-etárias de 15 a 19 e de 20 a 29 anos. Vale lembrar que estamos considerando as idades dos escravos nos anos em que foram feitos os inventários de seus falecidos senhores, que vão de 1800 a 1830. No caso dos africanos, 30 deles pertenciam somente a Francisco Xavier da Silva em 1829, como já informamos.

Outro dado apontado pela pirâmide, é a predominância de homens. Estes representam 63% do total de africanos, e as mulheres, 37%. Tudo isso revela uma tendência no que diz respeito aos escravos provenientes da África. Eram comprados pelos senhores preferencialmente cativos homens e em idade produtiva, ou seja, entre 15 e 30 anos. Os dados apresentados por Herbert Klein confirmam essa tendência. Segundo este autor, mesmo após a extinção do tráfico, já na década de 1870, entre os escravos africanos

ainda havia a predominância de homens e adultos<sup>104</sup>. Klein sugere ainda que as diferenças quanto à idade e o sexo dos africanos dificultavam sua reprodução em terras brasileiras<sup>105</sup>. Em Castro, no entanto, os escravos homens provenientes da África teriam mais chances de encontrar uma companheira, já que levando em conta toda a população escrava existia um equilíbrio entre os sexos, o que facilitaria a vida afetiva dos africanos, que poderiam encontrar suas parceiras entre as mulheres crioulas.

De fato, entre os africanos cujos cônjuges são conhecidos, apenas um casal era formado por cativos procedentes da África. Em contrapartida, temos três casais compostos por um cônjuge crioulo e o outro africano. É provável que existissem outros casais de africanos, mas, como informamos, são poucos os escravos casados que conseguimos informações sobre o cônjuge e, além disso, as uniões informais, mais difíceis ainda de serem identificadas, também poderiam acontecer entre africanos.

Nesse sentido John Thornton enfatiza o casamento entre africanos nas Américas como uma forma de manter as tradições de sua terra natal. Segundo este autor, as uniões entre pessoas da mesma nação tinham implicações culturais, uma vez que “além de eles se comunicarem na mesma linguagem e compartilharem dos mesmos conceitos religiosos e estéticos (...), poderiam desenvolver uma cultura nacional na próxima geração”<sup>106</sup>. Mas devemos lembrar que em Castro a grande maioria dos escravos era crioula e os africanos, mesmo que mantivessem relações endogâmicas, conviviam com o grupo hegemônico dos escravos nascidos no Brasil, tendo que se adaptar aos costumes já estabelecidos por estes. Isto, sem dúvida, poderia dificultar as “implicações culturais” sugeridas por Thornton. Sendo assim, para o caso de Castro, acreditamos ser mais válido o que foi proposto por Mintz e Price, que analisando o parentesco e os papéis sexuais de escravos africanos nas Américas, partem do pressuposto de que nem apenas o contexto social e nem apenas as tradições culturais podem explicar uma forma institucional afro-americana; para estes autores é preciso levar em conta o pleno contexto histórico. Ou seja, para entender a configuração de uma comunidade afro-americana é necessário examinar de que maneira os africanos utilizaram seus recursos culturais para se adaptarem aos novos meios sociais que encontraram no Novo Mundo<sup>107</sup>.

Mas, se as uniões dependessem apenas dos escravos africanos partilharem a mesma procedência, em Castro isso seria possível. Não só os dados de nossa amostra, mas também

---

<sup>104</sup> KLEIN, H. *Op. cit.* p. 140.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>106</sup> THORNTON, J. *Op. cit.* p. 273.

<sup>107</sup> MINTZ, S. e PRICE, R. *Op. cit.* p. 90.



os de outros autores, como Gutiérrez, mostram que nesta vila havia uma predominância de africanos de origem banto, ou seja, da África Centro-Occidental, que englobava a região Congo-Angola e Moçambique. Para os escravos africanos presentes nos inventários aqui analisados, sabemos a origem de 40 dos 46 existentes. Os de origem banto representam 95%, ou seja, 38 deles, enquanto que os sudaneses, originários da África Occidental, apenas 5%, ou seja, dois deles. Estes percentuais estão bastante próximos dos encontrados por Gutiérrez para Castro no ano de 1804: 95,2% de bantos e 4,8% de sudaneses<sup>108</sup>.

A predominância de africanos de origem banto está diretamente ligada ao preponderante desembarque de pessoas dessa procedência no porto do Rio de Janeiro. Esta cidade foi a principal importadora de escravos vindos da África desde finais do século XVIII até a primeira metade do século XIX e a grande maioria dos escravos que aí desembarcavam eram provenientes da África Centro-Occidental, falantes de línguas do tronco linguístico banto. Segundo Klein, “a região do Congo-Angola (e posteriormente Moçambique) supriu de escravos especialmente o Rio de Janeiro e as regiões interioranas do Brasil Central”<sup>109</sup>. Manolo Florentino reitera e acrescenta novos números ao estudo de Klein e mostra que de fato Congo e Angola eram as maiores fontes provedoras de africanos para o porto carioca. Através de um gráfico, este autor demonstra que a África Central Atlântica, como ele denomina essa região, dominou o número de desembarques durante todo o período de 1795 a 1830<sup>110</sup>. Castro, portanto, tinha o Rio de Janeiro como seu principal fornecedor de escravos africanos, o que explica, nesse período, a presença maciça dos bantos, e os poucos sudaneses encontrados na comunidade escrava aqui em questão.

Veja-se o exemplo, mais uma vez, dos 30 escravos africanos de Francisco Xavier da Silva. Todos eles vinham de regiões da África Centro-Occidental e no inventário de seu senhor aparecem com as denominações de Benguela, Cassange, Congo, Cabinda, Rebolo, Moçambique, Monjolo e Luanda. A interação entre esses 30 escravos certamente era facilitada por pertencerem a regiões falantes de línguas muito semelhantes entre si. Sabemos que no ano de 1829, quando faleceu Xavier da Silva, 20 dos seus 65 escravos residentes em Castro, na fazenda Caxambu, eram casados, porém, não sabemos com quem. É bastante provável que alguns desses 30 africanos tivessem casado entre si ou que mantivessem relações informais. Mas independentemente das relações conjugais que

<sup>108</sup> GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos... p. 171.

<sup>109</sup> KLEIN, H. *Op. cit.* p. 135-136.

<sup>110</sup> FLORENTINO, M. *Op. cit.* p. 80.

pudessem existir entre eles, o fato é que conviviam na mesma fazenda e eram um grupo bastante significativo, representando quase a metade dos escravos de Caxambu, o que talvez pudesse facilitar a lembrança e a prática de algumas tradições africanas em terras brasileiras, como sugeriu Thornton. No entanto, não conseguimos informações suficientes para analisar o “pleno contexto histórico”, como sugeriram Mintz e Price. Nossa documentação não trouxe evidências de como esses africanos utilizaram seus recursos culturais para se adaptarem à nova realidade a que foram submetidos quando levados para Castro.

Se os africanos de Caxambu puderam conviver com um número significativo de conterrâneos, este não foi o caso dos outros 16 cativos vindos da África que estavam em poder de nove senhores. O segundo proprietário com o maior número de africanos em sua unidade escravista era Luciano Carneiro Lobo, que em 1806, ano de falecimento de sua primeira mulher, Francisca de Sá, possuía cinco escravos provenientes da África. Outros três senhores possuíam dois africanos em suas terras e outros cinco apenas um. Nessas propriedades, portanto, o convívio entre escravos de mesma origem seria mais limitado. Mas, como afirmou Slenes,

(...) muitos dos africanos podiam achar ‘conterrâneos’ em outros sítios e fazendas do mesmo bairro rural, senão nas propriedades em que viviam. (...), contudo, na labuta diária, na luta contra os (des)mandos do senhor, na procura de parceiros para a vida afetiva, necessariamente eles haveriam de formar laços com pessoas de outras origens, redesenhando as fronteiras entre as etnias<sup>111</sup>.

A possível interação entre africanos nas Américas também foi ressaltada por Thornton, como já demonstramos, que da mesma maneira que Slenes acredita na possibilidade de escravos pertencentes a pequenas unidades escravistas se comunicarem com africanos de fazendas próximas<sup>112</sup>. Os dois autores também concordam que nas grandes propriedades, com um número significativo de africanos, estes não teriam dificuldades em se comunicar e estabelecer relações com seus conterrâneos. Mesmo não descartando essa possibilidade, devemos lembrar mais uma vez que os africanos de Castro se viram rodeados por cativos nascidos no Brasil, ao contrário do que foi encontrado por Slenes para Campinas e Bananal, onde mais da metade da população escrava era proveniente da África<sup>113</sup>.

<sup>111</sup> SLENES, R. *Malungu, Ngoma vem!...* p. 57.

<sup>112</sup> THORNTON, J. *Op. cit.* p. 271.

<sup>113</sup> SLENES, R. *Malungu, Ngoma vem!...* p. 55.

Apesar da maioria africana encontrada nos inventários ser de origem banto, existia duas mulheres de origem sudanesa, Jacinta e Angélica, pertencentes ao mesmo senhor, Francisco de Paula Ribas. As duas constam como provenientes da Guiné, denominação bastante genérica uma vez que abrangia grande área da África Ocidental. Francisco de Paula Ribas era um homem de posses, dedicado à criação de animais em sua fazenda denominada Tucum. Assim como os demais senhores dedicados à compra e venda de gado, Francisco também mantinha relações com pessoas de outras vilas da colônia o que facilitaria a aquisição de cativos. O mais provável é que as duas escravas africanas tenham desembarcado no porto do Rio de Janeiro, o principal fornecedor para a região Centro-Sul. O fato de que a maioria dos africanos aí desembarcados fosse proveniente de regiões da África Centro-Ocidental, não significa que sudaneses nunca fossem trazidos para as partes meridionais da América portuguesa. Uma outra possibilidade é de que as escravas tenham desembarcado em Salvador e chegado até Castro depois de vendas sucessivas, uma vez que o porto baiano era o principal receptor de escravos provenientes da África Ocidental<sup>114</sup>.

Na Lista Nominativa de 1816 as duas escravas já aparecem na propriedade de Francisco de Paula Ribas, juntamente com outro escravo proveniente da Guiné, Camillo, que já não consta no inventário de seu senhor, feito em 1820<sup>115</sup>. Pelas idades dos três escravos informadas na Lista Nominativa de 1816, não fazia muito tempo que eles haviam sido comprados por Francisco, uma vez que Angélica aparece com 13 anos, Camillo com 16 e Jacinta com 20 anos de idade. Como já afirmamos, os africanos preferidos pelos senhores quando os iam adquirir eram os que estavam já em idade produtiva, como é o caso dos três citados acima. Provavelmente não fazia muito tempo que estavam vivendo nas terras da fazenda Tucum, pois antes disso seriam ainda muito jovens para serem comprados.

Apesar do tráfico de africanos vindos da África Ocidental não ter sido muito representativo no porto do Rio de Janeiro, Florentino percebe um aumento no número de escravos dessa procedência desembarcados entre 1811 e 1816, devido a iminente proibição do tráfico de escravos ao norte do Equador<sup>116</sup>. Este deve ter sido o período que os três escravos provenientes da Guiné foram adquiridos por Francisco de Paula Ribas, mais um indício de que esses africanos devem ter sido desembarcados no Rio de Janeiro e então seguiram para Castro.

<sup>114</sup> Sobre este assunto ver: VERGER, P. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

<sup>115</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1816. Cópia do CEDOPE/UFPR. (Originais no AESP).

<sup>116</sup> FLORENTINO, M. Op. cit. pp. 79-80.

As denominações para a nação dos africanos presentes na documentação são problemáticas. Elas designam tanto etnias como portos de embarque ou então grupos lingüísticos. Luanda, Angola e Cabinda, por exemplo, designam portos de embarque, enquanto Rebolo e Monjolo são etnias africanas. Estas denominações, portanto, nem sempre denominavam a origem do escravo, mas somente o porto onde foi embarcado ou então a etnia a que ele provavelmente pertencia. Muitos escravos eram capturados no interior da África e aí então eram levados para a costa, mais precisamente para os portos de Luanda, Cabinda ou Benguela<sup>117</sup>.

As denominações atribuídas aos africanos estavam muito mais relacionadas ao tráfico atlântico do que a sua etnia propriamente dita. Eram nomes muito genéricos, como por exemplo Guiné, usado pelos portugueses até o século XVII para denominar uma vasta região da África Ocidental. Ou então Congo, outra designação bastante evasiva, uma vez que o reino do Congo já estava fragmentado desde finais do século XVII, quando foi derrotado por Portugal na batalha de Mbwila<sup>118</sup>. Devemos tomar cuidado, portanto, com as supostas “nações” atribuídas aos africanos e pensá-las mais relacionadas ao tráfico atlântico do que necessariamente com grupos étnicos originais.

Essa questão da imprecisão dos termos presentes na documentação para designar os africanos já vem sendo discutida pela historiografia. Uma publicação recente de Farias, Soares e Gomes, com o sugestivo título *No labirinto das nações*, discute o que os termos representavam tanto para os africanos como para os senhores de escravos do Rio de Janeiro, que era no século XIX, de fato, um labirinto de nações africanas. Para estes autores

(...) é fundamental destacarmos os limites das concepções em torno das idéias de ‘nações’, que surgem na vasta documentação, de naturezas diferentes sobre a escravidão. Não podem ser consideradas representações de identidades étnicas como algo ‘essencializado’, isto é, natural, quase cristalizado. É imprescindível vislumbrarmos nestas narrativas sobre as ‘nações’ as construções do tráfico negreiro, das lógicas senhoriais e também das invenções africanas as mais diversas<sup>119</sup>.

Mary Karasch, que estudou os escravos do Rio de Janeiro, também alerta para a imprecisão dos nomes e afirma que “de forma inequívoca, esses termos imprecisos denotam geralmente portos de exportação ou vastas regiões geográficas, mas ao menos

<sup>117</sup> SLENES, R. *Malungu, ngoma vem!*...p. 57.

<sup>118</sup> VAINFAS, R.; SOUZA, M. de M e. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. In: *Tempo*, n.º 6, vol. 3, dez. 1998. p. 106.

<sup>119</sup> SOARES, C. E. L.; GOMES, F. S.; FARIAS, J. B. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 50.

dirigem a atenção para o Centro-Oeste Africano e a África Oriental como terra natal provável da maioria dos africanos do Rio”<sup>120</sup>.

Apesar de imprecisos, além de apontar para as regiões da África informadas por Karasch, esses termos indicam que eram pessoas provenientes de um mesmo tronco lingüístico, chamado banto, no caso da maioria dos escravos africanos de Castro. Vale ressaltar que até meados do século XIX a palavra banto para denominar as línguas faladas na África Centro-Occidental e Oriental ainda não existia. Foi somente na década de 1860, após alguns estudos realizados inclusive pelo pintor bávaro Rugendas, que a família lingüística recebeu esse nome<sup>121</sup>. Por ser a grande maioria dos africanos de nossa amostra provenientes de regiões falantes de línguas banto, enfocaremos nossa análise nesse grupo específico, a começar pelo percentual que cada procedência representa em nossa amostra, demonstrado pela tabela abaixo:

**Tabela 7 – Procedência/regiões de embarque dos africanos pertencentes ao tronco lingüístico banto. Castro, 1800-1830.**

Procedência	N.º	%
Benguela	09	23,7
Congo	08	21
Monjolo	07	18,5
Cabinda	05	13,2
Rebolo	04	10,5
Angola	02	5,3
Luanda	01	2,6
Moçambique	01	2,6
Cassange	01	2,6
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100</b>

Fonte: Inventários *post-mortem* de Castro, 1800-1830. Cartório cível de Castro.

Conforme mostra a tabela, Benguela é a procedência que mais aparece em nossa amostra, seguida por Congo e Monjolo. A primeira procedência corresponde com o que foi encontrado por Gutiérrez na Lista Nominativa de Castro para o ano de 1804. Dos 140 africanos bantos, 93 eram de Benguela, ou seja, 63,3% deles. Congo, porém, que é a segunda procedência mais presente nos inventários aqui analisados, vem em terceiro lugar na tabela apresentada por Gutiérrez, com apenas 10 escravos. A segunda procedência mais

<sup>120</sup> KARASCH, M. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 45.

<sup>121</sup> SLENES, R. *Malungu, ngoma vem!...* p. 50.

comum encontrada por este autor foi Angola, com 28 cativos, sendo que na tabela acima eles são apenas dois.

Os dados apresentados por Klein para a origem dos africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro, durante os períodos de 1795-1811, e 1825-1830, mostram que Benguela teve uma grande participação no tráfico de escravos, ficando atrás apenas do porto de Luanda. Para o primeiro período temos 75.675 escravos provenientes de Benguela desembarcados no Rio de Janeiro e, para o segundo, 21.660 cativos, perfazendo um total de 97.335 pessoas<sup>122</sup>. O período coincide com o aqui analisado e, como já ressaltamos, o Rio de Janeiro era o principal redistribuidor desses africanos para a região Centro-Sul do Brasil, e consequentemente para Castro. Interessante notar que cinco dos nove escravos provenientes de Benguela tinham mais de 40 anos, o que sugere que a maioria deles desembarcou no Brasil no final do século XVIII e início do XIX, período em que o contingente de africanos vindos dessa localidade era bastante elevado, conforme mostrou o estudo de Klein.

Os números apresentados por Klein para o Congo, a segunda procedência mais expressiva de nossa amostra, não são muitos se comparados aos de Benguela. Entre 1795 e 1811 apenas 549 cativos vieram do Congo com destino ao porto do Rio de Janeiro e, entre 1825 e 1830, esse número sobe para 6.007 escravos<sup>123</sup>. Estes números explicam porque Gutiérrez encontrou tão poucas pessoas dessa procedência em Castro no ano de 1804, justamente no período em que a região em questão mandava poucos escravos para o porto do Rio de Janeiro.

É interessante notar que os oito cativos procedentes do Congo pertenciam a Francisco Xavier da Silva, sendo que o mais velho deles estava com 26 anos em 1829, o que pode indicar que tivessem sido adquiridos recentemente por Xavier da Silva. Ademais, sabemos que pelo menos quatro destes oito africanos ainda não vivia na fazenda Caxambu em 1825, de acordo com informações extraídas da Lista Nominativa deste mesmo ano<sup>124</sup>. O número de escravos procedentes do Congo aumenta na unidade escravista de Xavier da Silva, justamente quando o porto do Rio de Janeiro está recebendo mais cativos dessa região, entre 1825 e 1830.

Em Castro, portanto, como em tantas outras vilas da América portuguesa, africanos vindos de diversos pontos da África, de repente se vêem dividindo o mesmo espaço,

---

<sup>122</sup> KLEIN, H. *Op. cit.* p. 138.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1825. Cópia do CEDOPE/UFPR. (Originais no AESP).

fazendo parte de uma mesma comunidade escrava, formada a partir das necessidades de seus senhores, mas tecida de acordo com suas afinidades, sentimentos e vontades. E, além de conviverem com seus conterrâneos africanos, se deparavam com uma maioria de escravos nascidos no Brasil, com quem também trocaram experiências e mantiveram relações, como veremos no próximo capítulo.

Mas, para finalizar este segundo capítulo, trataremos agora da ocupação dos escravos. Fossem crioulos ou africanos, o fato é que todos integravam uma mesma comunidade, formada forçadamente pelos interesses econômicos de seus senhores.

## **2.4 Mão-de-obra escrava e atividades econômicas.**

Vimos até agora que Castro era, no início do século XIX, uma vila formada por alguns proprietários mais abastados e outros nem tanto. Todos, porém, tinham em comum a atividade pecuária e da compra e venda do gado, ou então estavam ligados a elas de alguma maneira. O contingente escravo dessa vila também era significativo considerando os padrões de posse de cativos da 5ª Comarca de São Paulo. Ou seja, as atividades desenvolvidas pela população de Castro permitiram que escravos fossem adquiridos para ajudar no aumento da riqueza de seus senhores.

Aqui devemos lembrar que muitas vezes, ao lado dos cativos, trabalhavam alguns agregados, ou seja, trabalhadores livres. O inventário de Miguel Garcia Leite Penteado, um proprietário sem escravos, trouxe informações sobre esse tipo de mão-de-obra. Neste um de seus camaradas foi inventariante e, ademais, nas dívidas do falecido constava o salário de seus empregados. As Listas Nominativas de Habitantes, por arrolarem todas as pessoas residentes na propriedade, trazem mais dados sobre os trabalhadores livres.

Sabemos, portanto, através das Listas Nominativas, que muitos senhores aqui analisados mantinham agregados em suas propriedades, como era o caso de José Rodrigues Betim, Manoel Lopes Branco e Silva e Luciano Carneiro Lobo. Como consta o nome, naturalidade, idade, estado civil e cor de todas as pessoas listadas, sabemos que muitas vezes os trabalhadores livres das fazendas eram negros e pardos, provavelmente libertos que decidiram se tornar agregados, muitas vezes de seus próprios ex-senhores. Brasil Pinheiro Machado assim os define:

Eram homens juridicamente livres, mas inteiramente subordinados à classe senhorial. (...) Residiam em terras da fazenda, em pontos mais distantes da sede, como vigilantes

das invernadas mais longínquas; eram feitores, capatazes, capangas, compadres, formando uma rudimentar clientela dos donos da fazenda<sup>125</sup>.

Este mesmo autor ainda afirma que esses trabalhadores faziam parte de uma população flutuante e móvel, que andava de fazenda em fazenda em busca de trabalho. Podemos constatar isso na propriedade de Luciano Carneiro Lobo, uma vez que a Lista Nominativa de 1804 traz a informação de que todos os agregados listados haviam chegado a sua fazenda neste mesmo ano, vindos todos da fazenda do capitão Ignácio Ferreira.

Mas o que, de fato, escravos e agregados faziam nas fazendas? A resposta não é simples, principalmente para os trabalhadores livres, para os quais não temos nenhuma pista; e, para os escravos, são raríssimas as vezes que suas profissões vêm informadas nos inventários. Falaremos então dos cativos, objeto de estudo de nossa pesquisa e de quem conseguimos o maior número de pistas. Em nossa amostra, dos 314 escravos arrolados, apenas para 11 deles é informada a ocupação, sendo três alfaiates, dois campeiros, uma costureira, uma fiadeira, um carpinteiro, um cozinheiro, um roceiro e um ferreiro. Porém, existem outros caminhos para que possamos apreender em que tipo de ocupação os escravos de Castro estavam envolvidos.

Nos próprios inventários podemos encontrar algumas evidências. Veja-se o exemplo, já citado no primeiro capítulo, de Maria Lúcia de Menezes, viúva de Manoel Lopes Branco e Silva, falecido em 1810, que declarou no inventário de seu marido que havia vendido alguns mantimentos, certamente produzidos em sua fazenda. As Listas Nominativas indicam que a propriedade dessa família produzia alimentos, uma vez que na coluna de observações vem especificado que “planta para seu sustento”. Os gêneros deveriam servir para a alimentação de todos os moradores da fazenda, inclusive os escravos. Estes últimos seguramente eram os responsáveis por plantar e colher tudo o que era produzido. Parece que no ano de 1810 a produção foi tão boa que permitiu a venda do excedente pela viúva, como ela própria declarou.

Brasil Pinheiro Machado, em texto de 1963, já havia ressaltado a importância da economia de subsistência para as fazendas dos Campos Gerais. Porém, esse autor afirma que as fazendas eram quase auto-suficientes e tudo que precisavam produziam internamente. Além disso, acreditava que os produtos de subsistência não eram comercializados pelos fazendeiros até a primeira metade do século XIX<sup>126</sup>. Ora, o que

---

<sup>125</sup> MACHADO, B. P. *Op. cit.* p.15.

<sup>126</sup> *Ibidem*, p.12.



apreendemos nos documentos é justamente o contrário. Com o exemplo acima, de Maria Lúcia de Menezes, ficou claro que quando havia excedentes dos gêneros produzidos, eles eram comercializados, talvez até por um dos escravos ou escravas que serviriam de vendedores dos produtos de seu senhor. A questão da auto-suficiência das fazendas dos Campos Gerais também cai por terra quando analisamos mais a fundo a documentação. As dívidas dos proprietários mostram que estes compravam todo tipo de produtos, desde milho até tecidos, no sistema comercial que vinculava os Campos Gerais a outras partes meridionais da América portuguesa.

Mas podemos concordar com Brasil Pinheiro Machado quando diz que a economia de subsistência empregava mais mão-de-obra do que a criação de animais<sup>127</sup>. Certamente os trabalhos numa grande fazenda de gado não eram poucos. Para que a criação de animais pudesse ser mantida por seus proprietários, era preciso ter uma boa infra-estrutura. E, para isso, lá estavam os escravos que, além de também tratarem da lida com o gado, cuidavam das roças, produziam instrumentos de trabalho com o couro, com a madeira e até mesmo com o ferro, uma vez que existia um escravo com a profissão de ferreiro. Havia ainda os serviços domésticos e a confecção de roupas e cobertores, visto existirem alfaiates e costureiras em muitas das fazendas. Todas essas atividades acabavam despendendo mais tempo e mais mão-de-obra do que a criação de animais, fossem vacuns, cavalares ou muares, mesmo sendo essa a principal fonte de renda do fazendeiro.

A historiografia do Rio Grande do Sul já vem discutindo a utilização da mão-de-obra escrava na pecuária há algum tempo. A historiadora Helen Osório discute essa questão analisando, principalmente, inventários *post-mortem* para o Rio Grande do Sul<sup>128</sup>. Osório analisa os escravos que nos inventários aparecem com a profissão de campeiros ou domadores, o que indicava que trabalhavam com os animais das estâncias, nas lides da pecuária. Segundo autores citados por Osório, era necessário um homem para cuidar de aproximadamente 660 reses<sup>129</sup>. Para as estâncias do Rio Grande do Sul, a autora encontrou um número de escravos campeiros acima dessa média.

Em nossa documentação, como já foi dito, encontramos apenas dois escravos com a ocupação de campeiro, ambos pertencentes a Francisco Xavier da Silva. Joaquim, um crioulo de 20 anos de idade, e Francisco, um africano procedente do Congo, de 26 anos. Os números da fazenda de Caxambu estão coerentes com os apresentados por Osório; eram

---

<sup>127</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>128</sup> OSÓRIO, Helen. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII. Texto apresentado no *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2005.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 08.

dois escravos campeiros para cuidar de aproximadamente 1.500 cabeças de gado. Mas devemos levar em consideração os escravos cuja ocupação não vem especificada e que, talvez, também exerciam atividades ligadas à pecuária. Isso vale não apenas para os escravos de Xavier da Silva, mas também para os de outros escravistas que da mesma forma tinham a criação como principal atividade.

Os próprios escravos de Manoel Lopes Branco e Silva, de quem falamos a pouco, podem ser um exemplo. Como vimos no primeiro capítulo, esse senhor possuía um grande número de cabeças de gado, mais de 2.000, e contava, à época de seu falecimento, com 12 escravos trabalhando para ele e mais cinco que estavam em poder de seus filhos, dados como dote. A Lista Nominativa de 1806 indica que Manoel mantinha em suas terras uma família de agregados, composta do casal e uma filha e ainda um agregado solteiro<sup>130</sup>. É provável que estes, ao lado de alguns escravos, tomassem conta do numeroso rebanho da fazenda.

Não podemos esquecer de Luciano Carneiro Lobo e sua primeira mulher, Francisca de Sá, os maiores criadores de nossa amostra, com quase 2.200 animais. Quando faleceu Francisca, em 1806, a fazenda de Jaguariaíva contava com 18 escravos e mais sete que estavam em poder dos filhos, por conta do dote. Deste total de 25 escravos, apenas um vem com a profissão especificada, que era a de alfaiate. Os demais escravos deveriam se dividir entre as tarefas domésticas, a lavoura e o cuidado com os animais. Alguns anos mais tarde, em 1820, quando Luciano já estava casado com Isabel Branco e Silva, Saint Hillaire nos dá uma mostra de que os escravos desse senhor de fato lidavam com o gado. O viajante francês passou pela fazenda da Boa Vista, herdada por Isabel, e observou que

Era também uma fazenda de gado, pois não há nenhuma de outro tipo na região. O fazendeiro [Luciano Carneiro Lobo] tinha ali alguns escravos, dirigidos pelo mais inteligente e o mais fiel dentre eles; como, porém, costumava visitar sempre a propriedade, ele havia mandado fazer uma pequena casa, que era cuidadosamente conservada<sup>131</sup>.

O que Saint Hillaire sugere, portanto, é que Luciano deixava parte de suas terras e de sua criação de animais a cargo de alguns de seus escravos, visitando a propriedade ocasionalmente. Este era, enfim, um proprietário absenteísta. Até pouco tempo a historiografia pensava que a pecuária no Brasil colonial, por ser feita de maneira extensiva, precisava de pouca mão-de-obra e por não estar ligada à exportação, não teria condições de

<sup>130</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1806. Cópia do CEDOPE/UFPR. (Originais no AESP).

<sup>131</sup> SAINT-HILLAIRE, A. de. *Op. cit.* p. 33.

utilizar escravos em sua produção<sup>132</sup>. Porém, alguns historiadores, como Helen Osório, já vêm demonstrando que a mão-de-obra escrava estava presente nas fazendas de criação. Pelo que demonstraram os inventários *post-mortem* utilizados em nossa pesquisa, também utilizados por Osório para o Rio Grande do Sul, Castro contava com grandes criadores de animais que mantinham em suas fazendas um número significativo de escravos, mostrando uma realidade diferente daquela antes imaginada pela historiografia.

Sobre cativos e suas funções dentro de uma fazenda de criação, recorremos mais uma vez a Francisco Xavier da Silva. Este homem era um negociante de tropas, portanto precisaria viajar com certa frequência, deixando a fazenda sob os cuidados de alguns de seus escravos. Saint-Hillaire foi, mais uma vez, um observador dessa realidade peculiar dos Campos Gerais, no período aqui considerado:

O proprietário da fazenda, Xavier da Silva, encontrava-se infelizmente ausente, mas as mulheres que cuidavam da casa me deram permissão para me alojar num chalé situado perto da entrada. (...) Era servido pelo capataz, que na ausência do dono administrava a fazenda, e que no entanto não passava de um escravo. Esse homem não tinha, certamente, nada de que se queixar do patrão, pois parecia muito satisfeito. Era cortês sem ser servil, e embora dirigisse os outros escravos com autoridade, demonstrava para com eles uma bondade extrema<sup>133</sup>.

As mulheres a que Saint-Hillaire se refere podem ser uma de suas duas agregadas, Maria e Francisca, como também algumas das escravas. O capataz era um dos escravos, possivelmente um dos mais velhos, e aqui se deve relativizar o relato do viajante quando este afirma que o capataz não teria do que se queixar de seu senhor e que tratava bem os outros cativos, pois é sabido que a visão da escravidão passada pelos viajantes europeus é um tanto “enviesada e míope”, como afirmou Robert Slenes<sup>134</sup>. Mas a sua informação de que o capataz era um escravo certamente é verdadeira, uma vez que os únicos homens que existiam na fazenda, além de Xavier da Silva, eram escravos, conforme as Listas Nominativas de Habitantes.

Esse escravo capataz deveria ter algum prestígio entre os outros cativos, uma vez que mereceu a confiança de seu senhor, recebendo a função de administrar a fazenda quando este estava ausente. Isso demonstra que existia uma hierarquia social até mesmo

<sup>132</sup> Sobre esse assunto ver: CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962. MAESTRI, M. *O escravo no Rio Grande do Sul*. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: EST, 1984.

<sup>133</sup> SAINT-HILLAIRE, A. de. *Op.cit.* p. 39.

<sup>134</sup> SLENES, Robert. *Na senzala uma flor...* Ver especialmente a parte 1 do capítulo 3: “Lares negros, olhares brancos”, pp. 134 a 142.

entre o grupo de escravos. Não apenas o capataz, mas também os escravos que conduziam tropas junto com seus senhores deveriam ser vistos com outros olhos pelos cativos, já que tinham oportunidade de sair dos domínios da fazenda, mantendo uma rede de relações sociais que mais tarde poderia vir a auxiliar-lhes.

Com relação a escravos conduzindo tropas juntamente com seus senhores, conseguimos informações que acabam por comprovar essa hipótese. Manoel Ferreira Dias, um português natural da cidade do Porto, é um dos 21 proprietários que tiveram seus bens avaliados em menos de um conto de réis. Quando faleceu, em 1819, tinha quatro escravos que lhe pertenciam e mais quatro que estavam em poder de seus filhos, sendo que todos eles residiam na mesma propriedade do pai, de acordo com a Lista Nominativa de 1806, inclusive dois que eram casados<sup>135</sup>.

Nesta mesma Lista Nominativa, consta a informação de que Manoel Ferreira Dias e dois de seus filhos estavam “ausentes para o sul” e, além deles, mais dois escravos também constam como “ausentes para o sul com seu senhor”. Domingos, um escravo crioulo, nascido em Castro e que em 1806 estava com 15 anos, e Bento, nascido na mesma vila, o qual contava com 12 anos de idade.

O “sul” a que se refere o documento remete a algum lugar da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, comumente assim denominada na documentação, como já observamos. É provável que Manoel e seus filhos tenham ido para essa região com a intenção de comprar uma tropa para conduzi-la até Castro e então revendê-la em Sorocaba, como faziam outros proprietários de quem já comentamos no primeiro capítulo. Outra possibilidade é que os homens da família tenham ido para o “sul” em busca de trabalho, uma vez que um dos filhos de Manoel vivia de selar tropas e consta a informação na Lista Nominativa de 1806 que ele estava ausente já há um ano. Os dois escravos que seguiram junto com seu senhor provavelmente desempenhavam as mais diversas tarefas, tanto durante a viagem, como quando de sua estada no Rio Grande.

Este exemplo mostra como as viagens empreendidas pelos proprietários de Castro em razão de suas atividades ligadas ao comércio de animais, influenciava também a vida dos cativos dessa região, que tinham uma maior mobilidade espacial que os escravos das grandes *plantations* do Vale do Paraíba, por exemplo. Essa mobilidade certamente lhes rendia novos contatos e novos conhecimentos que mais tarde poderiam vir a auxiliar-lhes, principalmente caso obtivessem sua liberdade. Seria equivocado pensarmos que apenas os

---

<sup>135</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1806. Cópia do CEDOPE/UFPR. (Originais no AESP).

senhores estabeleciam redes de sociabilidade em suas viagens; os escravos também faziam parte da rede que articulava as várias áreas ligadas ao comércio de animais.

O africano José, de nação monjolo, é um exemplo de escravo que provavelmente manteve contatos enquanto era cativo que, posteriormente, lhe ajudaram a decidir que rumo tomar após obter sua liberdade. Pertencia a Francisco Xavier da Silva e, em 1829, conseguiu sua alforria, concedida por vontade de seu falecido proprietário, que a expressou em testamento. O genro e testamenteiro de Xavier da Silva, Francisco José de Mattos, teve que apresentar documentos e testemunhas para comprovar que havia realizado tudo o que estava determinado no testamento de seu sogro, inclusive a liberdade de mais seis cativos, além de José. No “auto de contas de testamento” todas as testemunhas confirmaram que José, após a morte de seu senhor, foi posto em liberdade e seguiu para a Comarca de Itu, onde estava vivendo de “seus negócios”, conforme é descrito no documento<sup>136</sup>.

Os habitantes da vila de Itu, durante a primeira metade do século XIX, dedicavam-se ao cultivo da cana-de-açúcar, produzindo para exportação, sendo que possivelmente era uma das vilas consumidoras do gado vindo do sul. Além disso, Itu ficava bastante próxima à Sorocaba, não sendo difícil que José, como escravo, mantivesse contato com pessoas daquele local, facilitando-lhe a ida para lá após obter sua liberdade. O fato de José ter ido para Itu, pode ser um indício de que quando era escravo de Xavier da Silva, acompanhava seu senhor nas viagens para negociar tropas na feira de Sorocaba. Nestas, provavelmente, mantinha contatos com pessoas da região e constituía vínculos, que facilitaram sua ida para aquela vila após ser alforriado.

A vocação de Castro para a pecuária e para o tropeirismo recaiu não apenas sobre as vidas dos homens livres, que faziam dessas atividades seu principal meio de sustento. Também os escravos, como integrantes dessa sociedade agro-pastoril, viveram experiências que foram fruto do tipo de trabalho que desempenhavam para seus senhores. A participação dos cativos nas viagens para compra e venda do gado sem dúvida era uma experiência que trazia novas possibilidades para eles, como os exemplos acima demonstraram.

Para apresentarmos mais algumas evidências de escravos envolvidos nas atividades do tropeirismo, viajando com seus senhores, excederemos um pouco o período dos inventários analisados, que vai de 1800 a 1830. Nessa análise final nos valem de dois documentos datados de 1843 e de 1844. O mais antigo deles, de 28 de dezembro de 1843, é

---

<sup>136</sup> Auto de Contas de testamento – Castro, 1832. Testamenteiro: Francisco José de Mattos. Testador: Francisco Xavier da Silva. JP 1924, cx. 91. (DEAP)

um passaporte concedido a Joaquim Ribeiro da Fonseca Leme pelo delegado de polícia da vila de Castro para que este pudesse seguir viagem para a província do Rio Grande de São Pedro do Sul, juntamente com camaradas e escravos<sup>137</sup>. No documento constam os sinais do solicitante como idade, altura, formato do rosto, tipo de cabelo e de barba. Além disso, é informado quem segue com ele. Nesse caso informa-se que eram dois camaradas, um natural da Vila do Príncipe e outro da cidade de São Paulo, e mais três escravos, quais sejam, Selestino, mulato, Eduardo, preto, e Luzia, de “nação”.

Um segundo documento, também referente a Joaquim Ribeiro da Fonseca Leme, é endereçado por este ao juiz municipal da Lapa, com data de 11 de janeiro de 1844. Vale a pena transcrever o requerimento de Joaquim:

Diz Joaquim Ribeiro da Fonseca Leme, morador na vila de Castro e ora nesta, que ele suplicante quer seguir viagem até o lugar Cruz Alta [Rio Grande do Sul] a fim de puxar seus animais que lá existem, levando em sua companhia um camarada de nome Antonio e mais três camaradas de nomes Felisberto, Francisco e Joaquim e bem assim três escravos de nomes Eduardo, Selestino e Luzia e sete cargueiros, sendo dois de canastras, três de mantimentos, um de sal e outro de açúcar e feno (...) Lapa, 11 de janeiro de 1844.<sup>138</sup>

O Código do Processo Criminal de Primeira Instância, promulgado pela lei de 29 de novembro de 1832, já previa a emissão de passaportes. Eles seriam necessários a toda pessoa que fosse se estabelecer em um novo distrito e era emitido pelo juiz de paz do local em que residia. Se fossem apenas viajantes, como era o caso de Joaquim Ribeiro da Fonseca Leme, não eram obrigados a solicitar passaporte, mas estariam sujeitos às indagações dos juízes de paz<sup>139</sup>. Mas como nossos documentos são posteriores a 1842, já estava em vigor o Regulamento n.º 120, de 31 de janeiro deste ano, que passou a atribuição de emitir passaportes aos delegados e subdelegados de polícia. Da mesma maneira, os viajantes poderiam trafegar sem passaporte, mas corriam o risco de serem interrogados pelos delegados e subdelegados, sendo que os escravos e africanos livres, ou libertos, ainda que em companhia de seus senhores e amos, deveriam apresentar passaporte<sup>140</sup>. Talvez tenha sido esse o motivo pelo qual Joaquim solicitou tal documento, uma vez que viajava com três escravos. Não sabemos porém, porque o tropeiro solicitou passaporte novamente na Lapa, pois já o havia adquirido em Castro. Mas esse fato mostra que em 28 de

<sup>137</sup> Passaporte n.º 137. Documentos doados por Wiedmer. (Sem classificação – DEAP).

<sup>138</sup> Requerimento de Joaquim Ribeiro da Fonseca Leme. Documentos doados por Wiedmer. (Sem classificação – DEAP).

<sup>139</sup> PIERANGELI, J. H. *Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas*. São Paulo: Jolovi, 1983. p. 226.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 275.

dezembro de 1843 Joaquim estava em Castro, pronto para seguir viagem com seus camaradas e escravos e, no dia 11 de janeiro do ano seguinte, já havia chegado a Lapa, que também estava na rota dos comerciantes de gado que se dirigiam ao Rio Grande do Sul.

São documentos muito interessantes que mostram inclusive a participação de mulheres escravas nas viagens. No caso de Luzia, uma africana, talvez servisse como cozinheira dos homens que conduziam a tropa. Selestino e Eduardo, ambos crioulos, poderiam ajudar na condução dos animais, sendo que um deles poderia exercer inclusive a função de “madrinheiro”, ou seja, aquele que montava ou apenas conduzia uma égua que ia à frente da tropa<sup>141</sup>. O pintor francês Jean Baptiste Debret, em 1823, elaborou uma imagem de um cativo montado em um cavalo, intitulada “escravo negro conduzindo tropas na província do Rio Grande”, mais uma demonstração do envolvimento dos escravos nas atividades tropeiras<sup>142</sup>.

Viver em Castro, uma vila completamente envolvida com o comércio de gado e com o tropeirismo, trazia aos cativos experiências únicas. Mas, de que maneira eles aproveitaram essas experiências para melhorarem suas trajetórias de vida? Como esses cativos transitaram dentro da sociedade castrense e dentro da própria comunidade escrava? Estes e outros assuntos serão tratados no próximo e último capítulo.

---

<sup>141</sup> Sobre costumes dos tropeiros ver: GOULART, J. A. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

<sup>142</sup> DEBRET, J. B. Escravo negro conduzindo tropas no Rio Grande. In: TRINDADE, J. B. *Op. cit.* p. 47.

### 3. CAMINHOS DO CATIVEIRO: EXPERIÊNCIA ESCRAVA

#### 3.1 Ainda no cativeiro

Viver na condição de escravo em uma vila como Castro certamente tinha as suas peculiaridades. As experiências pelas quais os cativos dessa comunidade passaram foram, sem dúvida, diferentes das vivenciadas pelos cativos que trabalhavam nas *plantations* do Vale do Paraíba, por exemplo. Ao longo dos dois primeiros capítulos, expusemos situações que mostraram alguns caminhos trilhados por escravos pertencentes a senhores de Castro, como a oportunidade que alguns tiveram de viajar junto de seus proprietários para negociar o gado e, assim, alargar os seus laços de sociabilidade. Neste último capítulo, especialmente nessa primeira seção, analisaremos outras situações vividas pelos escravos de nossa amostra, procurando mostrar o que era ser cativo numa “zona de trânsito”, como Cecília Westphalen definiu a região onde atualmente é o estado do Paraná<sup>143</sup>.

Começaremos pelo grupo de escravos que vivia na fazenda Pitangui que, como exposto no primeiro capítulo, pertenceu à Companhia de Jesus e, em 1806 (ano da feitura do inventário), era administrada por Atanagildo Pinto Martins e de propriedade da Coroa portuguesa. Quando o inventário foi feito Pitangui contava com 31 escravos e é provável que alguns deles ainda tenham convivido com os jesuítas, uma vez que sete deles estavam com mais de cinquenta anos: Gertrudes, a mais velha, 93 anos, viúva; Páscoa, de 79 anos, também viúva; Domingas, de 81 anos, casada; Ignácia, de 52 anos, também casada; Joaquim, de 67 anos, casado; Vicente, de 69 anos, casado; e João Gomes, de 86 anos de idade, de quem não temos informações se era casado, solteiro ou viúvo.

Os bens descritos no inventário remetem ao passado religioso da propriedade. São arroladas várias imagens de santos e santas, uma capela de pedra e barro avaliada pelo valor considerável de 200\$000 (duzentos mil réis), livros velhos de catecismo, presépios, vidrinhos de santos óleos, entre outros paramentos religiosos. Além disso, há uma relação de bens pertencentes à Senhora do Rosário dos Pretos e à Santa Bárbara, provavelmente nos mesmos moldes da herança deixada à Nossa Senhora das Neves, sobre a qual falamos no primeiro capítulo. Certamente a convivência com os jesuítas e o catolicismo, influenciou a religiosidade dos escravos, que seguiam as práticas aprendidas com seus senhores, como atesta o fato de uma imagem de Nossa Senhora da Piedade, arrolada no inventário, pertencer a uma escrava e por isso não ter sido atribuído nenhum valor.

---

<sup>143</sup> WESTPHALEN, C. M. *Paraná – Zona de Trânsito*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 8: 45-55, 1957.



Na própria vila de Castro, como já comentamos, temos outros exemplos de grupos religiosos donos de grandes fazendas de gado e de muitos escravos, como os Carmelitas, possuidores da fazenda Capão Alto, entre outras propriedades rurais. Na década de 1860 os mais de 200 escravos que viviam em Capão Alto foram arrendados para comerciantes paulistas e, conseqüentemente, teriam que ser levados para trabalhar nas fazendas de café da província de São Paulo. Os cativos, acostumados a uma certa autonomia na condução de suas vidas – uma vez que não tinham na fazenda um senhor para vigiá-los, mas sim um administrador, que também era escravo – se recusaram a seguir com os comerciantes. Apesar da resistência, quem acabou vencendo foram os frades carmelitas e a Casa Comercial, que conseguiram realizar a transação mesmo com impedimentos legais<sup>144</sup>. A Ordem do Carmo, assim como as demais Ordens existentes na segunda metade do século XIX, estavam na iminência de terem seus bens alienados pelo governo imperial, situação semelhante pela qual os jesuítas haviam passado um século antes. Os carmelitas, porém, puderam amenizar os prejuízos, realizando transações como a de Capão Alto, que lhe renderam alguns contos de réis.

Alguns escravos de Pitangui passaram pela mesma situação que os de Capão Alto no ano de 1810. A Lista Nominativa de Habitantes desse ano nos informa que quatro cativos foram mandados para a cidade de São Paulo, por ordem de um senhor cujo nome está ilegível no documento, mas que provavelmente era o governador da província de São Paulo ou outra autoridade importante, uma vez que o nome vem precedido de “Ilmo. Sr.”<sup>145</sup>. Camillo, Manoel, Cláudia e Maria já estavam na fazenda Pitangui há muito tempo. As duas mulheres muito provavelmente nasceram na propriedade já que estavam com 10 e 13 anos, respectivamente, e em 1804 já constam na Lista Nominativa, ainda crianças, com quatro e sete anos. Também é possível que Camillo e Manoel tenham nascido em Pitangui, pois em 1798 já constavam os dois na Lista, o primeiro com nove anos de idade e o segundo com 12<sup>146</sup>. Podemos imaginar então o quão difícil foi para esses escravos deixar um lugar que viveram desde pequenos para seguir para uma cidade como São Paulo, bem diferente da realidade a que estavam acostumados.

Provavelmente os escravos mais velhos eram a base da comunidade escrava que se formou em Pitangui, gerando filhos, netos e bisnetos. Havia um número muito equilibrado

---

<sup>144</sup> Para mais informações sobre o episódio de Capão Alto ver PENA, E. S. Burlas à lei e revolta escrava no tráfico interno do Brasil meridional, século XIX. In: Sílvia Hunold Lara; Joseli Mendonça. (Org.). *Direitos e Justiça no Brasil. Ensaio de História Social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

<sup>145</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1810. Cópia do CEDOPE/UFPR (Originais no AESP).

<sup>146</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1798. Cópia do CEDOPE/UFPR (Originais no AESP).

de homens e mulheres em 1806, sendo 16 do sexo masculino e 15 do feminino. O número de crianças também era significativo: 12 cativos com até 15 anos de idade. Além disso, o administrador da fazenda, Atanagildo Pinto Martins, possuía mais alguns escravos, conforme veio demonstrado na Lista Nominativa de 1804, que representavam também possibilidades de união entre eles e os escravos pertencentes a Real Coroa<sup>147</sup>. Nesse ano Atanagildo contava com quatro escravos: Maria, crioula, seis anos; Ignácio, crioulo, 14 anos; Esperança, crioula, 26 anos e Francisca, uma africana procedente de Benguela, com 64 anos e a única casada entre os quatro. Vale ressaltar que a única africana entre os escravos tanto do administrador da fazenda como dos pertencentes à Coroa portuguesa, era Francisca. Ou seja, também em Pitangui os crioulos eram a grande maioria, corroborando o quadro geral encontrado para Castro no início do século XIX.

Era, portanto, uma unidade escravista estável que certamente era composta por famílias. A estabilidade dos escravos e a presença de núcleos familiares são reforçadas por uma informação encontrada somente neste inventário. Estão arrolados entre os bens de raiz algumas senzalas, inclusive com a indicação de quais escravos moravam nelas. A escrava Gertrudes, de quem já falamos, morava em uma das senzalas junto com Salvador, um cativo de 38 anos e que, possivelmente, era filho de Gertrudes, uma vez que ela tinha 93 anos e consta como viúva. Das cinco senzalas arroladas no inventário, quatro pertenciam aos escravos com mais de cinquenta anos. Apenas uma aparece como pertencente ao escravo Ângelo, que estava com 30 anos, casado e tinha a profissão de ferreiro.

O fato de viverem há mais tempo na fazenda pode ter sido o motivo desses escravos terem conseguido o privilégio de ter uma habitação para si e sua família. No caso do cativo de 30 anos, é provável que sua profissão tenha lhe dado o prestígio necessário para ter direito a uma senzala separada dos demais, pois o ofício da ferraria, além de ser extremamente útil para os afazeres da fazenda, também conferia ao escravo um valor mais alto, devido sua qualificação.

Porém, esses escravos que possuíam senzalas tinham mais um ponto em comum: eram casados ou viúvos, segundo a Lista Nominativa de 1804, com exceção de João Gomes, para quem não conseguimos informações. Robert Slenes, em seu livro *Na Senzala, uma flor*, já citado neste trabalho, dedica parte de seu estudo a arquitetura das senzalas e associa o casamento a melhores condições de moradia<sup>148</sup>. Utilizando relatos de viajantes,

<sup>147</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1804. Cópia do CEDOPE/UFPR (Originais no AESP).

<sup>148</sup> SLENES, R. *Na Senzala...* Ver o tópico 3 do capítulo 3, “Casa e casar-se: a arquitetura das senzalas”. pp. 149-180.

esse autor chega à conclusão de que os cativos casados teriam o privilégio de ocupar um espaço separado dos outros, fosse num cubículo dentro da construção em que ficavam todos os escravos, ou então em um barraco separado<sup>149</sup>.

Pela descrição do inventário a senzala dos escravos de Pitangui eram barracos separados, pois, existe um valor atribuído para cada uma delas. As que pertenciam aos escravos Ângelo, João Gomes e Joaquim foram avaliadas em 5\$000 (cinco mil réis), a que Gertrudes e Salvador ocupavam em 3\$000 (três mil réis) e, finalmente, a de Páscoa em 2\$000 (dois mil réis). A descrição das senzalas mostra que nenhuma delas tinha janelas, apenas portas, algumas com fechaduras. Através dos relatos e imagens feitos pelos viajantes, Slenes também observa a falta de janelas nas habitações e, além disso, o pouco espaço que havia dentro delas<sup>150</sup>. Ao que parece, no que diz respeito ao tamanho das senzalas, as construções de Pitangui se diferenciavam das analisadas por Slenes. A menor e a mais barata das habitações, pertencente à escrava Páscoa, tinha duas portas; a de Joaquim tinha quatro e a de Gertrudes e Salvador, cinco. Isto significa que não deveriam ser espaços muito pequenos.

Os outros escravos da fazenda deveriam dividir a mesma senzala, com espaço suficiente para abrigar, pelo menos, vinte pessoas, uma vez que Pitangui contava com 31 cativos. Existem outras construções avaliadas no inventário que poderiam servir de moradia dos escravos, como um “rancho coberto de telhas com sua porta e fechaduras<sup>151</sup>”, avaliado em 20\$000 (vinte mil réis).

Slenes afirma, através dos relatos dos viajantes, que as senzalas eram comumente trancadas à noite para impedir as fugas<sup>152</sup>. Em Pitangui, as únicas habitações que aparecem com fechaduras são as de Joaquim e de João Gomes e, ambas em apenas uma das portas, o que não impediria a fuga destes escravos. A região analisada por Slenes, o Vale do Paraíba paulista, se dedicava à produção para exportação e contava com um grande número de cativos, a maioria africanos. Em Castro, como vimos, os escravos eram majoritariamente crioulos, o que significa que estavam ali há algumas gerações e que mantinham vínculos familiares. Sabemos que a constituição de famílias também ocorria nas áreas de *plantation*, como o próprio Slenes demonstrou<sup>153</sup>, mas, no caso de Pitangui, pela idade avançada dos escravos, pelo número de casados e viúvos (11 pessoas) e também pelo grande número de

---

<sup>149</sup> Ibidem, p. 159.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 160.

<sup>151</sup> Inventário de bens da fazenda Pitangui, 1806. Vara Cível de Castro.

<sup>152</sup> SLENES, R. *Na Senzala...* pp. 164-165.

<sup>153</sup> Ibidem. Slenes fala sobre laços familiares em todo o seu estudo, mas, especialmente no capítulo 2, ele aborda a questão da demografia da família escrava. pp. 69-130.

crianças no grupo de escravos, podemos inferir que estavam ali há algumas gerações e que possuíam fortes vínculos familiares. Aliado a esse fato, observamos a relativa autonomia que esse grupo de cativos tinha na fazenda, uma vez que era administrada por um arrendatário; além disso, alguns escravos, como mostramos, possuíam senzalas próprias e, como veremos adiante, eles poderiam ter a possibilidade de produzir em benefício próprio e vender o excedente. Esses, portanto, podem ser os motivos para que as senzalas não precisassem de fechaduras. Os escravos de Pitangui possuíam uma situação estável e talvez não lhes interessasse intentar uma fuga, muitas vezes para o desconhecido.

Através do inventário de bens da fazenda Pitangui podemos nos aproximar um pouco mais do cotidiano de trabalho nas fazendas de criação. Isso porque são descritos vários instrumentos de carpintaria, ferraria e lavoura, o que dá margem para pensarmos que Pitangui conseguia suprir boa parte de suas necessidades no âmbito da própria fazenda. São quase 20 ferramentas de ferreiro arroladas, além de uma casa que servia de ferraria e que, certamente, era comandada pelo escravo Ângelo, que como já informamos vem descrito no inventário como ferreiro. Sabemos então que ferramentas como enxadas, foices e machados, utilizados para a agricultura, além de arreios e outros instrumentos usados na pecuária, eram produzidos na própria fazenda, que também contava com uma carpintaria, essencial para a produção das ferramentas citadas e também para a fabricação de móveis e outros objetos. Na propriedade havia ainda um quintal com algodão e 83 ovelhas das quais deve ter se extraído a arroba e meia de lã arrolada entre os bens. Tanto a lã como o algodão constituíam matéria-prima para a confecção de roupas e de apetrechos para montaria, como o coxonilho, uma manta de lã colocada sobre o lombo do animal.

Pitangui contava também com um grande número de animais, que chegaram a mais de 700. No entanto, quase 500 deles eram cavaleiros, os menos procurados pelos compradores, fosse na feira de Sorocaba ou em outras regiões<sup>154</sup>. O gado vacum, que tinha um bom mercado para venda, somava pouco mais de 100 cabeças e os muars, os mais vendidos, eram apenas dois. É possível que quando os bens foram avaliados, Pitangui tivesse acabado de fazer negócio e vendido uma boa quantidade de gado ou então que obtivessem lucro para fazenda não apenas da pecuária, mas também da agricultura e até da venda de ferramentas, visto possuírem uma ferraria e um escravo especializado nessa profissão, o único entre os 314 cativos de nossa amostra e também a única propriedade em que uma ferraria é arrolada entre os bens de raiz.

---

<sup>154</sup> Sobre o número e o tipo de animais entrados na feira de Sorocaba ver: PETRONE, M. T. *O Barão de Iguape...* pp. 21-22.

Além disso, sabemos que o caminho das tropas passava pela fazenda Pitangui<sup>155</sup> e que muitos tropeiros e viajantes que por ali transitavam paravam para freqüentar a capela de Santa Bárbara, erguida pelos jesuítas<sup>156</sup>. Provavelmente, mesmo após a expulsão da Companhia de Jesus, os tropeiros continuaram a passar pelas terras de Pitangui, o que possibilitava a venda de tudo o que lá era produzido. Inclusive os escravos poderiam se valer dessa vantagem e vender o excedente de sua produção própria, como analisaremos melhor na próxima seção.

Trabalho, portanto, era o que não faltava para os 31 escravos de Pitangui. A pecuária, como já observamos, necessitava de menos trabalhadores do que as outras atividades. Pelo número de animais existentes em Pitangui, em torno de 750, é possível que apenas um ou dois escravos dessem conta do serviço. As 83 ovelhas, além do cuidado comum aos outros animais, precisavam ser tosadas para então a lã ser fiada e transformada em cobertores, mantas e outros objetos, provavelmente produzidos pelas mulheres. Também elas deveriam ser as responsáveis pelos serviços domésticos como o preparo de comida, além da confecção de roupas, uma vez que a fazenda plantava algodão. A agricultura também deveria absorver boa parte da mão-de-obra dos escravos, tanto homens como mulheres, já que era ela quem iria garantir a subsistência tanto das pessoas como também dos animais.

Para a fazenda Pitangui não conseguimos encontrar nenhuma evidência de que os cativos estivessem envolvidos nas viagens para compra e venda do gado. Se a fazenda mantivesse essa prática, talvez fosse o seu arrendatário, Atanagildo, o responsável por levar os animais até os compradores, podendo, inclusive, contar com a ajuda de algum escravo para isso. Mas pela localização estratégica de Pitangui, passagem de muitos tropeiros que seguiam para Sorocaba, é muito provável que os compradores fossem até ela e não comprassem apenas gado, mas também os outros produtos ali fabricados.

A comunidade escrava de Pitangui conseguiu se manter unida pelo menos até 1810, quando então alguns cativos seguiram para São Paulo, como também foi o caso dos escravos de Capão Alto e de tantos outros também moradores na vila de Castro. Em nossos documentos é bastante comum que escravos antes pertencentes a uma mesma unidade escravista sejam separados após a partilha de bens. Alguns ainda permaneciam em poder da mesma família, mas quando seus senhores tinham alguma dívida, muitos eram leiloados e tinham então que seguir para a casa de um novo proprietário.

---

<sup>155</sup> WESTPHALEN, C. M. *Paraná – Zona de Trânsito...* p. 50.

<sup>156</sup> LOPES, J. C. V. *Origens do povoamento de Ponta Grossa*. J.C.V.L: Curitiba, 2001. pp. 10-11.

Para os escravos Rita e Miguel a partilha de bens de seu falecido senhor lhes trouxe uma separação que não deve ter sido fácil. Os dois escravos eram casados e viviam em Castro na propriedade de Ignácio Rodrigues da Silva, falecido em 1800. Junto com o casal, viviam mais quatro escravos, sendo três crianças, de sete, cinco e um ano e meio de idade, e o africano Manoel, de 45 anos e procedente de Benguela. A informação de que Rita e Miguel são casados aparece no próprio inventário, que informa também que Miguel é africano, procedente de Benguela, assim como Manoel. Rita era crioula e tinha 25 anos, ou seja, era 15 anos mais jovem que seu marido. Esse é um dos casamentos exogâmicos de que falamos no segundo capítulo, o que certamente contribuiu para a crioulização dos cativos da região.

Após feita a avaliação de bens, em 1800, nasceu o escravo Braz, que foi avaliado em 1805 e já estava com quatro anos. Presumimos que fosse filho de Rita e Miguel, uma vez que era o único casal existente na propriedade e Manoel, mesmo que mantivesse algum tipo de relacionamento conjugal, certamente não era com uma escrava de Ignácio Rodrigues da Silva, pois além de Rita, as outras mulheres ainda eram crianças. É possível que essas crianças também fossem filhos do casal, mas existe também a possibilidade de que tenham sido comprados.

Como todos os filhos de Anna Maria Teixeira, viúva de Ignácio, eram menores, os bens foram divididos meio a meio, ou seja, os herdeiros tinham uma parte de tudo o que ficou para ela. Por exemplo, o valor do escravo Manoel foi dividido entre a viúva e os três filhos. Pensando no que faria logo em seguida ao término da partilha de bens, Anna Maria solicitou ao juiz de órfãos que fosse feita uma troca para que pudesse ficar com o valor dos escravos Rita e Miguel por inteiro. Dessa forma não teria impedimento para sair da vila de Castro. E foi exatamente o que ela fez. Em 1805 há uma declaração do tutor dos menores, afirmando que a viúva “acha-se ausente para as partes do sul, para onde foi fugitiva, levando consigo seus filhos órfãos menores Ignácio, Antonia e Maria, deixando todos os bens pertencentes aos ditos órfãos desamparados”<sup>157</sup>. A viúva não poderia levar os bens pertencentes a seus filhos e por isso solicitou a troca de bens, o que lhe permitiu a ida para o chamado Continente do Sul.

Mas, e o casal de escravos Rita e Miguel nessa história? Os dois, pelo que se sabe, foram os únicos que seguiram com sua senhora. Todos os outros foram arrematados em leilão por diferentes senhores, inclusive o crioulo Braz, possível filho do casal, comprado

---

<sup>157</sup> Inventário *post mortem* de Ignácio Rodrigues da Silva, 1800. Vara Cível de Castro.

por um padre. Vemos então que a mobilidade espacial comum a essa região nem sempre trazia boas experiências para os cativos. A busca por uma vida melhor por parte de sua senhora, resultou para os dois numa separação provavelmente nada fácil. Sabemos que a viúva e seus filhos permaneceram no Rio Grande de São Pedro do Sul pelo menos até o ano de 1831, quando o último de seus filhos requereu a parte que lhe cabia na herança, ainda nas mãos do tutor em Castro. Sobre Rita e Miguel, nada mais sabemos.

Se por um lado para alguns escravos a permanência na vila de Castro lhes atenuava a dor do cativo, uma vez que isso lhes permitia ficar junto de suas famílias, para outros quanto mais longe estivessem melhor. Foi o caso de três escravos pertencentes a José Rodrigues Betim, que aproveitaram a morte de seu senhor e o momento da partilha dos bens para realizar uma fuga. Segundo consta no inventário, os três cativos, que infelizmente não sabemos os nomes, fugiram para a vila de Lages, na época também pertencente à capitania de São Paulo<sup>158</sup>. Um credor de Betim denuncia que os bens do falecido estavam sem nenhum cuidado e que muita coisa estava se deteriorando, o que deve ter facilitado a fuga dos escravos. Os três levaram consigo cavalos, bestas e potrancas, dos quais venderam alguns e outros certamente utilizaram para chegar até Lages; além dos animais, levaram também uma arma de fogo. Quem nos dá essas informações é o inventariante Antonio Rodrigues Penteado, genro do falecido Betim.

Os três escravos foram bastante astutos e aproveitaram o momento confuso que era a avaliação e a partilha de bens para realizar uma fuga ousada, uma vez que levaram consigo quase 20 animais e uma arma de fogo, mostrando o quão caótica estava a situação para que os herdeiros não evitassem a fuga de sua herança. Não sabemos com certeza o que aconteceu com os cativos fujões. No inventário são avaliados 12 escravos e na partilha os 12 continuam presentes. É possível que os três escravos tenham sido capturados e trazidos de volta para a fazenda, mas, outra possibilidade é a de que eles nem tenham sido avaliados, já que no testamento de Betim este afirma ter 14 escravos. Apesar da conta não bater, pois 14 menos os três fugitivos seriam 11 e não 12, podemos pensar que esses cativos fugiram antes mesmo de serem avaliados. Se esse for o caso, pelo menos a princípio a fuga funcionou.

Devemos lembrar que Lages ficava na rota do caminho das tropas que seguiam para o continente do sul e, como vimos no primeiro capítulo, José Rodrigues Betim era criador de animais e mantinha relações com pessoas daquele lugar. A possível mobilidade espacial

---

<sup>158</sup> Lages hoje é município do estado de Santa Catarina e está a 358 km de Curitiba.

usufruída pelos escravos desse senhor quando o seguiam nas viagens para negociação do gado pode ter lhes facilitado a fuga e até a venda dos animais, atividade a que já estavam habituados. A experiência adquirida enquanto cativos de uma região voltada para a criação e venda do gado lhes trouxe novos conhecimentos e habilidades dos quais fizeram uso para tentar mudar o rumo de suas vidas. Aqui devemos nos remeter ao conceito de “experiência” elaborado por Edward Thompson. Para o autor, a experiência é produto da cultura herdada pelos homens e é, em grande parte, determinada pelo meio material no qual o sujeito está inserido. Por outro lado, a experiência elaborada enquanto consciência social, também vai determinar esse meio material, podendo modificá-lo<sup>159</sup>. É uma via de mão dupla, conflituosa, na qual os indivíduos estão todo tempo se relacionando e buscando estratégias para melhorar as suas condições de existência. É o que podemos observar com o exemplo dos três escravos fugitivos que usaram o aprendizado que obtiveram no cativeiro para depois fugir dessa condição. O que antes era visto com bons olhos pelos senhores, ou seja, cativos trabalhando para eles nas viagens de compra e venda do gado, depois poderia se tornar um problema.

A mobilidade espacial comum a essa região poderia tanto trazer benefícios como perdas para os escravos, conforme demonstramos com os exemplos acima. O fato de Castro, assim como toda a 5ª Comarca de São Paulo, estar localizada em uma “zona de trânsito”, abria novas possibilidades para seus moradores, que poderiam sair em busca de melhores oportunidades em outras vilas paulistas ou no Rio Grande de São Pedro do Sul. Senhores e também os escravos, além da população livre não escravista, mantinham contatos com pessoas de outras partes da América portuguesa, alargando as possibilidades de novos lugares para se estabelecerem. Ou então, no caso dos escravos de Pitangui, aproveitavam a conveniência de estarem em uma “zona de trânsito” para vender seus produtos aos tropeiros que por ali passavam.

A seguir veremos como os escravos souberam aproveitar as oportunidades oferecidas pela vivência em uma área como os Campos Gerais a seu favor. Falaremos da produção excedente dos cativos, que lhes permitia um pequeno acúmulo financeiro.

---

<sup>159</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Prefácio, pp. 9-14.



### 3.2 Economia interna dos escravos

Entraremos agora num assunto ainda delicado para a historiografia da escravidão. Muito já se debateu sobre o tema e certamente muita coisa ainda existe para ser analisada. Para esta dissertação utilizamos informações extraídas dos inventários e que indicam a existência de uma economia interna dos escravos em algumas unidades escravistas. Mas antes de entrarmos nas fontes, falaremos brevemente sobre as discussões que já existem sobre o tema.

Nos anos 1970 Ciro Cardoso consolidou a expressão “brecha camponesa” e foi acompanhado por autores como Jacob Gorender. Para estes dois autores a própria expressão já explica do que se tratava a produção independente dos escravos: uma brecha, uma abertura, concedida pelos senhores aos cativos com a intenção de controlá-los melhor, tentando prendê-los de alguma maneira à sua propriedade. Gorender acreditava que a produção dos escravos em nada influenciava as relações escravistas e mantinha a situação de domínio dos senhores sobre os primeiros. Cardoso, em trabalho de 1975, pensava da mesma maneira que Gorender, mas, em 1987, esse autor repensa a questão e confere à produção excedente dos cativos uma maior importância dentro das relações escravistas<sup>160</sup>.

Estudos mais recentes, como o do historiador Robert Slenes, estão pautando suas análises na historiografia norte-americana, que usa a expressão “economia interna dos escravos” para designar todos os meios que os escravos tinham de acumular algum pecúlio, não apenas a agricultura, mas também a caça e até o furto<sup>161</sup>. Essa vertente historiográfica pensa a produção dos escravos como uma via de mão dupla que colocava em jogo não apenas os interesses dos senhores, mas também o dos cativos, que sabiam aproveitar essa concessão que lhes era feita.

Nos inventários aqui analisados encontramos alguns indícios de que os escravos de Castro também conquistaram o direito de possuir roças para sua subsistência e também para a venda do excedente. É o caso do cativo de nome José, pertencente a Joaquim Carneiro Lobo, que aparece como credor no inventário de Francisco Carvalho de Oliveira. O falecido, morto em 1806, devia 1\$920 (mil novecentos e vinte réis) a José proveniente de milho que havia comprado. Como pagamento da dívida foi dado ao escravo três carneiros.

---

<sup>160</sup> GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985. CARDOSO, C. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. CARDOSO, C. *Escravo ou camponês...*

<sup>161</sup> SLENES, R. *Na Senzala...* cap. 3, item 5: Camponeses e cativos: a “arquitetura” do sistema escravista. pp. 197-208.

Em nossas fontes temos também o inventário de Joaquim Carneiro Lobo, falecido em 1830, e José já não aparece mais entre os escravos desse proprietário. No ano de 1806, quando o escravo recebeu a dívida, consta na propriedade de Joaquim Carneiro Lobo um único cativo de nome José, de nação Angola, 39 anos, casado e, muito provavelmente, o vendedor do milho<sup>162</sup>. Na Lista Nominativa de 1820, ainda aparece um escravo de nome José, de 53 anos, viúvo, mas com a informação de que é crioulo, nascido na vila de Castro. Possivelmente se tratava do mesmo escravo de 1806, mas com um equívoco de quem preencheu a Lista no que se refere a origem de José, que antes vem referido como sendo um africano de Angola. Esses equívocos, no entanto, eram bastante comuns nas Listas Nominativas e devemos levar em conta que a idade do escravo confere, uma vez que se em 1806 estava com 39 anos, em 1820 estaria com 53, como informou o documento. Além disso, na primeira Lista ele aparece como sendo casado e na segunda, como viúvo, informação que podemos confirmar quando analisamos a Lista de 1806 e vemos que a única escrava casada era Inácia, uma crioula de 56 anos. José também era o único homem casado dentre os escravos, o que nos faz pensar que eram casados entre si. Na Lista Nominativa de 1820, Inácia já não aparece mais, tendo provavelmente falecido, o que corrobora a informação de que José era viúvo.

É provável que José, após a morte de sua esposa, tenha comprado sua liberdade com o pecúlio que conseguiu reunir com a venda de sua produção excedente e, por esse motivo, não aparece mais entre os bens de Joaquim Carneiro Lobo em 1830. É claro que não devemos descartar a possibilidade de que o escravo tenha sido vendido ou então que possa ter falecido.

O que vemos aqui, portanto, é um escravo cujo senhor permitia que roças independentes fossem cultivadas em sua propriedade, as quais deveriam servir tanto para a subsistência dos cativos como também para a venda, quando havia excedente, como foi o caso de José. Francisco Carvalho de Oliveira, o comprador do milho, era um proprietário pouco abastado, possuía dois escravos e a soma de seus bens chegou a pouco mais de 500\$000 (quinhentos mil réis). Era possuidor de alguns poucos animais, sendo 14 cavalares, quatro vacuns e 35 ovinos, além de campos com terras para agricultura. Seu meio de subsistência deveria ser a agricultura, e talvez a venda de lã, bem como a fabricação de mantas e cobertores. O milho que comprou certamente era para alimentação dos animais e não foi apenas de José que Francisco comprou o cereal fiado. No inventário

---

<sup>162</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1806. Cópia do CEDOPE/UFPR (Originais no AESP).

consta também como credor, e também por venda de milho, o importante proprietário Manoel Gonçalves Guimarães, de quem já falamos no primeiro capítulo. Nesse caso, temos o produto de um escravo concorrendo com o de um abastado senhor, morador em Curitiba e dono de fazendas nos Campos Gerais. Talvez o cativo tenha feito um preço mais baixo do que o seu concorrente, o que acabou por conquistar o comprador. Devemos ressaltar também que a historiografia tem mostrado que os produtos cultivados pelos escravos eram normalmente vendidos para o senhor e não para uma terceira pessoa, como fez o cativo José. O Barão de Pati do Alferes, em 1847, alertava para esse fato afirmando que “não se deve consentir que a sua colheita [dos escravos] seja vendida a outrem, e sim a seu senhor, que deve fielmente pagar-lhe por um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de taberna”<sup>163</sup>.

A permissão dada por Joaquim Carneiro Lobo para que seus cativos plantassem suas próprias roças certamente não era sem interesses. Os proprietários sabiam que um escravo que tivesse alguma forma de apego à terra em que vivia dificilmente fugiria e, portanto, o benefício compensava o custo. Mas, como bem ressaltou Slenes, não se pode ficar apenas com a visão dos senhores, é preciso pensar no que essa “concessão” mudou a vida dos escravos<sup>164</sup>. No caso de José, sabemos que recebeu como pagamento de sua dívida três carneiros, o que pode ter dado a ele novas possibilidades para conseguir algum lucro, já que agora poderia obter alguma lã e quem sabe até aumentar a criação. É bastante provável que o cativo tenha guardado o dinheiro que conseguia para comprar sua liberdade, talvez o “bem” mais almejado por ele, mas, nem todos agiam dessa maneira.

São muitos os escravos que aparecem como devedores nos inventários, principalmente naqueles em que a venda de fazendas (tecidos) era a principal atividade. Francisco Machado da Silva, quando faleceu em 1803, tinha oito escravos lhe devendo, além de outras duas negras forras. Este senhor comercializava fazendas secas, ou seja, toda sorte de tecidos, além de roupas, navalhas, pentes e outros objetos. Não era só com a liberdade, portanto, que os escravos pensavam em gastar o que conseguiam acumular.

Aqui estamos pensando que o fato de Francisco Machado da Silva ter vendido mercadorias fiado para os escravos, sugere que ele sabia que eles teriam condições de pagar. E, a única forma de cativos conseguirem algum dinheiro era justamente através da

---

<sup>163</sup> SILVA, E. “O Barão de Pati do Alferes e a fazenda de café da velha província”. Introdução a: Pati do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985. p. 37.

<sup>164</sup> SLENES, R. *Na Senzala...*cap.3, tópico 5. pp.197-208.

permissão que tinham de seus senhores para vender produtos excedentes. Interessante ressaltar também que quatro dos oito escravos devedores a Francisco, eram pertencentes ao reverendo José Joaquim, o que pode indicar que esse senhor permitia que seus escravos vendessem a produção excedente, fosse da agricultura ou, quem sabe, até da criação. Apesar não termos encontrado nenhuma evidência de que escravos tivessem também seu próprio rebanho, a região era bastante propícia a isso, sendo possível que conseguissem comprar alguns animais com o dinheiro da lavoura, ou então, como no caso do escravo José, que recebeu carneiros como pagamento de sua dívida e teve a possibilidade de iniciar uma criação.

Mas voltando às “compras” realizadas pelos escravos na venda de Francisco Machado da Silva, percebemos que eles também tinham as suas vaidades. Infelizmente não sabemos com precisão que objetos foram adquiridos, mas certamente eram tecidos para a confecção de roupas, talvez algum enfeite para as mulheres, sapatos, enfim, coisas que, como cativos, não tinham acesso.

Outro escravo que aparece como devedor de Francisco Machado da Silva é Joaquim, pertencente à fazenda Pitangui. No inventário dessa propriedade realizado em 1806, do qual já falamos, o cativo está arrolado como tendo 67 anos de idade e uma das senzalas aparece como sendo habitada por ele, como já observamos. A Lista Nominativa de 1804 traz a informação de que Joaquim era casado, mas, na Lista de 1806, já aparece como viúvo. A única escrava casada que aparece em 1804 e não mais em 1806 é Domingas, o que nos faz pensar na possibilidade dela ser casada com Joaquim. Porém, há outro escravo, João, que também consta como casado em 1804 e viúvo em 1806, podendo também ser ele o marido de Domingas. Independente disso sabemos que quando fez a compra de Francisco Machado da Silva, em 1803, estava casado e deveria morar na senzala junto com sua esposa. O fato de Joaquim ter uma dívida no valor de 1\$820 (mil oitocentos e vinte réis) nos faz pensar que tinha alguma forma de conseguir seu próprio dinheiro, como os outros escravos de quem falamos anteriormente. Ele ter o direito a uma senzala separada também pode ser uma pista de que os escravos de Pitangui tinham o direito de produzir e vender o excedente.

Em outro inventário temos um caso bastante peculiar. Um escravo chamado Pedro, pertencente a José Lopes de Toledo, aparece como credor de Francisco Alves de Oliveira, falecido em 1813. Seu senhor, o tal Toledo, também é credor do falecido, sem que fosse exposto o motivo da dívida. O valor devido a Pedro era pequeno, \$600 (seiscentos réis) e, para seu proprietário, 3\$040 (três mil e quarenta réis). Francisco Alves de Oliveira era

dono de quatro escravos, dos quais dois foram leiloados para pagamento das dívidas. Pedro e José Lopes de Toledo tiveram seu pagamento proveniente de parte do valor da escrava Lauriana, arrematada em leilão. O que temos então é um escravo sendo pago por seus serviços com o valor de outra escrava. Ambigüidades da lei que se refletem no dia-a-dia. Se por um lado ela considerava o cativo uma propriedade, de outro permitia que essa mesma “propriedade” produzisse em benefício próprio e vendesse o excedente. E também aqui vemos o escravo vendendo seus produtos para uma terceira pessoa que não o seu senhor, contrariando o que a historiografia tem encontrado, como o estudo de Robert Slenes que analisa um inventário em que os cativos da propriedade são credores de seu próprio senhor<sup>165</sup>.

Os inventários, portanto, se mostraram boas fontes para investigar a “economia interna dos escravos”, mesmo que indiretamente, como quando estes são apenas devedores. Mas o fato de termos cativos arrolados entre as dívidas ativas e passivas já mostra que muitos eram ativos economicamente e realizavam compras e vendas em seu próprio nome, fugindo por um momento da condição de propriedade para se tornarem proprietários, nem que fosse de uma simples peça de roupa. A historiografia costuma pensar a “economia interna dos escravos” sempre atrelada à compra da liberdade, mas o que encontramos em nossas fontes não indicam somente esse caminho. Os cativos também encontravam outros destinos para o seu pecúlio. Alguns escravos certamente conseguiram acumular uma maior quantia para então comprar sua liberdade, como pode ter sido o caso de alguns cativos de quem falaremos na próxima seção. No entanto, sem desprezar a importância da compra da alforria pelo próprio escravo e seu impacto no sistema escravista, devemos pensar que eles também almejavam coisas mais simples, como um par de sapatos, um pente, uma camisa e que, talvez, a maioria deles conseguiu “apenas” estas pequenas coisas; para eles certamente bens simbólicos e significativos.

A seguir falaremos de pessoas que conseguiram sair da condição de escravos para enfrentar novas dificuldades na vida em liberdade. Veremos que a “economia interna”, trabalhada nesta seção, tem muito a ver com o assunto que trataremos a seguir, pelo menos em alguns casos.

---

<sup>165</sup> SLENES, R. *Na senzala...* p. 205.

### 3.3 A liberdade

Outra informação importante que encontramos nos inventários são as cartas de alforria concedidas ou requeridas pelos escravos. Quando eram concedidas pelos senhores, estes expressavam sua vontade em testamento e, quando era o próprio cativo quem requeria a liberdade, havia uma petição anexada ao processo de inventário. Como afirmou Chalhoub, a morte do senhor era um momento de esperança e de incerteza para o escravo. As chances de conseguir a liberdade existiam, porém, viviam momentos de incerteza, não sabendo ao certo seu destino, temendo serem separados de seus familiares e companheiros ou ainda de servirem a um novo senhor, como foi o caso de alguns cativos de quem falamos na primeira seção deste capítulo<sup>166</sup>. Analisaremos agora situações dos dois tipos de alforrias, tanto concedidas como requeridas e, para alguns cativos, falaremos também dos rumos que deram para suas vidas após a liberdade.

Começaremos falando de Domingos, um crioulo de 30 anos pertencente a Manoel Ferreira Dias, este último falecido em 1819. Domingos já foi apresentado no 2º capítulo quando falamos de mão-de-obra e atividades econômicas. Ele é o escravo que ia para o sul juntamente com seu senhor e outro cativo, conforme informou a Lista Nominativa de Habitantes de 1806, quando então Domingos estava com 15 anos. Em 1819, quando seu senhor faleceu e foi feita a avaliação e partilha de bens, ele entrou com uma petição para compra de sua liberdade, cujo processo está anexado ao inventário.

É nomeado um curador para Domingos que vai a juízo e afirma que este tem quem por ele deposite a quantia pela qual foi avaliado no inventário, ou seja, 128\$000 (cento e vinte e oito mil réis). A viúva e os herdeiros se recusaram a comparecer no juízo de órfãos para assinar a carta de liberdade e exigiram que o cativo fosse reavaliado, alegando ser o valor muito baixo. Domingos então foi reavaliado e seu valor subiu para 192\$00 (cento e noventa e dois mil réis). O curador Bernardo José Gomes depositou a diferença da primeira avaliação do escravo e, finalmente, a família concordou em assinar a carta de liberdade de Domingos.

Provavelmente os herdeiros e o escravo não chegaram a um acordo quanto ao preço que valia e por isso Domingos levou o caso ao juízo. Como os cativos não tinham “personalidade jurídica”, era necessária a nomeação de um curador para representá-los. Por isso a afirmação de que Domingos tinha quem por ele depositasse a quantia em juízo. O curador apenas o representava, mas quem oferecia a quantia era o próprio escravo. E aqui

---

<sup>166</sup> CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 111.

devemos mais uma vez pensar na “economia interna dos escravos”. Domingos conseguiu reunir a quantia significativa de quase 200\$000 (duzentos mil réis), provavelmente provenientes de uma produção independente que ele mantinha na condição de escravo. O fato de ele ir para o sul com seu senhor nos faz pensar que conquistou a confiança de seu proprietário, o que pode ter lhe facilitado a permissão para cultivar uma roça ou criar animais em benefício próprio.

Outro escravo que vai a juízo para requerer sua liberdade é Miguel, pertencente a José Rodrigues Betim. Este caso é um pouco diferente do de Domingos, pois, na sua petição, diz-se que

na presente ocasião é arrematado em praça pública pela quantia constante dos lances do porteiro deste juízo para benefício das dívidas de seu falecido senhor e por que tem quem lhe faça a esmola de dar-lhe a sua valia para que fique gozando de sua liberdade tão recomendada pelas leis de S.A.R [Sua Alteza Real] requer a V.mce. que por caridade lhe aceite a quantia por que é arrematado e se lhe faça o termo de recebimento ficando o suplicante gozando de sua liberdade e livre do cativoiro<sup>167</sup>.

Não consta no processo nenhum nome de curador e, ao que parece, não seria Miguel quem iria pagar por sua liberdade, pois o mesmo afirma que “tem quem lhe faça a esmola”, ao contrário do cativo Domingos. Infelizmente não sabemos quem era essa pessoa caridosa e quais as condições impostas para que o escravo recebesse a alforria. Uma possibilidade é de que a pessoa que libertou Miguel seja algum parente já liberto que conseguiu reunir a quantia necessária para comprar sua liberdade, talvez a mãe ou o pai, ou até mesmo uma companheira, apesar de aparecer na Lista Nominativa de 1806 como solteiro. Miguel seria arrematado por Cirino Borges de Macedo – senhor do qual falamos no primeiro capítulo e que arrematou outros escravos desse espólio – pela quantia de 26\$000 (vinte e seis mil réis), valor muitíssimo baixo para um escravo que deveria estar com aproximadamente 40 anos de idade.

Temos um caso de uma liberta que comprou a alforria de seus dois filhos pequenos. Trata-se de Rita, escrava de quem falamos no segundo capítulo, solteira, mas mãe de dois meninos. Rita pertencia a Manoel Lopes Branco e Silva e foi libertada ainda quando seu senhor era vivo. Depois disso, a escrava foi para a cidade de São Paulo “tratar de sua vida”, como ela mesma afirma na petição anexada ao inventário. Com o dinheiro que conseguiu trabalhando, comprou a alforria de seus dois filhos, que havia deixado com a viúva de seu falecido senhor, Maria Lúcia de Menezes. Ao que parece, mesmo depois de ter libertado

---

<sup>167</sup> Inventário *post-mortem* de José Rodrigues Betim, 1811. Vara Cível de Castro.

seus filhos Raimundo e Pedro, Rita continuou sozinha em São Paulo, deixando os meninos com a viúva. Sobre isso, Rita afirma que quando retornou para a vila de Castro, soube que seu senhor havia falecido e que seus dois filhos haviam sido avaliados e seriam usados para pagamento de dívidas do inventário. Resumindo, a liberdade de Rita, e de Raimundo e Pedro, foi reconhecida pela viúva e pelo testamenteiro, Luciano Carneiro Lobo, casado com a filha de Manoel Lopes Branco e Silva, como foi informado no primeiro capítulo. Foi Luciano quem enviou um pedido ao juiz para que os dois meninos fossem avaliados, alegando que haviam ficado de fora da avaliação. Interessado na herança que lhe cabia, tentou incluir Pedro e Raimundo na partilha, aumentando assim o valor dos bens de seu falecido sogro e, conseqüentemente, sua própria fortuna. Chalhoub também encontrou em suas pesquisas casos de herdeiros que se recusavam a admitir a vontade do inventariado de libertar seus escravos e faziam de tudo para que a alforria não fosse concedida, mostrando que a “avareza” entre os herdeiros era algo bastante comum<sup>168</sup>.

Mas o que vemos então é que Rita, após a liberdade, foi buscar oportunidades longe da vila de Castro, na cidade de São Paulo. Talvez a idéia da ex-escrava fosse apenas conseguir algum pecúlio e voltar para Castro, uma vez que não levou seus filhos consigo. Segundo uma carta de liberdade apresentada por Rita em 1815, ela comprou a liberdade de seus filhos em 1812 e, naquele ano ela ainda estava em São Paulo, enquanto Raimundo e Pedro continuavam sob os cuidados de sua ex-senhora, ameaçados de serem vendidos ilegalmente. Sabemos que em 1815 Rita ainda estava em São Paulo porque ela fez a queixa contra a venda ilegal de seus filhos no cartório desta cidade e não na vila de Castro. Parece que Rita resolveu o problema mesmo estando longe.

Não foi apenas Rita que buscou novas oportunidades em outras vilas da capitania e depois província de São Paulo. Outros escravos que conquistaram sua liberdade também decidiram abandonar a vila de Castro. Foi o caso de alguns dos sete escravos libertados em testamento por Francisco Xavier da Silva, em 1829. Três destes escravos eram africanos, sendo um de ‘nação’ monjolo, chamado José, de quem já falamos no segundo capítulo; outro, de nome Bernardo, o qual já estava há bastante tempo em poder de Xavier da Silva, constando seu nome na Lista Nominativa de 1806, com 21 anos, solteiro, procedente de Benguela; e Josefa, que igualmente a Bernardo, já pertencia a Xavier da Silva em 1806, quando tinha 29 anos, estava casada e era procedente de Angola<sup>169</sup>. Os três

---

<sup>168</sup> CHALHOUB, S. *Op. cit.* p. 115.

<sup>169</sup> Lista Nominativa de Habitantes, Castro – 1806. Cópia do CEDOPE/UFPR (Originais no AESP).



escravos eram, portanto, procedentes da África Centro-Occidental, e falantes de algum idioma do tronco lingüístico banto.

O marido de Josefa, Joaquim, crioulo, natural de Itu, seria libertado juntamente com sua mulher. Porém, Xavier da Silva, em seu testamento, revoga sua carta de liberdade, afirmando que “[...] este dito tem desmerecido muito por vários desgostos que me tem dado e minha última vontade é destratar neste meu testamento a dita carta [...]”<sup>170</sup>. O casal José e Bárbara, ambos crioulos, também receberam carta de liberdade. Os crioulos Antonio e Clara foram os outros dois escravos libertados.

Através do auto de contas de testamento, foi possível saber um pouco sobre a vida em liberdade de Clara e de José, o africano. Uma vez que eles, depois da morte de Xavier da Silva, saíram da Vila de Castro, o testamenteiro Francisco José de Mattos precisou que algumas testemunhas confirmassem que ambos haviam sido postos em liberdade. Uma dessas testemunhas era um ex-escravo de Francisco Xavier da Silva, também um liberto. Vale a pena, antes de entrarmos nas vidas de Clara e José, discorrer brevemente sobre esse homem, tendo em vista que viveu nas terras da fazenda Caxambu e levou consigo, após sua liberdade, toda a experiência adquirida nessa propriedade.

José Duarte da Costa era um homem pardo, casado, de mais ou menos 60 anos, natural de Pernambuco, morador na Vila de Castro e que afirmou viver “de suas lavouras”<sup>171</sup>. Não foi possível descobrir quando José obteve sua liberdade, mas na Lista Nominativa de 1810 ele aparece como cativo de Xavier da Silva, com 50 anos e casado<sup>172</sup>. As informações de seu depoimento, e também da Lista Nominativa, mostram que, provavelmente, ele veio para a província de São Paulo pelo tráfico interno, uma vez que era pernambucano. Talvez Xavier da Silva o tenha comprado em uma de suas viagens a negócios para Sorocaba, como havia feito no ano de 1803, quando comprou dois escravos naquela localidade<sup>173</sup>. Esse caso demonstra mais uma vez a interdependência que havia entre as áreas abastecedoras e as consumidoras, como já havíamos chamado atenção no segundo capítulo, uma vez que o proprietário de Castro vendia gado em Sorocaba e lá adquiria outros bens, como escravos, por exemplo.

Tomando o caso de José, o africano libertado, observamos que no auto de contas de testamento todas as testemunhas confirmaram que ele, após a morte de seu senhor, foi

<sup>170</sup> Auto de Contas de testamento – Castro, 1832. DEAP. JP 1924, cx. 91.

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> Percebemos aqui a imprecisão dos documentos no que diz respeito às idades informadas para José, visto que se em 1810 ele estava com 50 anos, em 1832 já estaria com mais de 70.

<sup>173</sup> LOPES, J. C. V. *Op. cit.* p. 115.

posto em liberdade e seguiu para a Comarca de Itu, onde estava vivendo de “seus negócios”, conforme é descrito no documento. A respeito de Clara, todas as testemunhas afirmam que ela recebeu sua carta de liberdade ainda quando Xavier da Silva estava vivo e, depois da morte de seu senhor, seguiu para Taubaté, na Comarca de São Paulo. Clara era casada com José, também escravo de Xavier da Silva, natural de Curitiba e que em 1806, ano em que Clara foi comprada, já residia em Caxambu. Os dois se casaram neste mesmo ano, ele com 23 anos e ela com 24. Pelas informações conseguidas nos documentos, o marido de Clara não obteve a liberdade e, provavelmente, a ex-escrava foi para Taubaté sozinha.

Francisco José de Mattos, o testamenteiro, afirma que “Clara Maria, já em vida do testador, se achava no gozo de sua liberdade e continuando a prestar serviços ao mesmo, ele lhe deixou um legado remuneratório”<sup>174</sup>. Era prática comum os senhores concederem liberdade condicional a seus escravos, ou seja, lhes passavam as cartas de alforria, mas lhes impunham as condições mais diversas, como por exemplo a continuidade de prestação de serviços ao senhor, até a morte deste. Kátia Mattoso afirma que essa era a condição mais comum imposta aos escravos e não é difícil imaginar que esse tipo de liberdade condicional era concedida a cativos que já estavam em uma idade mediana, arriscados a falecer antes do senhor<sup>175</sup>.

Clara, segundo a lista nominativa de 1825, estava com 40 anos, ou seja, em 1829, ano em que Xavier da Silva fez seu testamento, estaria com aproximadamente 44 anos. É uma idade mediana. Porém, a hipótese levantada por Mattoso, não se aplica nesse caso, pois o senhor de Clara estava com uma idade muito mais avançada do que a dela e também porque o testamenteiro, Francisco José de Mattos, afirma que Xavier da Silva deixou um “legado remuneratório” para a escrava pelo tempo que trabalhou após ter recebido sua carta de liberdade. Ao que parece, Clara recebeu sua carta de alforria sem que seu senhor impusesse qualquer condição e, provavelmente, entre os anos de 1825 e 1829, uma vez que na lista nominativa de 1825 ainda aparece como cativa e no testamento de Xavier da Silva, de 1829, este escreve: “declaro mais por minha última vontade deixar liberta a minha escrava Clara, mulata, [...] a qual dita mulata eu havia passado carta de liberdade de meu punho e lhe havia entregado e receando a dita [escrava] ter perdido a dita carta, faço esta

---

<sup>174</sup> Auto de Contas de testamento – Castro, 1832. DEAP. JP 1924, cx. 91.

<sup>175</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 208.

declaração”<sup>176</sup>. Portanto, Clara havia recebido sua carta de liberdade antes de Xavier da Silva fazer seu testamento.

A liberdade concedida, contudo, poderia ser revogada pelos senhores se eles assim desejassem, como fez Xavier da Silva com seu escravo Joaquim; revogou sua carta de liberdade, a qual já havia sido registrada em tabelionato, alegando que o escravo estava lhe causando “desgostos”. A revogação de alforria foi permitida até 1865, quando então os tribunais declararam tal procedimento inadmissível. Porém, se fosse por motivo de ingratidão, a carta de liberdade poderia ser anulada, conforme estava previsto no título 13 do livro 4º das Ordenações Filipinas do século XVII<sup>177</sup>. Conforme nos conta Chalhoub, “a ingratidão do liberto estava configurada se ele ferisse ou apenas tentasse ferir o ex-senhor, se o prejudicasse na sua fazenda, se o deixasse de socorrer em caso de fome ou necessidade, ou se proferisse injúrias verbais contra o patrono mesmo na sua ausência”<sup>178</sup>. A carta de alforria de Joaquim, no entanto, foi revogada em 1829, quando ainda era permitida sem nenhuma restrição. Fica difícil, portanto, sabermos ao certo que “desgostos” o escravo causou ao seu senhor.

Os destinos de Clara e José após obterem suas cartas de liberdade, podem ser um indício de que quando eram escravos de Xavier da Silva, acompanhavam seu senhor nas viagens para negociar tropas na feira de Sorocaba. Nestas, provavelmente, mantinham contatos com pessoas da região e constituíam vínculos, o que possibilitou que fossem para Itu e Taubaté após obterem suas cartas de liberdade. Clara, porém, era natural de Taubaté, foi comprada nesta vila por Xavier da Silva, quando já tinha 24 anos. Isto talvez explique o fato da escrava retornar para a sua vila, talvez em busca de parentes que lá se viu forçada a deixar e seguir para a vila de Castro, quando de sua venda ao proprietário de Caxambu.

Taubaté estava localizada no Vale do Paraíba e era uma parada para descanso e engorda dos animais antes de seguirem para as áreas consumidoras, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, o que explica o fato de Xavier da Silva manter negócios com proprietários desta região<sup>179</sup>. O escravo Joaquim, o qual teve sua liberdade revogada, era natural de Itu, sendo possível que Xavier da Silva o tenha comprado nesta localidade, confirmando a intensa ligação entre as vilas da província paulista e também a conseqüente rede de relações construída também pelos escravos que transitavam esses caminhos.

<sup>176</sup> Auto de Contas de testamento – Castro, 1832. DEAP. JP 1924, cx. 91.

<sup>177</sup> MATTOSO, K. Q. *Op. cit.* p.180.

<sup>178</sup> CHALHOUB, S. *Op. cit.* p. 137.

<sup>179</sup> TRINDADE, J. *Op. cit.* p. 40.

Neste último capítulo, portanto, apresentamos algumas situações vivenciadas por escravos de Castro que partilharam, juntamente com o restante da população, a experiência de viver em uma região voltada para a criação de gado e a prática do tropeirismo e, principalmente, caracterizada por ser uma “zona de trânsito” e, talvez por isso, mais propensa à mobilidade espacial da comunidade. Vimos que alguns cativos fizeram bom uso dessa mobilidade, fosse fugindo, vendendo produtos para os viajantes que por ali passavam ou mesmo buscando novas oportunidades após a liberdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Castro era uma vila peculiar no início do século XIX. Concentrava uma quantidade significativa de escravos e tinha na pecuária a sua principal atividade econômica, ao contrário das outras vilas da 5ª Comarca paulista, dedicadas principalmente à agricultura. A historiografia vem explorando essas peculiaridades já há algum tempo e, neste trabalho, acreditamos ter acrescentado novas dimensões ao tema.

As fontes por nós utilizadas já permitem uma nova visão sobre Castro. Ao fazer uso de uma série, mesmo pequena, de inventários *post mortem* pudemos trazer à tona informações que vieram complementar o que os pesquisadores já haviam encontrado através das Listas Nominativas de Habitantes. Esses documentos também foram fundamentais para nossa pesquisa, visto que o cruzamento com as informações extraídas dos inventários permitiu uma maior elucidação sobre a comunidade escrava de nossa amostragem.

A vila de Castro era constituída por grandes fazendeiros e também por pequenos comerciantes de gado, alguns sem sequer um pedaço de terra. Apesar desse contraste, os inventários também mostraram que a maioria dessa população tinha algum tipo de criação. Os que mantinham em suas fazendas um maior número de animais vendiam-nos diretamente para os consumidores paulistas, cariocas ou mineiros através da feira de Sorocaba. Já aqueles com um rebanho menor, que muitas vezes era apenas para subsistência da família, se deslocavam até o Rio Grande de São Pedro do Sul para comprar a tropa, trazê-la até Castro para a internada e então levá-la até Sorocaba para revendê-la. Essa prática, porém, também era comum entre os fazendeiros mais abastados.

O que percebemos então, é que a população de Castro estava bastante envolvida com o comércio de animais. Era um mercado em crescimento, que fez grandes fortunas para muitos proprietários e que, como consequência, todos queriam ter a chance de lucrar com a atividade. Vimos que para participar desse “circuito do gado” não era fundamental que tivesse um grande pedaço de terra, pois, como mostraram nossas fontes, mesmo os indivíduos que não eram proprietários de terras, conseguiram obter algum lucro com o comércio de gado, servindo de intermediários entre os produtores do Rio Grande, de quem compravam os animais, e os consumidores da feira de Sorocaba, para quem os revendiam.

O uso da mão-de-obra escrava pelos proprietários da vila era bastante disseminado, presente tanto nas grandes propriedades, como entre as pessoas que nem ao menos possuíam terras. Durante os anos de 1800 a 1830 a população cativa de Castro aumentou,

ao contrário de vilas como Curitiba, por exemplo. Isso reflete o crescimento das atividades pecuárias e tropeiras na região, que permitiram um acúmulo de capital por parte dos proprietários e, conseqüentemente, o aumento no número de escravos comprados, que, em muitos casos, representaram mais da metade do patrimônio dos inventariados. Isso mostrou que a posse de escravos era um índice de riqueza importante dentro dessa sociedade, com maior peso, na maioria dos casos, no patrimônio dos inventariados do que os bens de raiz e de que o gado.

Sobre os escravos, devemos lembrar também o crescimento vegetativo entre eles. Nossas fontes, assim como a historiografia, mostraram que a grande maioria dos cativos de Castro era crioula, ou seja, nascidos na América portuguesa e não na África. Havia também nessa população um grande número de crianças, o que remete à idéia de reprodução natural. Apesar da presença maciça de crioulos, os africanos também estiveram presentes e também foram importantes para a formação da comunidade escrava de Castro. Em nossa amostra representaram pouco mais de 17% do total de escravos e eram, em sua maioria, procedentes da África Centro Ocidental, falantes de línguas banto.

Um debate importante para o qual contribuímos nesse trabalho foi o da criouliização. Acreditamos que a presença majoritária de cativos nascidos no Brasil tenha contribuído para uma adaptação da cultura africana aos costumes e regras já estabelecidos pelos crioulos. Ao contrário de outras áreas do Brasil, em que os africanos perfaziam maioria no cativo, Castro, e a 5ª Comarca paulista em geral, tinha a sua população escrava formada, sobretudo, por indivíduos que vinham de gerações de cativos nascidos em terras brasileiras. Os poucos africanos que ali viveram se viram rodeados por crioulos e por sua já estabelecida visão de mundo, a qual tiveram que se adaptar. Nossas fontes mostraram isso quando observamos a existência de casamentos exogâmicos, isto porque o maior número de crioulas, facilitava sua união com africanos, que eram em sua maioria homens, como nossa documentação também demonstrou.

Mas, independentemente de serem crioulos ou africanos, o grupo de escravos que viveu em Castro no início do século XIX estava lá, primeiramente, para trabalhar para seus senhores, e ser explorado por estes. E eles desempenharam as mais variadas funções, desde o plantio e colheita de mantimentos, até o cuidado dos animais de seus senhores. Mas o que mais chamou atenção foi o fato de cativos viajarem junto com seus senhores para compra e venda do gado. A documentação mostrou o que a historiografia já vinha discutindo, ou seja, a existência de escravos envolvidos nas atividades tropeiras, inclusive mulheres, que provavelmente faziam a comida para os viajantes da tropa. Essa experiência

nas tropas e nas viagens trouxe, mais tarde, vantagens para alguns cativos que, após obterem a liberdade, foram construir uma vida nova em vilas que possivelmente freqüentaram na condição de escravos e que nesse tempo estabeleceram redes de sociabilidade para além de seu local de moradia e habitação.

Viver em uma vila como Castro, “zona de trânsito” conforme a definição de Cecília Westphalen, permitiu aos escravos experiências únicas. Por estar localizada na rota dos tropeiros e por ser constituída por homens que ganhavam a vida viajando para comprar gado, muitos cativos locais acabavam participando e sofrendo as conseqüências desta situação. Muitos eram comprados em outras vilas, algumas vezes separados da família, e se viam obrigados a ter que seguir para um lugar até então desconhecido. Outras vezes se favoreciam desta situação, usando o conhecimento que adquiriram no cativeiro para construir uma nova vida em liberdade, ou então, para intentar fugas, com direito a roubo de animais para a viagem.

Outra questão importante discutida em nossa pesquisa foi a economia interna dos escravos. Através dos inventários conseguimos identificar cativos devedores e credores dos falecidos, indicando que mantinham produções próprias, que lhes permitiram vender e contrair dívidas. Percebemos que muitos usavam o dinheiro que conseguiam para comprar roupas, tecidos e outras “bugigangas”, enquanto que outros, mais preocupados com o futuro, conseguiram arrecadar quantia suficiente para comprar suas cartas de alforria.

Este trabalho mostrou que a história de Castro, apesar do número considerável de pesquisas existentes sobre a região, ainda tem muito para ser explorada. A experiência dos escravos que viveram nessa comunidade voltada para o abastecimento do mercado interno, através da prática do tropeirismo e do comércio de animais, ainda possui dimensões pouco investigadas. Além de serem escravizados em uma área em que a mobilidade espacial da população era freqüente, a grande maioria dos cativos de Castro era nascida no Brasil, na própria vila, o que dá margem para a discussão sobre a criouliização nessa área brasileira.

A comunidade escrava aqui considerada era formada por cativos que tinham em comum a experiência de viver em uma vila regida pelas atividades da pecuária e do tropeirismo. Partilharam experiências semelhantes, fosse conduzindo tropas, cuidando do gado ou buscando uma vida melhor fora da vila de Castro, após receberem ou comprarem sua liberdade. Essas experiências partilhadas fizeram com que se constituíssem em uma comunidade, com ideais e visões de mundo muito próximos, marcados pela sociedade agro-pastoril em que viviam.

## FONTES

### VARA CÍVEL DO CARTÓRIO DE CASTRO

Inventários *post-mortem* dos seguintes proprietários, com a respectiva data de abertura:

1. Ignácio Rodrigues da Silva, 1800.
2. Leonor Alves de Araújo, 1800.
3. Ignácio Taques de Almeida, 1802.
4. Francisco Machado da Silva, 1803.
5. Antonio Ribeiro de Sima, 1806.
6. Francisca de Sá, 1806.
7. Francisco Carvalho de Oliveira, 1806.
8. Pitangui, 1806.
9. João Machado Cardoso, 1808.
10. Rosa Maria e Silva, 1809.
11. Manoel Lopes Branco e Silva, 1810.
12. Maria Francisca de Jesus, 1810.
13. José Rodrigues Betim, 1811.
14. João Felix Pereira da Cunha, 1812.
15. Theodoro da Silva Souza, 1812.
16. Francisco Alves de Oliveira, 1813.
17. Thereza Ferreira, 1815.
18. Francisco Ferreira Martins, 1817.
19. Joaquim de Mello Rego, 1817.
20. Cirino Borges de Macedo, 1819.
21. José Rodrigues Pereira, 1819.
22. Manoel Ferreira Dias, 1819.
23. Manoel Pinto dos Santos, 1820.
24. Francisco de Paula Ribas, 1821.
25. Manoel Nunes de Siqueira, 1821.
26. Anna de Quadros Oliveira, 1822.
27. Bernardino Correia de Almeida, 1822.
28. José Sutil de Oliveira, 1823.
29. Sebastião Sutil de Oliveira, 1823.



30. Antonio Rodrigues Penteado, 1825.
31. Manoel Francisco de Mattos, 1825.
32. Miguel Garcia Leite Penteado, 1825.
33. Francisco Xavier da Silva, 1829.
34. Joaquim Carneiro Lobo, 1830.

#### **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ**

1. Auto de Contas de testamento – Castro, 1832. Testamenteiro: Francisco José de Mattos. Testador: Francisco Xavier da Silva. JP 1924, cx. 91.
2. Passaporte n.º 137. Documentos doados por Wiedmer. (Ainda sem classificação)
3. Requerimento de Joaquim Ribeiro da Fonseca Leme. Documentos doados por Wiedmer. (Ainda sem classificação).

#### **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DE HISTÓRIA DOS DOMÍNIOS PORTUGUESES / UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

1. Listas Nominativas de Habitantes de Castro dos anos de 1798, 1804, 1805, 1806, 1810, 1816, 1818, 1825 e 1835. Cópias xerográficas, originais no Arquivo do Estado de São Paulo.

#### **ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

1. Inventário de bens rústicos de Castro, 1818.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACELLAR, C. A. P. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Unicamp, 1997.
- BALHANA, A. P., MACHADO, B. P. *Campos Gerais, estruturas agrárias*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, 1968.
- BALHANA, A. P.; WESTPHALEN, C.; MACHADO, B. P. *História do Paraná*. V. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.
- CARDOSO, C. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO, C. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, I. del N. e GUTIÉRREZ, H. *Paraná: mapas de habitantes, 1798-1830*. São Paulo: IPE, 1985.
- DINIZ, J. M.F, et. al. *Cronologia: Castro Antiga*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.
- ENGEMANN, C. Comunidade Escrava e Grandes Escravarias no Sudeste do Século XIX. In: *V Congresso Brasileiro de História Econômica*, 2003, Caxambu, 2003.
- FERREIRA, J. C. V. *Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.
- FLORENTINO, M. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORENTINO, M.; FRAGOSO, J. L. R. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO, J. L. R.; FLORENTINO, M. G.; FARIA, S. C. *A economia colonial brasileira*. (séculos XVI-XIX). São Paulo: Atual, 1998.
- FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

GOULART, J. A. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GUTIERREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v.8 nº16, 161-188, mar/ago 1988.

\_\_\_\_\_. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos econômicos*. São Paulo: 17(2), 297-314, maio/ago 1987.

\_\_\_\_\_. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. *Revista História*, São Paulo, v. 25, n.1, pp. 100-122, 2006.

\_\_\_\_\_. Fazendas de gado no Paraná escravista. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, pp.102-127, 2004.

KARASCH, M. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, H. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo, 17 (2): 129-149, maio/ago, 1987.

LENHARO, Alcir, *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIMA, C. A. M. Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de Listas Nominativas. In: *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas - Anais*. Belo Horizonte: ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003. p. 1-25.

LOPES, J. C. V. *Informações sobre os bens de Nossa Senhora das Neves no Paraná*. Curitiba: J. C. V. Lopes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Origens do povoamento de Ponta Grossa*. J.C.V.L: Curitiba, 2001.

\_\_\_\_\_. *Primórdios das fazendas de Jaguariaíva e região*. Curitiba: J.C.V. Lopes, 2002.

MACHADO, B. P. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná – I: Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. *II Simpósio dos Professores Universitários de História*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1962.

MAESTRI, M. *O escravo no Rio Grande do Sul*. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: EST, 1984.

MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MARCONDES, R. L. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado. (1801-1811). In: *Topoi*, Rio de Janeiro, n.º2, mar. 2001, 41-71.

MATTOS, H. M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, K. A. V. *Comportamentos e Práticas Familiares nos Domicílios Escravistas de Castro (1824-1835) segundo as Listas Nominativas de Habitantes*. Curitiba: UFPR, 2004. (Dissertação de mestrado).

MELLO, Z. C. de. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985.

MENZ, M. O Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX: atividades pecuárias na fronteira oeste. In: *História Unisinos*. V. 6, n. 5, jan-jun, pp. 159-174, 2002.

MINTZ, S. e PRICE, R. *O nascimento da cultura afro-americana*. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Cândido Mendes, 2003

NEGRÃO, F. *Genealogia Paranaense*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2005. v. 3, 1928.

\_\_\_\_\_. *Memória Histórica Paranaense*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1934.

OSÓRIO, H. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII. Texto apresentado no *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2005.

PENA, E. S. Burlas à lei e revolta escrava no tráfico interno do Brasil meridional, século XIX. In: Silvia Hunold Lara; Joseli Mendonça. (Org.). *Direitos e Justiça no Brasil. Ensaios de História Social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Jogo da Face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

PETRONE, M. T. *O Barão de Iguape*. Um empresário da época da independência. São Paulo: Nacional, 1976.

PIERANGELI, J. H. *Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas*. São Paulo: Jalovi, 1983.

PINTO, E. A. *Vila de Castro: população e domicílio (1801-1830)*. Curitiba: UFPR, 1992. (Tese de doutorado).

PRICE, R. O Milagre da Crioulização: Retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, nº 3, 2003, pp.383-419.

RODRIGUES, J. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: UNICAMP, CECULT, 2000.

SAINT-HILLAIRE, A. de. *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

SILVA, E. "O Barão de Pati do Alferes e a fazenda de café da velha província". Introdução a: Pati do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985.

SILVA, M. B. N. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

SLENES, R. *Malungu, Ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil*. In.: *Revista USP*, 12:48-67. São Paulo, dez-jan-fev. 1991-1992.

\_\_\_\_\_. *Na Senzala, uma flor*. Esperanças e recordações da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, C. E. L.; GOMES, F. S.; FARIAS, J. B. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SOBEL, M. *The World They Made Together*. Black and white values in Eighteenth-Century Virginia. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THORNTON, J. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

TRINDADE, J. B. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração, Publicações e Comunicações Ltda., 1992.

VAINFAS, R. (direção). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, R.; SOUZA, M. de M e. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. In: *Tempo*, n.º 6, vol. 3, dez. 1998. pp. 95-118.

VERGER, P. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

WESTPHALEN, C. M. Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná? *Revista da SBPH*, n.º 13: 25-63, 1997.

\_\_\_\_\_. *Paraná – Zona de Trânsito*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 8: 45-55, 1957.